



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA
- FOCO NO LÉXICO -

Gláucio de Castro Júnior

Brasília - DF
2011

Gláucio de Castro Júnior

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA
- FOCO NO LÉXICO -**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Linguística, pela Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Professora Doutora Enilde Faulstich

Brasília - DF
2011



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS - LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Enilde Faulstich
(Presidente, UnB / LIP)

Professora Doutora Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles
(Membro efetivo)

Professora Doutora Sandra Patrícia de Faria do Nascimento
(Membro efetivo)

Professora Doutora Viviane de Melo Resende
(Membro suplente)

Perdi um amor, mas ganhei um diamante...

A maior herança que um educador pode deixar para seus herdeiros é a firmeza de conquistar triunfos e assimilar derrotas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todas as forças pelo dom da vida, por todas as conquistas e oportunidades.

Aos meus pais Gláucio e Maria Rita, pelo constante aprendizado, pela dedicação, esforços e carinho. Às minhas irmãs Ariane e Lauriane pela confiança e reciprocidade. A toda minha família, em especial meus avós: Domingos e Maria D'Abadia e Sebastião pela sabedoria. Amo todos vocês!

A professora doutora Enilde Faulstich, pelas experiências acadêmicas, pelo carinho, pelas palavras de incentivo e por acreditar e me fazer acreditar nos estudos para a Comunidade Surda, quando apresentei meu primeiro projeto acadêmico em minha graduação! Muito obrigado por compartilhar suas idéias intelectuais e por ter sido de conspícua importância para minha formação.

A minha amiga Daniela Prometi, pela amizade, pelo constante incentivo, pelas conversas e pela paciência e por sempre acreditar que também pode!

Ao meu amigo Neemias Gomes, pelo constante aprendizado, pelo apoio e pela companhia. Amigo! Obrigado por ser a minha voz. Minha confiança depositada em ti em aceitar realizar minhas interpretações é um valor inestimável!

A minha grande amiga Soraia Rodrigues que me acolheu quando me mudei para Brasília no dia do meu aniversário.

Aos meus amigos Quelion Alves, Carla Lima, Raquel Soares, Dalila Rodrigues que mesmo distante sempre estiveram presentes no meu coração e no apoio incondicional.

Aos meus amigos do Letras-Libras, em especial Elaine Furtado, Aparecida Rossi, Julio Rossi, Lúcio Cruz e Márcio Silva.

Ao Messias Ramos pelas constantes discussões acadêmicas nas aulas de mestrado.

Aos amigos do Letras-Libras de outros Estados, em especial Betty Lopes, pelas constantes trocas de experiências. A Aline Bregonci, pela leitura carinhosa e sugestões.

Aos professores e colegas do Letras-Libras Patrícia Tuxi, Marcos de Brito, Rosana Cipriano, Edimilson Barbosa, Cristiane Batista por toda amizade, carinho, incentivo, companheirismo e cuidado.

Aos meus alunos da licenciatura do Letras-Libras e do bacharelado do Letras-Libras do Pólo UnB, pelo constante aprendizado no curso.

A todos os meus amigos e colegas que estão no meu coração.

Ao amigos Thalyson e Renato, por fazerem parte da minha vida!

Agradeço infinitamente a Luiz Vargas, pelo apoio e todos os momentos.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Sumário	7
Siglas e convenções usadas	9
Resumo	10
Abstract	11
APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	16
1.1 Introdução	16
1.2 A LSB, resgate da História	16
1.3 Discussões acerca da gramática da LSB	20
1.3.1 Gramática da datilologia	22
1.3.2 Processos paramétricos da LSB	29
1.4 Tema da dissertação e objeto de estudo	36
1.5 Objetivos	37
1.6 A LSB e a Língua Portuguesa	37
1.7 Com as mãos na Linguística da LSB	39
Capítulo 2 - REVISÃO DA LITERATURA	46
2.1 Introdução	46
2.2 Discussão em torno de Norma(s)	48
2.3 Discussão em torno de Erro	52
2.4 Discussão em torno de Variação	56
2.5 A variação linguística em LSB	57
Capítulo 3 - DISCUSSÃO TEÓRICA: O FOCO NO LÉXICO	62
3.1 Introdução	62
3.2 Lexicologia e Terminologia em LSB: uma visão política	62
3.3 Reflexões acerca da compreensão de uma política da LSB	64
3.4 Acerca da variação linguística em LSB	67
3.5 Variações regionais, sociais e relacionadas a mudanças históricas	69
3.6 Primeiros passos para a construção da variação em LSB	72

Capítulo 4 METODOLOGIA	76
4.1 Introdução	76
4.2 Postulados para a pesquisa em LSB e proposta de construção da variação na língua de sinais	76
4.3 O curso Letras-Libras e o espaço para a discussão dos termos	77
4.4 Metodologia de coleta de dados	78
4.5 Os procedimentos para validação dos postulados e organização dos dados	80
4.6 Registro dos sinais e estratégias para divulgação	81
Capítulo 5 ANÁLISE DOS DADOS	83
5.1 Introdução	83
5.2 Delimitação da análise e do corpus	83
5.3 Análise das variantes e escolha da variante-padrão	83
5.4 Análise dos tipos de variação linguística observadas em LSB	105
5.5 Variação linguística em LSB	106
SINALIZAÇÕES FINAIS: A TÍTULO DE CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	123

SIGLAS E CONVENÇÕES USADAS

ASL – Língua de Sinais Americana

CM – Configuração de Mão

ENM – Expressões não-manual

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FN – Falantes nativos

FT – Falantes tardios

INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos

LSB – Língua de Sinais Brasileira

LSF – Língua de Sinais Francesa

M – Movimento

Or – Orientação da palma da mão

OSV – Objeto Sujeito Verbo

PA – Ponto de Articulação

SOV – Sujeito Objeto Verbo

SVO – Sujeito Verbo Objeto

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

RESUMO

A presente dissertação trata da variação linguística em LSB, com foco no léxico, sob a perspectiva de analisar e identificar variantes e variantes-padrão com base em termos selecionados da terminologia da política brasileira. O objetivo da pesquisa foi investigar as variações linguísticas naturais na LSB e as variações linguísticas que resultam da interferência da LP na LSB. A metodologia consistiu na elaboração dos postulados para a pesquisa em LSB e proposta de construção da variação na língua de sinais. O curso Letras-Libras possibilitou o espaço de discussão e obtenção dos termos. Foram escolhidos seis termos da terminologia política brasileira. Para o registro dos sinais, foi preciso constatar as variações linguísticas a partir de sinais usados pelos Surdos e por profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo do governo federal e com base nos estudos e considerações de diversos autores sobre diversos temas da pesquisa. Como os dados foram qualitativos e quantitativos, os resultados mostram a ocorrência de variantes, possibilitou a escolha da variante-padrão para cada termo através de diferentes processos linguísticos e nós permitiu organizar discussões para a variação linguística em LSB. Um efetivo registro nos permitirá analisar dados e estudar estratégias para a elaboração do dicionário terminológico de Língua de Sinais Brasileira.

Palavras – Chave: 1. Variação linguística em LSB 2. LSB 3. Letras-Libras 4. Léxico 5. Terminologia da política brasileira 6. Dicionário terminológico

ABSTRACT

This dissertation deals with linguistic variation in LSB, with a focus on the lexicon, from the perspective of analyzing and identifying variations and variations based on standard terms selected from the terminology of Brazilian politics. The research objective was to investigate the variations in natural language LSB and linguistic variations that result from the interference of LP in LSB. The methodology consisted in the elaboration of postulates for Research in LSB and proposed construction of the variation in sign language. The course Letras-Libras allowed the space to discuss and obtain terms. Six were chosen the terminology in Brazilian politics. To record signals, it was necessary to note the variations from the linguistic signs used by Deaf and by professionals working in the functional domain of executive and legislative branches of federal government and based on studies and considerations of various authors on various topics of research. Because data were qualitative and quantitative results indicate the occurrence of variants, allowed the choice of standard variant for each term by different language processes and allowed us to organize discussions on language variation LSB. An effective registry will allow us to analyze data and study strategies for the development of terminological dictionary of Brazilian Sign Language.

Key - words: 1. Linguistic variation in LSB 2. LSB 3. Letras-Libras 4. Lexicon 5. Terminology of Brazilian politics 6. Terminological dictionary

APRESENTAÇÃO

Escrever e abordar minha trajetória e percepções diárias para apresentar este estudo é motivo de felicidade e orgulho, para dizer um pouco de minha história e dos meus trabalhos já desenvolvidos e em desenvolvimento, pois o aprendizado é sempre constante e nunca pára para aqueles que acreditam e almejam o sucesso. Os problemas existem e servem para que possamos vivenciar e fazer a nossa parte como seres humanos e sociais.

Como Surdo¹ bilíngue, sinto que é importante mostrar a minha trajetória acadêmica. Fui educado através da filosofia do oralismo, sempre na perspectiva de que expressões ditas, tais como “nunca irei conseguir concluir o ensino fundamental”, tivessem valor para aqueles que desacreditavam em meus objetivos. Mas, aliado ao apoio daqueles que acreditam, da minha perseverança e da minha força de vontade, sempre acreditei em minha capacidade e em minhas ações: “eu posso fazer a diferença”.

Compreender essa e outras questões, que são impostas nos diversos cenários e obstáculos pelos quais o sujeito Surdo passa em sua trajetória, exige um “olhar” político refinado do espaço cultural predominante, no qual estamos inseridos. É uma longa trajetória e com a capacidade e a audácia, assumimos o compromisso de reverter esse “suposto fracasso”.

Iniciei meu convívio com a comunidade surda ao aprender a LSB em minha adolescência e percebi que aprender a LSB seria uma forma pela qual eu podia contribuir constantemente e auxiliar a comunidade surda, bem como contribuir para uma efetiva educação de Surdos no Brasil. Fiz o meu primeiro vestibular para medicina, pedagogia e ciências biológicas, sendo aprovado para pedagogia e ciências biológicas e, apaixonado pelos estudos da vida, optei pelas ciências biológicas área em que sou graduado.

¹ Pessoalmente, tenho preferido essa denominação como forma estratégica de empoderamento, na necessidade de reconhecer o Surdo com suas especificidades linguísticas e a sua identidade vivenciadas nos artefatos culturais, através das manifestações na LSB.

Para auxiliar e contribuir para a educação de Surdos elaborei o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado Ensino de Ciências e Biologia para alunos Surdos em que estudei e analisei discussões acerca de possibilidades didáticas de ciências e biologia para alunos Surdos.

Paralelamente a minha graduação em Ciências Biológicas, ingressei no primeiro curso de graduação à distancia licenciatura em Letras-Libras² ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC no Pólo da Universidade de Brasília – UnB, depois de aprovado no vestibular realizado pela UFSC. E, como conhecia e sabia do potencial que a UnB oferecia para o desenvolvimento de pesquisas, conversei com minha coordenadora do curso de Letras-Libras no pólo da UnB, professora doutora Enilde Faulstich, que me incentivou e me inscrevi para concorrer ao processo de seleção de projetos de iniciação científica sob a sua orientação. Tive, então, o meu primeiro projeto de Iniciação Científica aprovado para a pesquisa e o seu desenvolvimento, cujo título era “Psicobiologia na sala de aula: uma mediação didática no ensino de português para Surdos”. Analisei fatores que interferem e podem contribuir para um melhor ensino da disciplina de português para alunos Surdos, e um deles se referia ao estudos da variação linguística na LSB.

Antes de concluído, apresentei resultados parciais deste projeto em diversos eventos. Concorri a uma nova bolsa de iniciação científica com um novo projeto intitulado: “A variação lexical regional na Língua Brasileira de Sinais: interiorizando a prática educativa”. Percebi que era necessário aprofundar os estudos da variação linguística em LSB.

Assim, a partir dessa percepção, ficou evidente que o estudo da LSB é um fator decisivo na mediação para avançar as políticas linguísticas e contribuir para a educação de Surdos no Brasil. Então me submeti à seleção do mestrado em Linguística do Programa de Pós-graduação em Linguística da UnB e fui selecionado com a proposta de estudo da variação linguística em LSB, sendo um dos três primeiros Surdos a ingressar no mestrado em Linguística na UnB. Em minhas comunicações e interações nos diversos espaços geográficos e sociais, percebi a importância de analisar e descrever o processo de criação e formação de sinais em

² O Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras é uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina, com o objetivo de formar professores e tradutores-intérpretes capacitados para o trabalho com a LSB. <http://www.libras.ufsc.br> Acessado em 11/01/2011.

LSB, bem como o uso de sinais diferentes para um mesmo referente.

O que acontece comumente é que os profissionais que se comunicam em LSB utilizam os sinais que alguns pesquisadores supõem que já são convencionados nos manuais didáticos e dicionários de LSB, usados como padrão normativo, e assim, o diferente, ou seja, a variação, outra forma de dizer a “mesma coisa”, é considerada “erro”, por isso não são aceitos como pertencentes à LSB.

Outra questão que envolve a variação na LSB diz respeito à falta de estudos e de um núcleo de estudo das variações linguísticas na LSB que apoiarão e auxiliarão nos processos de elaboração da didática da língua, bem como em consultorias na área de elaboração de dicionários e, assim, contribuir para a interação e a comunicação entre usuários de diferentes regiões do Brasil, uma vez que as diferenças geográficas interferem nos processos linguísticos e acarretam um excesso de usos linguísticos quando não são disseminadas as variantes-padrão.

Os próprios Surdos, sujeitos participantes de nossa pesquisa contribuíram para as discussões sobre o tema, pois eles identificam as formas variantes, sabem que elas existem, convivem com elas, porque as usam, mas, dependendo da situação, apresentam diferentes justificativas, ou para auxiliar na elaboração e criação do sinal, ou para contribuir para a escolha do que possa ser a variante-padrão.

No decorrer do estudo, entendi que não se deve ter como comparação o que muitos pesquisadores, ao tratar do tema, fazem, que é considerar a variação linguística em LSB com base nos estudos já realizados em Língua Portuguesa. Isso é em uma tentativa de estudar ou aproximar a LSB da modalidade da Língua Portuguesa. Acreditam que assim o Surdo, aprenderá, escreverá em português, e justificam a primeira como um estágio para a segunda, como se as duas línguas fossem sistemas equivalentes, e não o contrário. Diante dessa problemática para o estudo de uma língua, o pesquisador linguista necessita estar ciente de alguns mecanismos de domínios e representações de determinadas línguas em suas análises, bem como compreender a evolução de cada língua.

Esta realidade, associada aos meus objetivos de estudo, como profissional que atua na educação de Surdos e associada à quase inexistência de pesquisas que registrem, descrevam e explicitem a evolução e os processos linguísticos em LSB, em todos os seus níveis, motiva o (re)conhecimento da variação linguística.

Estudar e entender como as línguas estão organizadas e como funcionam

possibilita compreender os processos linguísticos da variação linguística em LSB, contribui para discussões e interação para uma efetiva comunicação em LSB e incita a pergunta central desta pesquisa que é: qual o papel da variação linguística no desenvolvimento e no enriquecimento do léxico? Para responder a este questionamento a dissertação foi dividida em cinco capítulos, para além de Apresentação, Sinalizações a título de conclusão, Referências bibliográficas, Apêndices e Anexos.

No capítulo 1, apresentamos a delimitação da pesquisa, que se constitui de discussões acerca da história da LSB, das considerações sobre a gramática da datilologia, da importância da gramática da LSB, dos processos paramétricos da LSB, o tema da dissertação e objeto de estudo, objetivos, uma explicação sobre a modalidade de comunicação da LSB e da Língua Portuguesa, e complementado por algumas considerações das pesquisas linguísticas na língua de sinais.

O capítulo 2 segue com a revisão de literatura da discussão em torno de Norma (S), da discussão em torno de Erro e da discussão em torno de Variação. Em seguida, aborda a variação linguística em LSB, a importância do estudo e da pesquisa da variação linguística em LSB.

O capítulo 3 inicia-se com algumas reflexões sobre a pesquisa do léxico e terminologia em LSB que mostra uma visão política. Mostramos reflexões acerca de uma compreensão política da LSB. Analisamos noções acerca da variação linguística na LSB, tais como variações regionais, variações sociais e variações relacionadas a mudanças históricas. Organizamos os primeiros passos para a construção da variação em LSB.

No capítulo 4, apresentamos os postulados para a pesquisa em LSB e proposta de construção da variação na língua de sinais, sobre o curso Letras-Libras e o espaço para a discussão dos termos, a metodologia de coleta de dados. Os procedimentos para validação dos postulados e organização dos dados, também, são apresentados, bem como o registro dos sinais e estratégias para divulgação.

No capítulo 5, delimitamos ainda mais o corpus da pesquisa, a análise das variantes e escolha da variante-padrão e mostramos uma análise dos tipos de variação linguística observadas em LSB, a partir dos termos pesquisados. Finalizamos o capítulo com sinalizações, a título de conclusão.

CAPÍTULO 1 – DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

1.1 Introdução

Neste capítulo, apresenta-se a Língua de Sinais Brasileira – LSB. Sobre esta língua são abordados resgate da história da LSB e algumas discussões acerca da gramática da LSB. Apresentamos ainda algumas propriedades paramétricas que auxiliam no estudo da variação linguística em LSB. Segue-se a exposição dos objetivos dessa pesquisa, que dizem respeito ao estudo da variação linguística em LSB, para, então, percorrer o caminho teórico que embasará esta pesquisa.

1.2 A LSB, resgate da história

O português falado no Brasil teve sua origem no Latim, que se derivou em diversas línguas, como: Espanhol, Francês, Italiano, Português, entre outras. Os portugueses, desde o século XV, empreenderam extensas navegações levando a língua portuguesa para a África, Ásia, Oceania e América. No Brasil a mesma sofreu modificações de pronúncia, vocabulário e na sintaxe. (SILVEIRA, 1994).

No caso da LSB, para Albres (2005, p. 1) “o canal perceptual é diferente, por ser uma língua de modalidade gestual visual, a mesma não teve sua origem da língua portuguesa, que é constituída pela oralidade, portanto considerada oral-auditiva; mas em uma outra língua de modalidade viso-espacial, a Língua de Sinais Francesa, apesar de a Língua Portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da Língua de Sinais Brasileira, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato.”.

As Línguas de Sinais são reconhecidas “cientificamente” como língua, apresenta como qualquer língua os universais linguísticos e os aspectos fonológicos, morfológicos, sintático e semântico-pragmático, mas usualmente são atingidas pelo preconceito linguístico e estereótipo por seus usuários serem principalmente pessoas consideradas deficientes.

Esse modo de investigação propiciou a verificação da construção de uma comunidade utente de uma língua viso-espacial, recentemente regulamentada pela Lei Nº. 10.436 de 20/04/2002 dispõe que:

“Art. 1: é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua brasileira de sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua brasileira de sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza viso-espacial, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades surdas do Brasil”. (http://www.oabsp.org.br_noticias, 2002).

Após muita luta, os Surdos conquistaram o reconhecimento da língua por meio da regulamentação da Língua de Sinais Brasileira. Contudo esse reconhecimento não modifica de nenhuma maneira o posicionamento dos familiares e educadores.

Temos observado uma movimentação, no sentido de divulgação da LSB, como essencial para o desenvolvimento cognitivo lingüístico e psicossocial do sujeito Surdo, como o Programa Nacional de Educação de Surdos que proporcionou a formação de professores/instrutores Surdos para ministrarem cursos de “Libras em Contexto”. O programa tem como objetivo maior a conscientização dos próprios Surdos quanto à LSB.

Assim no país, há um movimento de organização de educação bilíngue que no caso da educação de Surdos é o ensino de LSB como L1 e o ensino de português escrito como L2 para pessoas Surdas, mas, para que esta se efetive se faz necessário uma reestruturação na escola que ofereça uma efetiva educação para o Surdo, que o sujeito Surdo seja educado em sua primeira língua, que é a LSB e assim a língua cresce, pois precisa ampliar o léxico da LSB para atender aos novos conceitos que os Surdos tomam consciência no processo de escolarização.

Para Goldfeld (1997, p. 108), o ambiente lingüístico deve ser o mais adequado possível à criança surda, para facilitar a aquisição da língua de sinais e evitar o atraso da linguagem e todas as suas conseqüências, em nível de percepção, generalização, formação de conceitos, atenção e memória. E acrescenta que provavelmente “a língua de sinais será a língua mais utilizada na construção da fala interior e exercerá a função planejadora da linguagem, já que esta língua é mais fácil e natural para o surdo”.

Alguns pesquisadores mencionam que a LSB é originada a partir da Língua de Sinais Francesa. Mas uma pesquisa mais detalhada é necessária para determinar e aprofundar a pesquisa na LSB sobre a sua origem, bem como a origem das línguas de sinais.

Normalmente o que se estabelece como ponto de partida para a explicação da origem das Línguas de sinais é que estas foram originadas da Língua de Sinais

Francesa e muitos materiais especificam e mostram que a LSF é a língua que influenciou o surgimento de outras línguas de sinais pelo mundo. Esse é um assunto que não vamos aprofundar, mas que merece a atenção de qualquer estudioso de língua de sinais.

Porém qual a origem da Língua de Sinais Francesa que, por ora, será referida por LSF? Uma reflexão no tempo auxilia na discussão da história da LSB na tentativa de contribuir para o registro da história da LSB.

A construção e a organização das famílias de língua de sinais pelos pesquisadores alunos Castro Júnior *et al.*, (2008)³, foi fundamental para uma percepção mais detalhada. Para realizar a construção e a organização das famílias de língua de sinais, os pesquisadores alunos tinham o mesmo objetivo: aprender a utilizar e conhecer o Ethnologue⁴.

Assim, os pesquisadores alunos utilizaram como critério seletivo da pesquisa acima citada para aquelas Línguas de Sinais que não constassem informações cruciais e que não possibilitassem a sua divisão em alguma provável família, que esta seria descartada. Outro ponto também relevante foi que se uma Língua de sinais era extinta, esta seria descartada. Feito isso, o grupo se reuniu, discutiu os dados coletados no Ethnologue e depois organizou uma lista das prováveis Famílias de Línguas de Sinais e foram encontradas 61 (sessenta e um) famílias de língua de sinais.

As considerações do grupo quanto à pesquisa das prováveis famílias de língua de sinais, estão relacionadas a um fato interessante que esta pesquisa no Ethnologue possibilitou para aprofundar a discussão: percebe-se que, normalmente, as línguas de sinais não seguem os movimentos sócio-geográficos das línguas faladas, por exemplo LGP (Língua Gestual Portuguesa) e LSB.

Em Porto Rico, por exemplo, usa-se a ASL (Língua de Sinais Americana), mas fala-se espanhol. Embora o inglês seja falado tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, a Inglaterra usa a Língua de Sinais Britânica, que é muito diferente da ASL.

³ Atividade desenvolvida durante a disciplina Sociolinguística na turma de 2006, no curso de licenciatura de Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no pólo da Universidade de Brasília – UnB.

⁴ Ethnologue: Languages of the World é uma publicação impressa e on-line do SIL Internacional, uma instituição lingüística, que estuda principalmente línguas minoritárias.

Também, a Língua de Sinais Mexicana difere das muitas línguas de sinais da América Latina.

Outros detalhes importantes percebidos pelo grupo de pesquisadores é que, por exemplo, sabemos que em Moçambique a língua falada é o Português e nesse país a Língua de Sinais de Moçambique não está relacionada com o Português e muito menos com a Língua Gestual Portuguesa, quanto se trata de interlíngua, apesar de que o país recebe muitos pesquisadores que, preocupados com a realidade sócio-educacional, apresentam projetos, mas o processo de construção lexical da Língua de Sinais de Moçambique é bastante peculiar, ou seja, apresenta características própria da sua gramática de modalidade viso-espacial.

A Língua de Sinais da Nova Zelândia tem em comum com a Língua de Sinais Britânica aspectos gramaticais e configuração de mão sendo, assim, possível de ser caracterizada como língua da família britânica.

Outra questão é que a Nicarágua é um país que tem como língua de domínio o espanhol, entretanto os usuários da Língua de Sinais Nicaraguense conhecem pouco o espanhol. Como o Ethnologue não fornece informações detalhadas, esta língua foi descartada, pela necessidade de o pesquisador estudar dados convincentes e não aleatórios para organizar as prováveis famílias de língua de sinais.

Na Língua de Sinais da Suíça, não há sinais locais e existe um grande predomínio de sinais franceses.

No caso da Língua de Sinais Urubu-kaapor, dados estão disponibilizados no Ethnologue. No Brasil existem muitos pesquisadores que estudam esse sistema, e o Surdo, que utiliza essa língua, é monolíngue. Através das informações disponíveis no Ethnologue, podemos deduzir que é um sistema criado dentro da comunidade residente no Brasil e tem origens das crenças culturais da própria tribo Urubu-kaapor, e nesse sentido acreditamos que este tipo de Língua de Sinais faça parte de uma família com características únicas.

Com esses estudos, os pesquisadores perceberam que na LSB, devido ao ambiente de interlíngua, termo criado por Selinker (1972, p.185), para descrever a língua de alguém em processo de aprendizado, a qual não é mais L1 e também não é ainda L2, mas contém elementos próprios das duas, existe uma constante interação entre a língua portuguesa e a LSB. Pelo caráter dinâmico das línguas de sinais, quando não se tem um sinal em LSB correspondente ao termo em língua portuguesa,

os falantes de LSB utilizam a datilologia para sinalizar o termo em língua portuguesa e a datilologia instiga para que se tenha um sinal correspondente. É um processo de construção e formação de sinais na LSB.

Durante as aulas das diversas disciplinas do mestrado, formamos um juízo de valor em torno de como as línguas se organizam e se estruturam e, em decorrência, apresentamos nossas reflexões, como seguem. Língua, aqui, é um sistema de conhecimento interiorizados na mente. A gramática interiorizada consiste, de um lado, em uma espécie de dicionário mental das formas da língua e, por outro, de um sistema de princípios e regras atuando de modo computacional sobre essas formas, isto é, construindo representações mentais de combinações categorizadas das formas linguísticas. Essas representações determinariam, explicitamente, as propriedades fonológicas e sintáticas das expressões da língua, assim como aquelas propriedades semânticas derivadas diretamente das propriedades sintáticas. A gramática determina igualmente o modo como essas representações articulam-se com outros sistemas conceituais da mente humana.

O estudo da LSB foi realizado inicialmente por Ferreira-Brito (1993; 1995). Para a autora, essa é uma língua natural com estrutura própria regida por princípios universais. No item seguinte, vamos discutir a gramática, no sentido amplo, da LSB.

1.3 Discussões acerca da gramática da LSB

A organização das discussões, bem como as diversas pesquisas e os estudos da LSB, na tentativa de se ter uma efetiva gramática da LSB, é importante para que se tenha informações acerca da importância da gramática da LSB.

O estudo de diversos assuntos como a gramática da datilologia, a diferença entre a variação regional e a variação lexical, os processos linguísticos que envolvem a comunicação e a conceituação na LSB, a educação lexicográfica para elaboração de dicionários de LSB, dentre outros, ressaltam a importância deste estudo para a investigação dos efeitos da variação linguística nos diversos processos linguísticos. Para que seja teoricamente reconhecida, a pesquisa merece suficiente atenção de pesquisadores de LSB.

É muito comum acreditar que saber gramática é decorar um conjunto de regras. No entanto, é bem mais que isso, é dizer e entender frases, é compreender os

elementos implícitos da língua, é construir, formar e discutir sinais com regras possíveis de serem generalizadas. Dominar a gramática de uma língua não é saber um rol de frases prontas. É conhecer as várias maneiras de dizer a mesma coisa (POSSENTI, 2000, p. 43).

Uma das fases que compõem o estudo sobre a gramática da LSB foi analisar as informações de autores como ‘os teóricos da língua’ tratam o assunto, para assim confrontar as idéias nelas apresentadas com os dos estudos linguísticos mais recentes e que abordam o tema empiricamente.

Para tal, selecionamos alguns autores que já desenvolveram pesquisas em especial no que se refere a iconicidade na LSB, dentre eles podemos citar Quadros (1999) e algumas pesquisas mais detalhadas com enfoque para a pesquisa na área de lexicologia e terminologia: (cf. Salles, Faulstich, Carvalho e Ramos, 2003, v.2).

A gramática da LSB é uma área de conhecimento que tem sido explorada por pesquisadores das mais diversas áreas de formação no Brasil apenas nas últimas décadas. Portanto, as produções além de raras são recentes. Grande parte dos estudos sobre a LSB baseia-se em outros realizados sobre a Língua de Sinais Americana (ASL).

Essa produção ainda incipiente, no Brasil, é reflexo da própria história dos Surdos, de sua educação, comunidade, cultura e identidade. Os Surdos foram, historicamente, privados de utilizarem a língua de sinais e o uso foi proibido nos contextos escolares. Tal situação começou a se modificar apenas na segunda metade do século 20, com os estudos de Stokoe, que é um linguísta norte-americano que pesquisou extensivamente a Língua de Sinais Americana enquanto trabalhava na Universidade Gallaudet e, através da publicação de sua obra, ele foi fundamental na mudança da percepção da ASL de uma versão simplificada ou incompleta do inglês para o de uma complexa e próspera língua natural, com uma sintaxe e gramática independentes, funcionais e poderosas, como qualquer língua falada no mundo.

O Brasil, conta atualmente com estudos sobre a língua de sinais utilizada no país, que foram realizados a partir da década de 80, por Ferreira-Brito e Felipe. O reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira como a língua da comunidade surda brasileira ocorreu em 2002, com a Lei N°. 10436/02, regulamentada pelo Decreto N°. 5626/05, apenas no ano de 2005.

Atualmente, conta-se no Brasil com estudos sobre os aspectos gramaticais e

discursivos da LSB, produzidos principalmente pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, pelo Instituto Nacional de Educação e Integração dos Surdos – INES e pela Universidade de Brasília - UnB.

Assim, este capítulo baseia-se principalmente nas contribuições de Ferreira-Brito (1995) e Quadros & Karnopp (2004). A proposta é apresentar alguns aspectos nesta pesquisa que são considerados fundamentais em relação à fonologia, morfologia e sintaxe da LSB. Cabe destacar que, em alguns momentos, os aspectos aqui relacionados extrapolam o campo gramatical e adentram o discursivo, necessitando assim considerar o intercâmbio entre essas duas dimensões linguísticas. Antes disso, vamos discutir a gramática da datilologia.

1.3.1 Gramática da Datilologia

A datilologia é muito utilizada pelos falantes de LSB. É o alfabeto manual usado para expressar nomes de pessoas, localidades e outras palavras que não apresentam sinal na LSB.

Woll (1977) fez um levantamento histórico do material impresso na Inglaterra sobre Línguas de Sinais, e mostrou que, a partir de 1880, começam a aparecer pequenos panfletos, provavelmente destinados à venda para arrecadação de fundos, geralmente consistindo em ilustrações de sinais (em fotos ou desenhos), com ou sem descrições de como produzi-los. RAMOS, (2005, p.1)

Um panfleto denominado "Language of Silent Word" (1914) apresenta fotos de boa qualidade de 143 sinais e mais o alfabeto manual. Até 1938, quando um novo panfleto foi publicado pelo National Institute for the Deaf, essa foi a "cartilha" dos interessados em Língua de Sinais. (RAMOS, 2005, p.1).

Os alfabetos datilológicos ou alfabetos manuais têm uma história um pouco mais antiga, coincidindo com as primeiras tentativas formais de educação de surdos. (RAMOS, 2005, p.2).

Vem do século XVI, com o espanhol Pedro Ponce de León (1520- 1584), a invenção do primeiro alfabeto, publicado por Juan Martin Pablo Bonet em 1620, em um livro intitulado Reduccion de las letras y artes para enseñar a hablar a los mudos. O trabalho de Ponce de León está registrado nos livros da instituição religiosa que

relata sucesso de uma metodologia que incluía a datilologia, escrita e fala e levou seus três alunos surdos a falar grego, latim e italiano, além de chegar a um alto nível de compreensão em física e astronomia. (RAMOS, 2005 p.2).

Em meados do século XVIII, foi levado à França por Jacob Rodriguez Pereira e subsequentemente para os Estados Unidos em 1816 (por meio de Gallaudet) esse "alfabeto de uma mão", que pode ser reconhecido como o ancestral dos alfabetos manuais atuais. Outra corrente, a do "alfabeto de duas mãos", atualmente ainda em uso na Inglaterra e algumas de suas ex-colônias, aparentemente não mantém relação com o alfabeto de Bonet, um padre espanhol, educador e pioneiro na educação de Surdos, tendo suas origens menos claras. O alfabeto publicado anonimamente em 1698 com o nome de "Digitilíngua" deve ser o inspirador do atual. (RAMOS, 2005, p.2).

Mesmo sendo resultado da pesquisa de ouvintes no sentido de ensinar o Surdo a falar, a maior parte das comunidades surdas de todo o mundo utiliza a datilologia em suas línguas de sinais. Ela pode servir para palavras estrangeiras, nomes próprios que ainda não tenham recebido o "apelido"⁶ em sinal, nomes de lugares ou palavras novas. (RAMOS, 2005, p.2).

Segundo Padden (1998), “o alfabeto digital é um tipo de sistema manual que representa a ortografia da linguagem oral.”. No entanto, ele refere-se sempre a nomes próprios, lugares, nomes científicos e é usado para vocábulos que não possuem sinais. Castro Júnior (2010), no estudo “Gramática da datilologia”⁷, também percebeu que o alfabeto datilológico auxilia na intercomunicação entre duas línguas diferentes e possibilita a comunicação, quando o usuário de língua de sinais domina uma modalidade escrita de uma língua oral e queira saber o sinal para o termo referente em outra língua de sinal, quando não conhece o termo correspondente.

⁶ Explicamos “apelido” da seguinte maneira: A comunidade surda têm é a tradição de batizar os nomes de seus membros em lingual de sinais, que pode ser uma das características físicas da pessoa, ou a primeira letra de seu nome, ou de sua profissão, assim como exemplifica Dalcin (2007, p. 205): (...) os surdos eram “batizados” por outros surdos da comunidade, através de um sinal próprio e esse sinal seria a identidade de cada um na comunidade surda. (...) a comunidade surda não se refere às pessoas pelo nome próprio, mas pelo sinal próprio recebido no “batismo” quando o surdo ingressa na comunidade (...). Fonte: STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis. Editora UFSC. 2008. (p.64).

⁷ Pesquisa desenvolvida durante a disciplina de Lexicologia e Terminologia do mestrado em Linguística na Universidade de Brasília no ano de 2010 pelo autor.

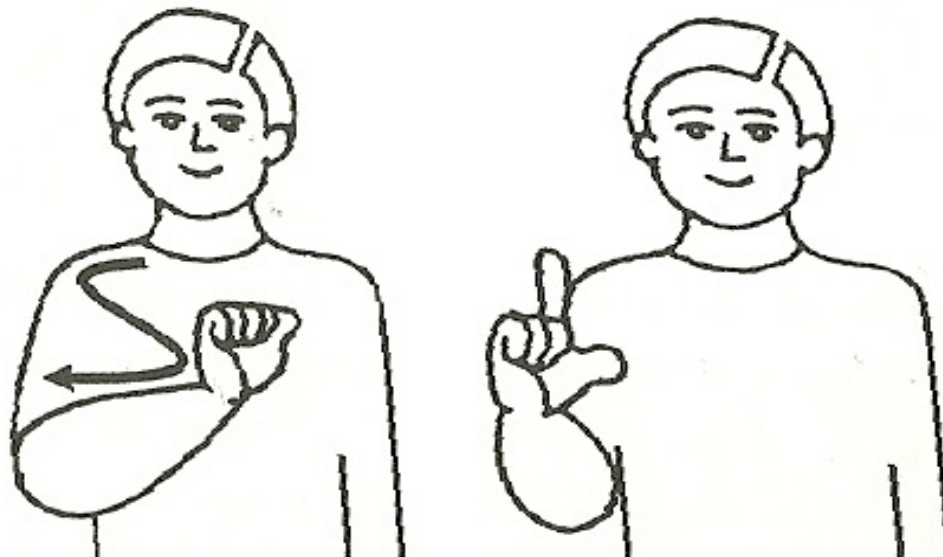
Figura 1: Alfabeto e números em LSB



Fonte: FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do estudante. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. 7ª. Edição 188p. 2007

O alfabeto manual não é apenas um “mecanismo” alternativo utilizado quando não se tem sinal correspondente na tradução de uma linguagem oral para uma língua de sinais. Tanto quanto as expressões faciais, esse alfabeto faz parte da língua de sinais. Mesmo que no início ele tenha tido a função de substituir a fala, aos poucos, foi-se tornando parte da língua de sinais. Alguns sinais são realizados com a digitação de algumas letras do alfabeto, como o sinal de AZUL (este constitui-se no sinal do alfabeto digital da letra “A” e da letra “L”), conforme mostra a figura seguinte:

Figura 2 do termo AZUL



FONTE: Dicionário de Capovilla *et al.* (2001).

Assim, a datilologia é linear e segue a estrutura oral-auditiva, diferente da LSB, que é simultânea. A diferença básica entre uma língua oral-auditiva e uma viso-espacial não é o uso do aparelho fonador/mãos no espaço, e sim a organização fonológica das duas modalidades: a linearidade, mais explorada nas línguas orais, e a simultaneidade, característica da língua de sinais QUADROS & KARNOPP, (2004, p. 47-51).

Quadros (1997) afirma, na página 47 que “a língua de sinais seria uma expressão da capacidade natural para a linguagem, de acordo com a perspectiva gerativa.”. Se há um dispositivo de aquisição de linguagem em todos os seres humanos, que deve ser acionado mediante a experiência linguística positiva, então a criança brasileira deveria ter acesso à LSB o quanto antes, para ativá-lo de forma natural, pois a língua portuguesa não será a língua a acionar naturalmente esse dispositivo, devido à falta de audição da criança. Esta até pode adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com relação à LSB. Nós acrescentamos que a língua portuguesa poderá ser adquirida como segunda língua.

Em seus trabalhos posteriores, Quadros, (1997; 2000) e Quadros & Karnopp,

(2003), declaram que a sintaxe da língua de sinais apresenta a prevalência da ordem sujeito/verbo/objeto (SVO) quando o sujeito e o objeto estão explícito nas sentenças: JOÃO AMAR ELA MARIA (João ama Maria). OSV e SOV são ordens derivadas mediante alguma marca especial (presença de traços). Tais marcações, como as não-manuais, ocorrem em conjunto com as palavras: MARIA [TÓPICO] JOÃO GOSTAR. Quadros (1997 ; 2000) analisa detalhadamente a estruturação frasal, os usos de advérbios, os modais, a concordância verbal, entre outros componentes sintáticos, já os aspectos fonológicos foram descritos com mais detalhes por Quadros & Karnopp (2003).

Descrever os aspectos formais da língua de sinais é necessário para a sua compreensão, mas ainda é apenas a “ponta do iceberg” no estudo, pois não existe uma “LSB” sem variação. Segundo Quadros & Karnopp (2003), “a escolaridade tem implicações nos usos da língua de sinais.”. Os Surdos que são alfabetizados tendem a realizar, por exemplo, algumas configurações de mão mais próximas do alfabeto digital. O “B” do sinal de BRASIL é bem “pronunciado”, com o polegar na mesma posição da escrita digital do B. Em outros casos, o polegar varia de posição, ficando com os outros dedos em posição lateral. Acrescenta-se que o polegar não é, em muitos sinais, um traço distintivo, podendo ser um alofone⁸. Há muitas diferenças de sentido para um mesmo sinal. Em relação aos usos linguísticos, mais e menos formais, também, há distinções. Quando o uso é menos formal, diminui-se o espaço em que os sinais são produzidos e, quando é mais formal, o espaço é maior.

O pesquisador Surdo Castro Júnior (2009) analisou as condições de uso e o papel da datilologia na estrutura da língua e fez a proposta da gramática da datilologia ao analisar as regras datilológicas nos seguintes aspectos: postura e situações de uso, em que analisou como deve ser o campo visual de realização da datilologia, quais roupas e que cuidados deve ser ter ao realizar a datilologia; analisou a importância da gramática da acentuação na datilologia, como forma de que o Surdo compreenda que as palavras apresentam acentuação; exemplificou a diferença entre a datilologia e Sinais soletrados, a relação entre a datilologia e os empréstimos linguísticos, organizou o que estava disponível na literatura sobre o tema: datilologia e números,

⁸ Definimos alofone como as realizações fonéticas de um mesmo fonema, variação esta que é condicionada por fatores contextuais, dialetais ou simplesmente de opções estilísticas individuais .

expressões de números ordinais, cardinais e valores monetários e exemplificou os processos derivacionais e flexionais no uso da datilologia.

Com base nesses estudos, podemos dizer que, através da organização das regras datilológicas, o uso do espaço é muito importante, pois a datilologia acontece de dentro para fora e nunca de fora para dentro; o espaço adequado para a datilologia depende do meio em que o falante da língua for sinalizar, por exemplo, se estiver em um ambiente de filmagem, o ideal é que a datilologia prossiga na frente do peito e não na frente do rosto, pois o contato visual e as expressões faciais são princípios inerentes das línguas de sinais. É desejável que, ao realizar a datilologia, haja uma sequencialidade, bem como uma movimentação. Este movimento foi denominado por “movimento datilológico”, o qual possibilita perceber a palavra na datilologia.

Várias questões com implicações na organização da gramática da datilologia nos estudos da variação linguística em LSB estão relacionadas com a pesquisa de situações em que a datilologia é desejável em LSB. Uma dessas sugestões é estudar como se dá o processo de evolução da datilologia na LSB, uma das proposta é analisar a seguinte evolução linguística: empréstimo linguístico → datilologia → sinais soletrados → sinal na LSB → variantes em LSB → padronização → convencionalização.

Aliadas a essas discussões, temos outras questões que mostram que é pelo léxico que identificamos a cultura de um povo, de uma comunidade. Assim as influências precisam ser historicamente analisadas, pois, se temos 100 (cem) anos de Língua de sinais, percebemos que o acréscimo vocabular e, também, a convencionalização dos sinais contribuem para o processo de discussão e de padronização, de organização da comunicação. Esse conjunto é imprescindível para a inserção do indivíduo Surdo na comunidade e nas representações sociais através das múltiplas produções culturais, de acordo com a percepção da modalidade visoespacial.

Se o processo de criação de sinais na LSB está associado às regras datilológicas, então é possível perceber que acontece em duas situações: Na primeira, é quando o receptor não conhece o sinal e utilizamos a datilologia para representar o sinal que foi falado pelo emissor. Na segunda, o falante da língua instiga a pesquisar o sinal para aquele termo que foi falado e, com isso, percebemos a necessidade da

utilização da interpretação - explicativa, ou seja, de uma abordagem do conceito do sinal em LSB, e assim se dá a criação do sinal com base na explicação conceitual. Esse processo exige a convencionalização do sinal criado, mas, para isso, existem algumas implicações que têm que ser levadas em conta. Por exemplo, para a palavra SÓDIO existem diferentes contextos de uso, então o processo sintático, semântico e pragmático também influencia no processo de criação, principalmente no que se refere às construções morfossintáticas que são estruturas que parecem sem sentido, mas que possuem informações, dependendo do contexto da situação de uso. Por isso, a datilologia em si tem seus aspectos positivos e negativos, mas, associada a outros estudos linguísticos, é possível compreender sua gramática, bem como a definição das regras.

A compreensão da gramática da datilologia irá auxiliar de modo colaborativo, visando atender aos contextos específicos da modalidade viso-espacial, principalmente na discussão do tema variação linguística em LSB, com as novas regras já pesquisadas pelo pesquisador Surdo Castro Júnior (2009).

Além disso, a pesquisa acima referida cita as inúmeras possibilidades que a datilologia oferece e que são produzidas por inúmeros contextos e reforça uma pesquisa anterior já desenvolvida pelos pesquisadores Castro Júnior e Faulstich, (2009)⁹, que permitiu aliar e direcionar os resultados para outras pesquisas a serem desenvolvidas, assim como possibilitará a organização de um banco de dados em LSB, com informações e sinais específicos da LSB, possibilitando um grande e rápido avanço na criação e formação de um banco de dados terminológico brasileiro de sinais filmados e/ou gráficos em LSB, além da consolidação das regras datilológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas da LSB. As pesquisas anteriores são imprescindíveis para construções conceituais na LSB, principalmente no que se refere às especificidades dos níveis linguísticos da LSB como elemento de construção e pesquisa da gramática de Língua de Sinais. As peculiaridades dessa língua exigem, portanto, que os pesquisadores da LSB entendam os conceitos de diferentes processos associados à modalidade viso-espacial nos diferentes parâmetros, pensando em novas práticas linguísticas que considerem a realidade bilíngue do Surdo.

⁹ Trabalho: A variação lexical regional na Língua Brasileira de sinais: interiorizando a prática educativa apresentado como resultado do projeto de iniciação científica no XV congresso de Iniciação científica da Universidade de Brasília e 5º Congresso de Iniciação Científica do DF. 2009.

1.3.2 Processos paramétricos da LSB

A comunicação em LSB não envolve apenas ver, discriminar, memorizar, mas um trabalho (meta)linguístico do sujeito sobre a língua, os movimentos enunciativos aos quais o sujeito recorre, a subjetividade que põe em evidência as escolhas lexicais, a construção sociocognitiva do sentido. São esses movimentos que fazem o processamento linguístico da LSB se realizar SANTANA (2007).

Adquirir linguagem significa muito mais que aprender um conjunto de regras. Franchi (1992) ressalta que, quando se aprende uma determinada língua, não se adquire apenas um conjunto de “funções”, com suas características e modos de expressão. Tampouco se aprende em consequência de exercitar diferentes atos efetivos da linguagem ou de assimilar convenções e o domínio de um formulário de policiamento da prática “comunicativa”.

Aprender a falar qualquer língua é também dominar e desenvolver sistemas de regras formais recursivas que permitem construir, com base em elementos iniciais mais simples, as estruturas abstratas que compõem infinitas orações, servindo às mais diversas necessidades de manifestações das experiências humanas. O autor ainda complementa que a função comunicativa da linguagem é dependente do sucesso com que se exerce a função construtivo-representativa, imaginativa. A linguagem é uma atividade constitutiva (do conhecimento), um processo contínuo de elaboração e reelaboração de categorias, de valores, de pensamento.

A LSB tem a estrutura gramatical organizada a partir de alguns parâmetros que estruturam sua formação nos diferentes níveis linguísticos: fonológico, sintático, semântico, morfológico e outros. Três são seus parâmetros principais ou maiores: a Configuração da(s) mão(s)-(CM), o Movimento - (M) e o Ponto de Articulação - (PA); e outros três constituem seus parâmetros menores: Região de Contato, Orientação da(s) mão(s) e Disposição da(s) mão(s) (FERREIRA-BRITO, 1990 p. 20-43).

Os sinais são compostos por cinco parâmetros: configuração de mão (CM), movimento (M), ponto de articulação (PA), orientação da palma da mão (Or) e expressões não-manuais (ENM).

Segundo Ferreira-Brito (1995:41), “são as diversas formas que a(s) mão(s) toma(m) na realização do sinal.”. Para Ferreira-Brito (1995), “a LSB possui 46

configurações de mão (CMs)”. As 46 CMs referem-se às manifestações no nível fonético.

As configurações de mão (CMs) são as possíveis formas que as mãos adquirem na realização dos sinais. Pimenta e Quadros (2006) sistematizaram 61 configurações de mão em LSB. Geralmente, as CMs apresentam-se associadas aos parâmetros movimento, ponto de articulação, orientação da mão e expressões não-manuais.

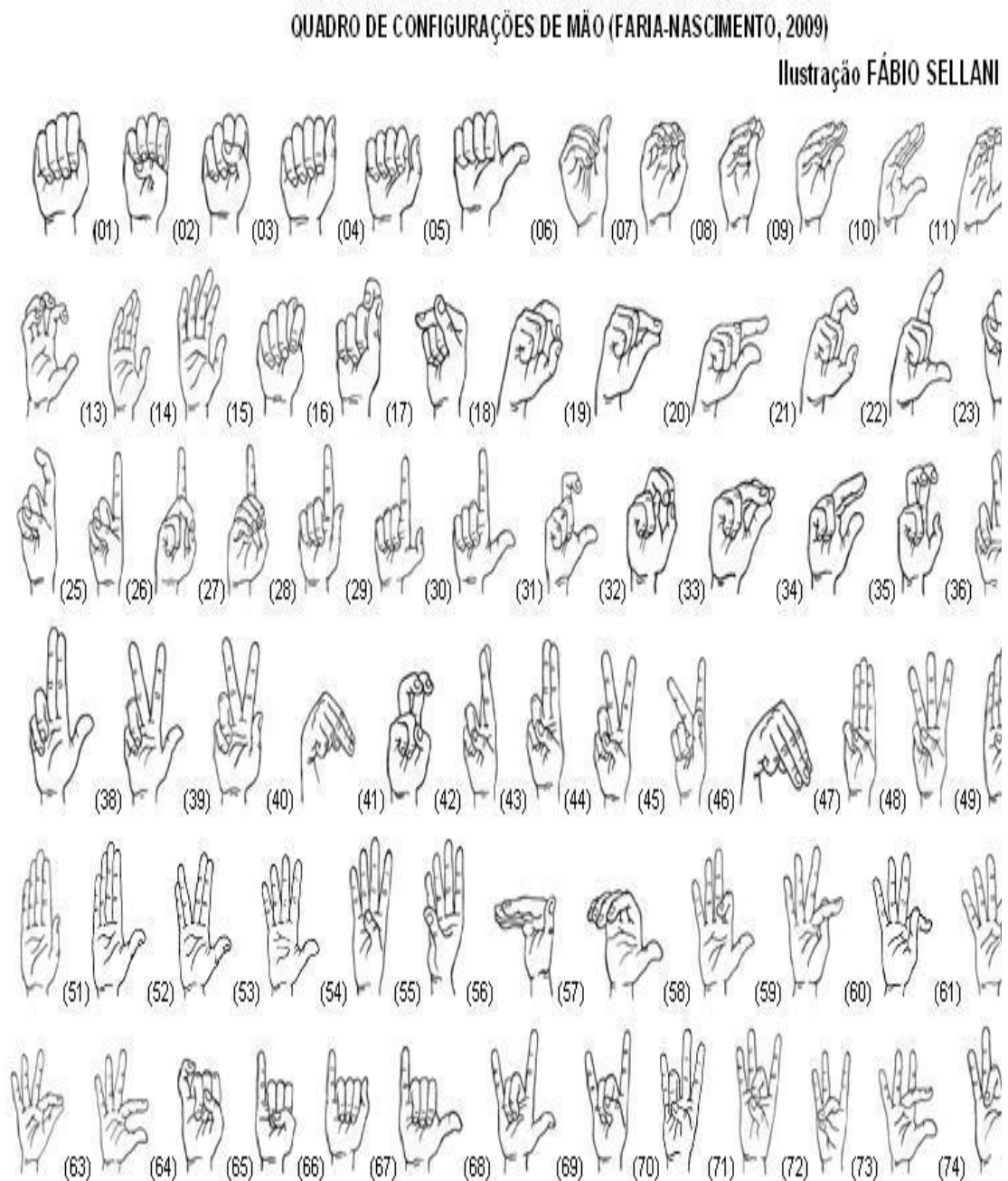
Figura 3: Configuração de mãos



Fonte: Quadro de CMs da LSB, por Pimenta e Quadros (2006, p.73).

Por sua vez, Faria-Nascimento (2009) apresenta em sua tese de doutorado de 2009 um quadro ampliado com 75 (setenta e cinco) configuração de mãos, conforme mostra o quadro abaixo:

Figura 04: Configuração de mãos



Fonte: Faria-Nascimento, Sandra Patrícia de Tese de Doutorado: Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica. 2009. UnB.

Os movimentos (Ms) que compõem os sinais são os mais diversos: movimentos de pulso, dos dedos, de abrir e fechar as mãos, direcionais e até sequência de movimentos em um mesmo sinal. Os sinais DINÂMICA¹⁰ E DIDÁTICA¹¹ se diferenciam, apenas, pelo movimento, as CMs e o ponto de articulação destes sinais são os mesmos. No primeiro, realiza-se o movimento circular em que as mãos, direita e esquerda, circulam uma pela outra, alternadamente. Já no sinal DIDÁTICA, realiza-se o movimento em que as pontas dos dedos da mão direita se colidem com as pontas dos dedos da esquerda, com exceção dos dedos indicadores. Esse movimento de toque é realizado por duas vezes na execução do sinal. Logo, o que diferencia um sinal do outro é somente o movimento. (NASCIMENTO, 2010, p.15).

O movimento é um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço até conjuntos de movimentos no mesmo sinal (KLIMA & BELLUGI, 1979, apud FERREIRA-BRITO, 1995).

O movimento é uma importante unidade mínima. Além de participar ativamente na produção do sinal, ele dá dinamismo a essa língua.

As pessoas ouvintes ao usarem a língua de sinais o fazem, normalmente, de maneira mais estática. Isso ocorre porque o movimento, embora seja uma parte integrante da língua, é realizado com mais propriedade pelos surdos, que são visuais, mais fluentes em relação aos ouvintes e conhecem a língua profundamente.

Sabe-se que associar à produção do sinal aspectos como o movimento e as expressões não-manuais não é algo simples, para os ouvintes. Essa habilidade exige muita competência e fluência na língua, além de uma boa coordenação motora, domínio do movimento e orientação no espaço.

Para os ouvintes, falantes de língua oral-auditiva, o domínio dessas habilidades é algo bem complexo. Os surdos, por serem seres visuais, adquirem essas habilidades com muito mais naturalidade e facilidade do que os ouvintes. Cabe destacar, então, que para que haja movimento é preciso haver espaço. Portanto, o movimento é indissociável do espaço como afirmam Quadros & Karnopp (2004).

¹⁰ (cf. Capovilla *et al.*, 2001, p.542) – DIDÁTICA: CMs das duas mãos em “D”, lado a lado, tocando-se duas vezes, pelas pontas dos dedos unidas.

¹¹ DINÂMICA: CMs das duas mãos em “D”, com pontas dos dedos unidas posicionadas uma sobre a outra, em movimento circular, alternado, das pontas dos dedos unidas, como na articulação de BRINCAR.

O ponto de articulação (PA) é o local de realização do sinal. Este pode se localizar em frente ao corpo ou na própria superfície do corpo. O PA pode ser localizado na cabeça, nos ombros, na cintura, enfim, em várias partes do corpo, ou próximas ao corpo, como por exemplo, os sinais VEREADOR, SENADOR E DEPUTADO que são realizados no lado do rosto próximo a bochecha, como mostramos nas figuras 5, 6 e 7, em seguida.

Figura 5: Sinal com o ponto de articulação para VEREADOR



Fonte: Terminologia da política brasileira – Libras / Língua portuguesa Disponível em: < <http://politicaemlibras.blogspot.com/search/label/V> > Acesso em 11/01/2011

Figura 6: Sinal com o ponto de articulação para SENADOR



Fonte: Terminologia da política brasileira – Libras / Língua portuguesa Disponível em: < <http://politicaemlibras.blogspot.com/search/label/S> > Acesso em 11/01/2011

Figura 7: Sinal com o ponto de articulação para DEPUTADO

Deputado



Fonte: Terminologia da política brasileira – Libras / Língua portuguesa Disponível em: < <http://politicaemlibras.blogspot.com/search/label/V> > Acesso em 11/01/2011

O ponto de articulação é uma das principais unidade mínima que compõe os parâmetros. Os sinais podem ser produzidos envolvendo quatro pontos de articulação: tronco, cabeça, mão e espaço neutro e subespaços (nariz, boca, olho, dentre outros). Na figura 8, apresentamos os pontos de articulação em LSB.

Figura 8: Exemplo de locais onde podem ser produzidos os pontos de articulação em LSB



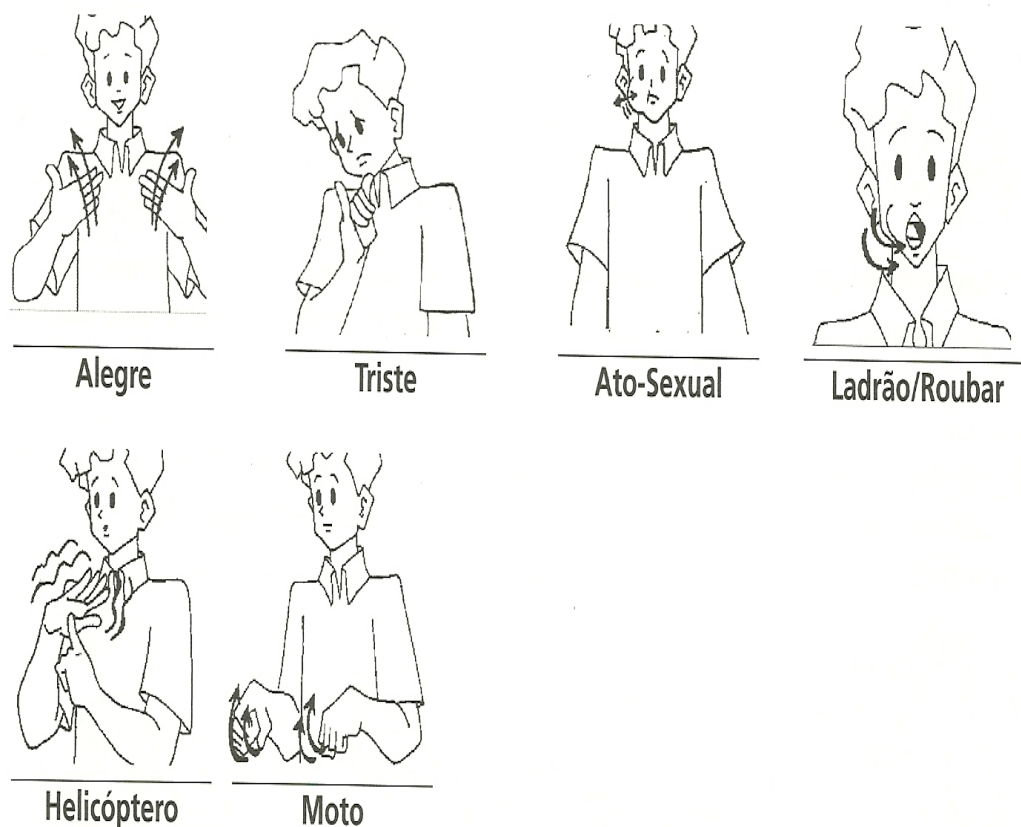
Muitos sinais envolvem um movimento, indo de um ponto de articulação para outro. Mesmo assim, cada sinal tem apenas um ponto de articulação, mesmo que ocorra um movimento de direção.

A orientação (Or) é um parâmetro sobre a disposição da palma da mão. A Or pode ser para cima, para baixo, para dentro, para fora, em disposição contralateral ou ipsilateral. (NASCIMENTO, 2010, p.16).

É possível identificar seis tipos de orientações da palma da mão na LSB: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita e para a esquerda.

O último parâmetro é o das expressões não manuais (ENM) que podem ter funções gramaticais na LSB. As ENMs podem movimentar as bochechas, os olhos, a cabeça, as sobrancelhas, o nariz, os lábios, a língua e o tronco. (NASCIMENTO, 2010, p. 17). Na figura 9, apresentamos alguns exemplos.

Figura 9: Exemplo de algumas Expressões faciais em LSB



Fonte: FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do estudante. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. 7ª. Edição 188p. 2007

1.4 Tema da dissertação e objeto de estudo

O tema desta pesquisa é o estudo da variação linguística em LSB com enfoque no léxico. É uma pesquisa desenvolvida na área de lexicologia e terminologia sob a perspectiva de estudos da terminologia da política brasileira. Existe um grupo de estudos do léxico formado por tradutores e intérpretes de LSB, que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e federal e desenvolvem pesquisas de sinais nesta área.

Para que tenhamos uma percepção de como o processo de variação linguística acontece na LSB delimitamos o estudo da variação linguística na terminologia da política brasileira.

Pelo que foi dito, esta pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pela importância do estudo da variação linguística em LSB para o desenvolvimento da língua e para a elaboração de propostas do dicionário terminológico da LSB. Além disso, a bibliografia sobre o tema tem ressaltado a importância das possibilidades de estudos, principalmente no enriquecimento do léxico e na difusão do uso da LSB, o que justifica a busca por materiais que possibilitam a divulgação e o registro da LSB.

O tema adquire ainda mais relevância quando é levado em consideração que: i) a LSB é uma língua recente; ii) o movimento de luta política dos Surdos pelos direitos humanos e linguísticos é marcado pela falta de incentivo, apoio ou por desconhecimento da legislação política brasileira pelos próprios Surdos. Torna-se importante, assim, que, nas questões políticas, sejam observadas as variações linguísticas para uma melhor compreensão da realidade da língua no País, quanto ao registro, ao uso e à disseminação da LSB.

Assim, o exame dessas questões, no Brasil, certamente contribui para melhor compreensão dos processos linguísticos da LSB e do potencial do registro das variações linguísticas das diversas regiões do Brasil.

Cabral (1988, p. 208), destaca que:

"[...] Os falantes podem estar expostos a situações variadas e é de maior interesse para o planejamento de uma política da língua e da política educacional efetuar o levantamento das línguas que são faladas numa dada comunidade, quantas pessoas a(s) praticam e quais as suas variedades e o que é importante, qual a atitude desses falantes em relação a isso".

Assim, reiteramos que esta pesquisa visa elaborar um panorama para a análise das variações linguísticas em LSB, trazendo novos elementos para essa discussão.

1.5 Objetivos

O que procuramos investigar neste estudo são as variações linguísticas existentes na LSB utilizadas pela comunidade Surda do Distrito Federal e outras regiões do Brasil, bem como registrar sinais que possuem variação linguística a partir de sinais apresentados por profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo federal. Um efetivo registro nos permitirá elaborar, organizar e pensar estratégias para a elaboração de um dicionário terminológico de Língua de Sinais Brasileira.

Assim, para isso almejamos i) analisar e registrar as variantes linguística da LSB com base nos usos da LSB por Surdos, ii) analisar a frequência de certas variantes linguísticas; iii) identificar se a variação que existe na LSB é uma variação que ocorreu por variação regional e provocou mudanças; iv) verificar qual método deve ser seguido para o registro de sinais; v) descobrir se existe compreensão dos sinais que apresentam variação linguística por parte dos Surdos quando em contato com Surdos de outras regiões do estado e vi) registrar essas variações para posterior análise.

1.6 A LSB e a Língua Portuguesa

As autoras Quadros & Karnopp (2004, p.30) mostram que a língua portuguesa é uma língua de modalidade oral-auditiva, quer dizer que utiliza o canal oral (aparelho fonoarticulatório) e auditivo para sua comunicação. A LSB utiliza como modalidade de comunicação o canal viso-espacial, quer dizer, o canal visual e a delimitação espacial pelo qual o falante sinaliza no espaço. A imagem mental da palavra, para o Surdo, é feita visualmente, e não auditivamente, demonstrando que a associação do significante com o significado é feita não na forma som/sentido, e sim gestos articulatórios/sentido. Assim, o contexto interpretativo comunicativo auxilia na compreensão e gera uma imensa rede de possibilidades lexicais.

Tendo em vista a variação linguística, o processo de interface entre a

modalidade oral-auditiva e a modalidade viso-espacial não pode ser considerada uniforme. A percepção visual do gesto articulatório do interlocutor não é homogêneo, pois a fala não é de uma língua homogênea. Há variações linguísticas entre Surdos gaúchos, baianos, paulistas, que não são apenas semânticas, mas também fonológicas e, algumas vezes, sintáticas. As diferentes formas de falar ou sinalizar (pontos de articulação, prosódia) incidem em diferenças “visuais”.

Peixoto (2006, p. 205-229), ao estudar a interface entre a LSB e o português escrito, afirma que a diferença é que a língua de sinais constitui um apoio, um lugar de reflexão e de atribuições de sentido ao texto escrito, no qual a palavra escrita é o resultado de um diálogo entre os elementos e as características dos dois sistemas da língua. E mais, diz que se parte de um sinal para chegar a uma palavra, o que faz o falante buscar significantes nessa língua para chegar a palavra. A autora levanta os pontos comuns entre as duas línguas: o alfabeto digital e os empréstimos linguísticos que existem na LSB.

Pesquisas têm demonstrado que os falantes de língua de sinais têm habilidades de espaços-visuais mais desenvolvidas que os sujeitos que não usam essa língua (EMMOREY, 1993; MAYBERRY *et al.*, 1992). As habilidades visuais estão ligadas a habilidades linguísticas específicas necessárias para a língua de sinais, por exemplo, o uso e o reconhecimento de expressões faciais, o uso do espaço, a manutenção e a rapidez de imagens, a discriminação da face, de figuras em espelho. Há aumento na maturação do processo viso-espacial no hemisfério direito de crianças Surdas produzido pela compensação sensorial.

Estudos recentes têm demonstrado participação importante do hemisfério direito no processamento da língua de sinais, indicando que o processo é bilateral. No entanto, Neville *et al.* (1997), Bavelier *et al.* (1998) e Newman *et al.* (2002) afirmam que “as áreas parietoccipital e frontal do hemisfério direito são utilizadas para o processamento da língua de sinais em sujeitos Surdos e ouvintes.” Contudo, é questionável o papel central do hemisfério direito no processamento da linguagem, já que os estudos de casos com afásicos em língua de sinais não corroboram uma participação linguística efetiva desse hemisfério.

Estudos mais específicos com ouvintes bilíngues em língua de sinais e em línguas de modalidade oral, bem como Surdos que usam a língua de sinais (OBLER & GJERLOW, 2000), demonstram que somente a estimulação da área de Broca, que é

a parte do cérebro humano responsável pelo processamento da linguagem, produção da fala e compreensão, são semelhantes na produção em inglês e na língua de sinais. A estimulação na área temporal tem resultados diferentes, demonstrando que a área temporal do hemisfério esquerdo é mais importante para a língua de sinais, para a soletração e para a posição das mãos, do que para a linguagem falada.

Essas pesquisas parecem evidenciar que, em termos estruturais, a modalidade da linguagem pode afetar, de forma variada, a atividade corticognitiva. A experiência predominantemente visual influencia ativamente a cognição e evidencia a flexibilidade e a plasticidade do cérebro. Porém, a modalidade da língua não é responsável, isoladamente, pela organização cerebral para a linguagem.

1.7 Com as mãos na linguística da LSB

Quando um pesquisador propõe determinadas abordagens para lidar com a variação linguística em LSB, não consegue ser imparcial, pois sua proposta sempre refletirá uma concepção própria de análise da língua. Tal concepção resulta do modo de como cada estudioso encara a variação linguística em LSB, seja como um processo sem tamanha significação ou como um processo lingüístico importante na valorização da LSB.

Há uma espécie de “definições prontas” de pesquisas que implícita ou explicitamente fornecem a solução primordial para o problema da falta de vocabulários e ou sinais na LSB. Em linhas gerais, essas soluções têm duas bases: uma oferecida pela linguística na Língua Portuguesa que vê a LSB como uma língua minoritária e, portanto, busca a “normalidade” dispondo de comparações com os mecanismos e estruturas linguísticas da Língua Portuguesa e outra, sustentada pela linguística da língua de sinais, que visa a comprovar e a mostrar os processos da variação linguística em LSB e defende a língua de sinais como sendo a língua do Surdo, bem como a idéia de uma cultura surda que leva à luta pelos direitos lingüísticos e para o empoderamento do sujeito Surdo frente a uma maioria linguística e direciona a discussão para uma questão de ordem ideológica, para a promoção das políticas lingüísticas na LSB.

Essa dualidade parece ocorrer especialmente entre os pesquisadores que já vêm desenvolvendo pesquisas em LSB, que buscam elaborar dicionários sem os

conhecimentos lexicográficos e dos processos de variação linguística em LSB e, de outro lado pesquisadores da linguística que aplicam os conhecimentos adquiridos na construção da linguística de língua de sinais e que procuram valorizar a LSB de forma efetiva. Não podemos esquecer de que o embate entre essas duas grandes frentes tem como base a legitimação da decisão sobre a linguística da língua de sinais e do pesquisador da linguística habilitado para a atuação na lexicologia e na terminologia, em contraposição a profissionais sem conhecimentos específicos e de outras áreas do conhecimento.

Não é fortuito que divulgações e/ou enunciações como “dicionário que contemple as variações linguísticas em LSB” tenham surgido no seio de uma visão de pesquisadores sem algum preparo para a elaboração de materiais Didáticos na LSB, sem antes compreender todo um processo necessário para a organização e para a pesquisa da gramática e do léxico da LSB, dos processos linguísticos e de todos os mecanismos necessários para o desenvolvimento de diversos outros projetos de pesquisa na LSB. Tampouco que a expressão “Cultura Surda” e ou “Dicionário de LSB” venha para dar forma e visibilidade a estes pesquisadores. Para isso é preciso o envolvimento e discussões entre Surdos e pesquisadores para encarar a realidade da LSB, que é uma língua e merece fazer jus ao seu status linguístico, cuja responsabilidade é dos pesquisadores em LSB, que a legitimam, e dos Surdos, que se manifestam pela LSB.

Assim, na pesquisa da linguística da língua de sinais, surgem diversas dicotomias quando discutimos o tema da variação linguística em LSB, e estas refletem as diferentes posições que os Surdos têm de tomar diante da imposição de uma língua majoritária que, no caso, é a língua portuguesa ou de uma cultura dominante. As posições tomadas ao acaso, não são ideologicamente neutras. Elas estão relacionadas com conflitos e com pressões sociais que os Surdos enfrentam na dualidade social: cultura surda/cultura ouvinte, normalidade/anormalidade, linguagem oral/ língua de sinais.

A literatura sobre a linguística e a língua de sinais, no Brasil e no mundo, estabelece uma equivalência entre as línguas orais e as línguas de sinais:

(...) a linguagem é restringida por determinados princípios que fazem parte do conhecimento humano e determinam a produção oral ou viso-espacial, dependendo da modalidade das línguas (faladas ou sinalizadas). (QUADROS & KARNOPP, 2004, p.16).

Debater essas questões contribuem para entender o modo como surgiram diferentes questões acerca da pesquisa da variação linguística em LSB, que é o que a pesquisa incentiva, como contribuição na linguística da língua de sinais. Ou seja, visamos não apenas discutir conceitos, mas sim construir e compreender como determinados termos se constituem no campo leigo, como o tema variação linguística em LSB, entre os Surdos e falantes de LSB, e no campo científico, entre os pesquisadores, já que é dentro desses dois pólos, ou melhor, na homologia entre eles, que o tema ganha legitimidade.

A língua de sinais teve seu estatuto linguístico estabelecido por Stokoe (1960), quando foi realizada, pelo autor, a análise dos aspectos fonológicos, semânticos, sintáticos e morfológico da Língua de Sinais Americana (ASL). Com relação à fonologia, há os queremas, unidades de características distintivas, e, na morfologia, há os morfemas. Tal qual a combinação de sons - fonemas os morfemas criam as unidades de significado (as palavras), mas as combinações na dimensão gestual, os queremas produzem diversidade de unidades com significados (sinais). Os queremas não são segmentos, mas aspectos de um sinal. Stokoe (1960) procurou analisar os sinais espacialmente e mostrou que cada um possuía pelo menos três partes independentes e cada parte apresentava número limitado de combinações: localização, espaço em frente ao corpo, configuração de mão.

Stokoe, na mesma obra, afirma ainda a importância das expressões faciais, que devem ser consideradas parte dos sinais, já que possuem papel similar ao contorno de entonação das línguas orais (afirmação, negação, dúvida, questionamento, dentre outros.). Do ponto de vista semântico, a língua de sinais possui vocabulário menor do que as línguas orais (na proporção de 1 para 100). Além do léxico menor, o autor comenta que não há, nas línguas de sinais, artigos, preposições, advérbios e copulas. A sintaxe, por sua vez, não pode ser descrita por generalização de regras desse gênero, mas pode fornecer dados sobre a estrutura profunda da linguagem.

O impacto do estudo de Stokoe (1960) foi tal que, a partir dele, nos anos subsequentes, diversas línguas de sinais passaram a ser descritas seguindo, em sua grande maioria, a mesma classificação proposta por este autor, ou seja, em níveis linguísticos (particularmente, em níveis fonológico, morfológico e sintático). Assim ocorreu com as línguas de sinais inglesa, chinesa, costarriquenha, tcheca, venezuelana, iugoslava (cf.:Rée, 1999), francesa, sueca, dinamarquesa, holandesa,

alemã, italiana (cf.:Johnson, 1994, p.13), portuguesa (cf.: Amaral, Coutinho & Martins, 1994) e também com a brasileira (cf.: Ferreira-Brito, 1995; Quadros, 1997; Quadros & Karnopp, 2004), além de uma vasta quantidade de estudos sobre a língua de sinais americana (cf.: Klima & Bellugi, 1979; Poizner; Klima & Bellugi, 1987; Emmorey, Bellugi & Klima, 1993), dentre vários outros citados nos estudos das diferentes línguas de sinais).

A luta pela Língua de Sinais, utilizada clandestinamente pelos Surdos fora dos bancos escolares, ganha força com as descobertas de Stokoe (1960). Wilcox (2005) aponta o quanto é recente o reconhecimento da Língua de Sinais como língua, que só começa a acontecer por volta de 1960, nos EUA, com os trabalhos de Stokoe, que publicou o primeiro dicionário de Língua Americana de Sinais (ASL). Os estudos gramaticais sobre a ASL fomentam reflexões sobre a impossibilidade de utilizar uma língua visual e oral-auditiva ao mesmo tempo, devido às suas diferenças intrínsecas.

Os estudos que a linguística tem desenvolvido, ao analisar os fenômenos recorrentes na língua, vêm aos poucos ganhando espaços dentro de alguns compêndios em que os autores Surdos aproveitam as pesquisa na LSB e passam a divulgar a necessidade de pesquisar e analisar o que de fato ocorre na Língua.

Um estudo que vale a pena ressaltar diz respeito à iconicidade em LSB. Então quando dizemos que a LSB é uma língua icônica, ou apresenta iconicidade, é preciso levar em conta dois campos: o da forma e o da construção mental. (FAULSTICH, 2006).

Se a LSB for considerada icônica só por causa da sua forma, da figura, da representação visual do objeto, ela não é considerada uma língua. Faulstich (2006) defende que a Língua de Sinais para ser uma língua é preciso ter construção mental, porque nenhuma língua é só forma, é também conteúdo.

Assim, a iconicidade em língua de sinais acontece pela forma ou pelo conteúdo? Se existe uma construção mental, se o sinal apresenta conteúdo, então a Língua de Sinais, como a LSB, caracteriza-se como língua.

O pesquisador Surdo Castro Júnior, (2009)¹² defende que, para representar e

¹² Artigo de pesquisa: As consequências das variações regionais nos processos interativos de comunicação: variações regionais x variações lexicais apresentado como requisito parcial de aprovação na disciplina Lexicologia e Terminologia no mestrado em Linguística da UnB. 2009.

embasar essas questões quanto à iconicidade da LSB, em relação ao estudo da variação linguística, mostra que existe as representações paramétricas dos diversos sinais na LSB, como o movimento, a direção, a configuração de mão, a orientação, as expressões faciais e não-manuais, que caracterizam a produção e a construção mental do sinal, para isso o pesquisador coletou dados que servem para mostrar como as variantes, nesse processo linguístico se organiza e estrutura na LSB.

Os parâmetros linguísticos da LSB possibilitam a formação e a realização dos sinais e, assim, contribuem para desencadear os processos linguísticos nos diversos níveis sintáticos, semântico, fonológico e morfológico na gramática da LSB.

Assim sendo, não se pode limitar a criação, a formação e a conceituação dos sinais apenas à forma ou a representação visual do sinal, mas é preciso analisar também a construção mental do signo para que a LSB seja caracterizada como uma língua de modalidade viso-espacial. Isto se dá porque essas línguas são independentes das línguas orais, pois foram produzidas dentro das comunidades surdas, com base na construção mental que os Surdos têm do mundo.

O desenvolvimento de pesquisa que visa estudar a iconicidade na variação linguística em LSB e as implicações destas no processo de padronização dos sinais, por exemplo, permitirão o desenvolvimento de estratégias que contribuirão para a valorização da linguística da língua de sinais, com enfoque nos sistemas morfológico e lexical, da língua.

No contexto da LSB, investigações sobre a iconicidade em língua de sinais se concentram em apenas mostrar como os sinais são icônicos em seus diferentes contextos, havendo poucos estudos acerca de quais são os critérios que possibilitam a classificação e organização dos sinais icônicos e suas relações com outros processos linguísticos, como a variação linguística em LSB. Muitos sinais são criados e produzidos em sala de aula, por exemplo, quando para uma palavra da Língua Portuguesa, não existe um sinal correspondente em LSB. Para isso um sinal é criado e não é disseminado, nem é reconhecido por uma instituição, com vistas a ser um sinal padrão. Pensamos então que o reconhecimento da propriedade da iconicidade na LSB, enquanto processo linguístico, deve se dá em co-relação com a variação linguística.

Quando os processos paramétricos articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, pois usam o espaço e as dimensões expostas pelos mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, para veicular

significados, por isso, muitas vezes, apresentam formas icônicas, que são no dizer de Ferreira-Brito (1997) formas linguísticas que tentam copiar o referente real em suas características visuais.

A iconicidade, mais evidente nas línguas de sinais do que nas orais, deve-se ao fato de que o espaço parece ser mais concreto e palpável do que o tempo, dimensão utilizada pelas línguas orais-auditivas, quando constituem suas estruturas por meio de seqüências sonoras, que basicamente se transmitem temporalmente.

Entretanto, as formas icônicas das línguas de sinais não são nem universais, nem o retrato fiel da realidade. Cada língua de sinais representa seus referentes, ainda que de forma icônica, convencionalmente, porque cada uma vê os objetos, seres e eventos representados em seus sinais ou palavras sob uma determinada ótica ou perspectiva. O caráter motivacional dos sinais icônicos atribui a eles um *status* linguístico, posto que seja conhecido o fato de que as palavras nas línguas em geral são arbitrárias. Como língua natural, as línguas de sinais assemelham-se às línguas orais por serem constituídas de princípios linguísticos universais, subjacentes a qualquer língua (QUADROS & KARNOPP, 2004).

Assim, a propriedade que deve ressaltar no estudo da iconicidade em LSB é o desenvolvimento do processo de construção mental, por exemplo na análise de verbetes. Muitas palavras em língua portuguesa quando são passadas para a LSB não apresentam sinal e o falante da língua necessita compreender que não é só copiar através da forma ou representação visual, para mostrar domínio e competência, é preciso conhecer o objeto, o conceito, a função e como se deu a construção mental do objeto ou o significado pelo Surdo através de representações, por isso é importante valorizar e registrar a construção e a formulação do significado e todas as inúmeras possibilidades que a linguística oferece para a pesquisa do sinal em relação ao objeto ou ao conceito, ou ao significado.

Por exemplo, para o verbeito Projetor de imagem, pensemos: Qual é o sinal do objeto em LSB? Qual é o sinal de projetar? Como se dá a construção mental do sinal do objeto? Pesquisas têm mostrado que a conceituação deste verbeito seria: aparelho + ligar + projetar + imagem e isso seria a construção mental e não se limitaria apenas a forma icônica que se supõe o objeto ter.

Em outras análises, se o verbeito apresenta remissivas, para que possamos entender as relações que se estruturam, é preciso apresentar algum termo que o leitor

precisa conhecer e compreender o tema. Aí, estaremos na dimensão textual, que organiza campos lexicais e semânticos.

Antes de qualquer processo, é preciso delimitar o campo lexical e o semântico para saber que termo foi empregado em determinado contexto.

Os verbetes, seja no léxico concreto, seja na construção mental, apresentam uma significação, porém, não é a quantidade de informação que define o verbete, mas sim o conhecimento que ele contém. O conjunto de verbetes organiza o dicionário que é um documento que contribui para a construção das informações e para a disseminação destas.

Por isso, é um desafio elaborar dicionário e, por isso, para quem não sabe LSB, as condições e representações paramétricas devem ser enfocadas bem como os resultados apresentados.

De início, deve ser elaborado um dicionário de configuração, quer dizer, um dicionário paramétrico, se o público para qual o dicionário se direciona for usuário de LSB. Caso contrário, poderá ser um dicionário bilíngue bidirecional que apresenta a estrutura Português → LSB; LSB → Português, que oferece condições para a consulta dos verbetes nas duas línguas.

A qualidade dos dicionários está ligada à valorização do processo lexicográfico e de quem elabora. Assim, no caso da LSB é preciso que o registro da LSB seja feito, preferencialmente, pelos Surdos que dominam a língua.

Para fundamentar ainda mais a discussão exposta neste capítulo, passaremos, no capítulo 2, a rever conceitos, à luz da literatura que nos serviu de base.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Introdução

Ao reconhecer que as línguas variam e podem mudar, entendemos que esse processo é inerente ao sistema linguístico, como um princípio que rege todas as línguas, do qual as línguas de sinais não podem escapar. Iniciamos esta revisão com breve estudo do modelo sociolinguístico de Labov (1966) e Tarallo (2004). Em seguida, valemo-nos, de estudos, artigos e pesquisas sobre a LSB, realizados por Ferreira-Brito (1995); Felipe (2001); Quadros & Karnopp (2004) e em preceitos legais que regem a educação inclusiva: Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca, de 1994, LDB 9394/96 e a Lei Federal N°. 10.436.

De início, afirmamos que o estudo da variação linguística oferece possibilidades de registrar a diversidade linguística dos sinais da LSB, dos sentidos que eles assumem, para tentar adentrar nas faces secretas das palavras, acentuando o conhecimento dos fenômenos dessa língua. Assim, resgatamos as identidades culturais por meio da língua, e privilegamos o enfoque eminentemente interativo mais do que estrutural do sistema linguístico.

A visão da variação como um fato aleatório e irregular só se sustenta em uma perspectiva de língua como sistema monolítico, estável e homogêneo, supostamente partilhado por todos os usuários pertencentes a uma comunidade linguisticamente homogênea. Dentro desse modelo de análise, não haverá heterogeneidade a ser estudada, uma vez que a comunidade linguística parece não ser heterogênea.

O ponto de ruptura estabelecido pelos estudos de Labov (1966), em relação ao modelo anterior, está na concepção de língua como um sistema heterogêneo ordenado, condição para o estudo da mudança linguística. Estava assim lançada a base para a teoria da variação linguística. Outros trabalhos seguiram sua linha metodológica, inclusive de linguistas brasileiros.

Uma das investigações de Labov mais citadas consistia em verificar em que medida o fracasso escolar das crianças negras em Harlem (Columbia - EUA) relacionava-se com o dialeto falado por elas. No resultado dos seus estudos concluiu que há diferenças de padrão entre a fala dos negros e dos brancos, em que o inglês vernáculo dos negros era desvalorizado, por conta do latente racismo americano.

Os princípios metodológicos da pesquisa variacionista, fundamentada nos estudos sociolinguísticos, partem da premissa de que a heterogeneidade manifestada na fala dos sujeitos deve ser analisada de forma coerente, para tanto a investigação empírica faz-se necessária.

Como o estudo a que nos propomos focaliza a variação numa língua de modalidade viso-espacial, faz-se necessário, além desse aporte teórico – metodológico, estudos que fundamentem a organização dessa língua.

Para começar, informamos que os estudos sobre a LSB foram iniciados no Brasil por Gladis Knak Rehfeldt, sob o título “A língua de sinais do Brasil”, em 1981. Há também artigos e pesquisas realizados por Lucinda Ferreira-Brito, publicados no livro “Por uma gramática das línguas de sinais”, de 1995. Depois desses trabalhos, as pesquisas começaram a explorar diferentes aspectos da estrutura da LSB.

Pesquisas como as de Fernandes (1990), um trabalho de psicolinguística; de Karnopp (1994), que estudou aspectos de aquisição da fonologia por crianças surdas de pais surdos; de Felipe (1993), que propõe uma tipologia de verbos em língua brasileira de sinais; de Quadros (1999), que apresenta a estrutura da língua de sinais, associada às atividades dirigidas pela FENEIS foram responsáveis pelo reconhecimento legal da LSB no Brasil.

Como uma língua percebida pelos olhos, a LSB apresenta uma configuração estrutural pouco conhecida pelos profissionais da área da linguagem. Perguntas sobre a existência dos níveis de análise, tais como, o fonético-fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico, são muito comuns, uma vez que as línguas de sinais são expressas sem som e no espaço.

Vale ressaltar que pesquisas sobre várias línguas de sinais, como a ASL, realizadas por Stokoe *et al.* (1976); Bellugi; Klima (1979); Liddell (1980) e Lillo-Martin (1986) e sobre a língua brasileira de sinais, realizadas por Quadros & Karnopp (2004); Ferreira-Brito (1995) e Felipe *et al.* (2001) são exemplos clássicos de evidências de que nas línguas de sinais existem todos os níveis de uma língua natural (oralizada ou sinalizada) e gráfico-visual (representação escrita) estudados pela linguística.

Os estudos que vêm sendo feitos das línguas de sinais indicam que as línguas são altamente regidas por princípios gerais como outras línguas humanas. Portanto, línguas de sinais, como a LSB, são apenas mais uma instância das línguas que

expressam a capacidade humana para a comunicação por meio da linguagem.

Para compreender melhor um estudo de variação, é preciso repassar o conceito de norma ou de normas.

2.2 Discussão em torno de Norma(s)

Definir o termo norma não diz respeito apenas a questões linguísticas, mas, principalmente, a questões sociais. Para Canguilhem (1995), o sujeito diferente não é aquele destituído de norma, e sim aquele que possui características diferentes e não faz parte da média considerada normal, que segue as normas estabelecidas socialmente. Características individuais, distintas do esperado, geralmente não são bem-vistas. Esse processo ocorre tanto em contexto social e linguístico quando, por exemplo, são discriminados os que não conhecem a norma culta da língua, quanto no clínico, é feita uma “cisão”, referendada por uma “autoridade”, que faz com que o indivíduo deixe de pertencer ao grupo (linguisticamente constituído) para integrar um grupo que ainda não se promoveu e ou que teve uma construção direcionada por uma política linguística que visa valorizar a língua como um todo.

Por sua vez, Coseriu (1978) define norma como algo mais arbitrário, que está entre o abstrato do sistema e a concretude da fala, sendo a norma apenas uma das possibilidades oferecidas pelo sistema e que implica a repetição de modelos anteriores. É importante explicitar que norma para Coseriu não é a norma- prescritiva das gramáticas, mas sim, o que é normal e regular nos usos. Aquilo que é utilizado com regularidade pelos falantes, e por isso a norma se impõe ao falante no uso, limitando sua liberdade de expressão. Assim sendo, Coseriu (1978) afirma que o indivíduo, em sua atividade linguística, pode conhecer ou não a norma e tem maior ou menos consciência do sistema. Ao não conhecer a norma, se guia pelo sistema, podendo estar ou não de acordo com a norma.

Mattos e Silva (1997) nos apresenta o conceito de norma fazendo duas distinções: a) norma normativo-prescritiva; b) normas sociais. O conceito de norma normativo-prescritiva é entendido como um conceito tradicional, segundo o qual é escolhida uma variante da língua como modelo e qualquer coisa que fuja ao modelo estabelecido é qualificada como erro. A variedade eleita como modelo passa a ser apresentada nas gramáticas pedagógicas, que são ensinadas na escola, perpetuando assim, determinado modelo.

Normas “normais” ou “sociais” são normas que definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Para Mattos e Silva (1997) estas se distinguem em: a) Normas “sem prestígio social” / estigmatizadas; b) Normas “de prestígio social” / norma culta.

Assim, o processo de padronização da língua irá depender quase que exclusivamente da tomada de decisão do pesquisador. Uma das estratégias para o registro de termos-padrão é a frequência de usos de determinados termos dentro da língua; os graus de proximidade e de distância com uma norma são medidos por meio de procedimentos fechados de avaliação através do avaliador. Um avaliador ocupa sempre o espaço da norma mais frequente e, por isso, julga-se “superior”, tendo o poder de definir quem foge ou não a ela (Foucault, 2001). Nesse caso, o sujeito não pode ter características particulares, já que sua individualidade é vista como um desvio e, portanto, deve ser corrigida para adequar o sujeito, caso necessário, ao que é considerado norma.

Extraímos de Morato (2000, p. 2) uma reflexão pertinente ao nosso estudo, quando afirma que:

“Herdeira do racionalismo Greco-romano, a cultura ocidental não tem deixado de ver a perda e ou a alteração de linguagem como um verdadeiro escândalo, capaz de atingir letalmente a natureza do homem. Junto com o esquecimento, a perda da linguagem parece ser o pior dos males de nossa época. Entretanto, não é de qualquer concepção de linguagem que está se falando aqui. A linguagem cuja perda é lastimada é aquela que seria por excelência a expressão do poder racionalizante da mente e que, portanto, é tida como objetiva, clara, transparente, verdadeira, comunicativa. Em outras palavras, uma linguagem quase divina. Trata-se, como observa, de uma concepção de linguagem profundamente idealizada.”

Morato prossegue e ressalta alguns estados da linguagem que fazem parte da normalidade, como a falta de termos e as dificuldades com regras, entre outros. Lembramos que esses estados não são levados em conta quando se analisa a LSB e, por isso, frequentemente é feita a comparação da comunicação dos Surdos com a do ouvinte – tomado como falante “ideal”. Portanto, não é difícil imaginar o impacto dessa comparação sobre a LSB, uma língua que necessita de ser valorizada, usada e até certo ponto idealizada.

Felizmente temos pesquisadores da linguística da língua de sinais, principalmente pesquisadores Surdos. Ocorre que os Surdos estão situados a meio caminho entre os ouvintes – considerados humanos de qualidade superior, ou humanos em toda a sua plenitude – e os subumanos, desprovidos de traços que os

assemelham aos seres humanos. No entanto, os Surdos não podem ser classificados como subumanos, porque apresentam traços de humanidade, mas também, ainda não conseguem ser aceitos como seres humanos completos. Porém, a defesa e a proteção da língua de sinais, mais que a auto-suficiência e o direito de pertencer a um grupo particular, parece significar a proteção dos traços de humanidade, daquilo que faz um homem ser considerado homem: a linguagem.

O fato é que a separação de grupos humanos se estabelece socialmente, bem como sua integração, uma vez que toda forma de preconceito, de discriminação e de comportamento humano está subordinada à cultura que os constrói, propaga, veicula e sedimenta.

Sacks (1999) exemplifica isso ao comentar a história da ilha de Martha's Vineyard, Massachusetts (Estados Unidos). Nessa ilha, um gene recessivo posto em ação pela endogamia sofreu uma mutação, originando a surdez hereditária que vingou por 250 anos a partir da chegada dos primeiros colonizadores por volta de 1690. Em função disso, toda a comunidade aprendeu a língua de sinais, havendo livre comunicação entre ouvintes e Surdos. O autor ressalta que estes quase nunca eram vistos como surdos e, certamente não eram considerados "deficientes". Mesmo depois que o último surdo morreu, em 1952, os habitantes ouvintes preservaram a língua de sinais: passavam involuntariamente para essa forma de comunicação no meio de uma sentença, contavam piadas, conversavam consigo mesmo e até sonhavam em língua de sinais.

Assim, vemos que as normas - organizadoras de todo um processo, como o social (modos de falar, de se vestir, de atuar no mundo, de pensar, etc.) – "autorizam" a segregação. A forma como a língua de sinais é descrita está ideologicamente relacionada com essas normas. Por isso, definir e pesquisar diversos temas na língua de sinais não é uma simples opinião ou ponto de vista, é necessário estabelecer novas normas, o que não é imediato, já que implica mudanças sociais decorrentes dos padrões ao longo da história. É isto que alguns autores têm proposto: que a língua de sinais, principalmente as pesquisas em LSB, passe da condição da falta de abordagens linguísticas à condição de fenômeno social, ou político-social.

Como estamos vendo, conferir à língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas e cognitivas, mas também sociais. O padrão da normalidade muda, se fugirmos do dito padrão ou de que não dominamos as

estruturas linguísticas proficientes da língua de sinais e de tudo o que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem, etc). A língua de sinais legitima o Surdo como “sujeito da linguagem” e é capaz de transformar e contribuir para os processos linguísticos na LSB. Isso será resultado de uma luta pela definição e quebra dos paradigmas que determinados pesquisadores determinam para uma delimitação de esferas sociais equivocadas.

O que discutimos até agora evidencia que a maioria das pesquisas referentes ao tema reedita, em outros termos, as delimitações e as diferenças já existentes na sociedade. A pesquisa da linguística na língua de sinais, no que se refere ao termo “norma” e sua relação com a padronização na LSB mostra uma luta permanente para que diversas definições sejam inseridas por meio de comprovações, e isso abre espaço para que um grupo produza um saber autorizado que ganha legitimidade (BOURDIEU, 1998). Esse conhecimento representa, em termos práticos, o que se constitui na divisão entre linguística da língua de sinais e a linguística das línguas orais.

Logo, temos duas importantes instâncias de legitimação: de um lado, um saber que representa e estuda a realidade, o pesquisador da linguística da língua de sinais e do outro o saber acadêmico, que oficializa essa representação. A pesquisa da variação linguística em LSB não seria, portanto, nem casual e nem arbitrária. É informação que reproduz a realidade. A pesquisa acadêmica, que negligencia a complexidade das relações entre interação, processos linguísticos, cultura e linguagem, não produz o conhecimento desejado sobre a relação entre a modalidade viso-espacial e modalidade oral-auditiva, mas pode reproduzir e “naturalizar”, uma divisão já previamente estabelecida. É preciso romper, portanto, com o senso comum, com os preconceitos e com as visões de mundo que são reeditados de forma autorizada.

Santana, (2007, p.100) questiona que se não há língua portuguesa “ideal” nem falantes “puros”, por que teríamos língua de sinais “pura”? Tem-se discutido a língua de sinais como se fosse uma língua homogênea – “a língua dos Surdos”. Entretanto, ela também é alterada por variáveis que fogem a uma descrição gramatical da língua, como se tem feito até o momento. Essas variáveis atuam diretamente no aspecto semântico, diferenciando sinais: por exemplo, os sinais de MÃE e de PAI no Rio Grande do Sul e em São Paulo são diferentes, além dos aspectos fonológicos e sintáticos. Ressaltamos a importância de trabalhos da sociolinguística nos estudos da

LSB, bem como as abordagens dos aspectos pragmáticos-discursivos, relativos ao funcionamento da língua, que ainda estão no início (cf. PEREIRA & NAKASATO, 2001; 2006; LODI, 2004; LACERDA & LODI, 2006).

2.3 Discussão em torno de ERRO

A norma é contrariada pela atuação da variabilidade linguística, intrínseca, que se dá de um lugar para outro, de uma classe social para outra, de um indivíduo para outro. Câmara Júnior (1984, p. 286) define três espécies de erros: regionalismos, vulgarismos (traço linguístico do uso da língua nas classes populares) e os erros individuais, que correspondem ao idioleto.

O estudo da variação linguística em LSB é o ponto de partida ideal para discutir o conceito de erro, já que a grande maioria dos falantes de LSB são de família ouvinte e adquiriu a língua de sinais em idade tardia. Verificaremos se o “erro” aqui discutido se encaixa em alguma categoria de Câmara Júnior (1984).

Vários pesquisadores têm estudado em detalhes as diferenças entre crianças que aprenderam a língua de sinais na infância, isto é, surdos e ouvintes filhos de pais surdos (FN¹³) e crianças surdas que aprenderam a língua de sinais em idade mais avançada, após os 7 (sete) anos (FT¹⁴). Grande parte das pesquisas concluiu (NEWPORT, 1990; MABERRY & EICHEN, 1991; MAYBERRY, 1992; EMMOREY, 1993; NEWPORT & JOHSON, 1990) que a “performance declina com a idade de aquisição já que, em geral, os sujeitos FT cometem mais erros fonológicos (localização, orientação, movimento, etc.), têm maior dificuldade para compreender mensagens em língua de sinais (inclusive na velocidade de reconhecimento lexical), são menos sensíveis a erros na concordância verbal espacial e menos eficientes e lentos na interpretação do processo linguístico” (no que diz respeito a aspectos fonológicos e morfossintáticos). Em suma, aspectos da morfologia e da sintaxe mostram divergências substanciais

¹³ A sigla FN significa: falantes “nativos” (FN), cf. Santana AP. Reflexões neurolinguísticas sobre a surdez [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2003.

¹⁴ A sigla FT significa falantes “tardios” (FT), cf. Santana AP. Reflexões neurolinguísticas sobre a surdez [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2003.

entre os usuários FN, no entanto, o mesmo não ocorreria com os processos supra-segmentais e prosódicos.

Há, por sua vez, entretanto autores como Neville *et al.* (1997) que realizaram pesquisas com surdos proficientes em língua de sinais que adquiriram a língua tardiamente. Vale lembrar que os estudos sobre esse tema, em sua maioria, parecem não levar em conta os aspectos pragmáticos e discursivos da língua. A análise linguística dos aspectos mais formais e as condições de testagens, basicamente tarefas metalinguísticas, impedem que se tirem conclusões sobre as reais possibilidades de usos da língua, pois aprender uma língua não significa ser “eficiente” em determinadas tarefas metalinguísticas (soletrar, traduzir, completar enunciados, entre outros), porque não se pode também fazer somente uma relação direta com a idade sem considerar as interações sociais vivenciadas pelos Surdos e esta questão não foi mencionada no teste aplicado por Neville *et al.* (1997). Ficamos sem saber, se há a possibilidade de os surdos FT se relacionarem com interlocutores não proficientes em língua de sinais, pois essa situação é muito frequente entre os surdos filhos de pais ouvintes. Vemos se que a concepção de linguagem, de sujeito e organização linguística estão por trás dessas pesquisas que não abordam as diferenças individuais, as interações sociais e os usos da linguagem. Diante disso, são necessários estudos mais aprofundados para que possamos afirmar que o surdo que adquiriu a língua de sinais pode ou não ser proficiente e dominar os recursos estratégicos dos processos linguísticos.

Quadros & Karnopp (2004) discutem a tese de que os gestos idiossincráticos que os Surdos fazem antes de adquirir a língua de sinais poderiam estar diretamente relacionados com a proficiência da língua de sinais adquirida em idade tardia. Essa “linguagem particular”, criada nas interações entre irmãos Surdos ou mesmo entre pais ouvintes e filhos Surdos, seria favorável para a aquisição da língua de sinais. Infelizmente ainda não há estudos específicos sobre esse aspecto. É de esperar, contudo, que as relações entre os sistemas simbólicos (gestual e linguístico), as possibilidades interativas e a posição do Surdo como “sujeito” da linguagem, mesmo antes de ter uma língua, tenham influências nos processos de aquisição. Há grande variedade de proficiências entre os Surdos e mesmo entre os intérpretes ouvintes de língua de sinais que adquiriram língua de sinais tardiamente. Somente estudos mais específicos podem elucidar essas questões e nos dar pistas se há aprendizagem plena,

se os desvios são erros ou variação.

De Newport & Johnson (1990) extraímos a reflexão de que a diferença poderia também ser provocada pelo input recebido. Os inputs do adulto contêm variação limitada de construção, entre elas há mais sentenças canônicas. Já as crianças recebem mais deformações em termos de complexidade transformacional. Assim, os adultos, ao adquirirem input mais simples, aprenderiam menos, porque seus inputs não são complexos nem variados como os das crianças. Os autores ressaltam que é necessário analisar mais detalhadamente antes de decidir se o tipo de input é o que decide a vantagem da comunicação.

Um ponto importante da teoria de Newport é a questão do tipo de erro produzido por FN e FT. Segundo Figueira (1996), “os erros nada mais são do que as marcas daquilo que está sendo rearranjado na produção linguística do usuário.”. O falante opera sobre os objetos linguísticos à medida que relaciona elementos, neles reconhecendo formas e investindo na significação. Nesse caso, a morfologia é adquirida pelo falante diante de operações sobre a língua. Ele constrói a língua como um sistema de regras: descobrindo relações, uniformizando tratamentos, regularizando formas e estruturas, numa direção muitas vezes inesperada e surpreendente. Há, na fase inicial, um conjunto de hipóteses linguísticas que as crianças montam nos padrões regulares e irregulares de conjugação (fazi, fazeu, di, disseu, quisei), na formação de novos verbos (deslaça, desfecha, desabre, desmurcha, desmuda), nas formas derivadas por regressão (a pinga por a gota, a passa por a catraca, o empurro por o empurrão, o apanha por o tapa), nas formas sufixadas por “dor”(roubador por ladrão), nas sufixadas por “ção”(a demoração por a demora).

A “reorganização” dos erros, além de demonstrar reflexão do falante sobre a língua, mostra também as mudanças nas formas de categorização do mundo. Ou seja, o mundo só pode ser aprendido por determinados sistemas de referência que se estabelecem durante as interpretações simbólicas que o sujeito faz. O processo de desenvolvimento poderia ser entendido como processo de maturação, cristalização ou mesmo como mudança de determinados sistemas de referência. É aí que reside a mudança e, possivelmente, uma interpretação para as dificuldades fonológicas apresentadas em aquisição tardia de uma língua. São momentos diferentes que correspondem a contextos diferentes e, portanto, a sistemas de referência também distintos.

A autora Faulstich (2007) na página 145 mostra que a relação entre os signos e o mundo das coisas se faz num cenário de nomeação e de identificação dos objetos, por meio de um sistema lexical “concreto”. Porém, a relação entre o mundo das coisas e os signos passa do sistema lexical “concreto” para o sistema metalingüístico. O sistema metalingüístico tem como papel explicar a própria língua. Por sua vez, o filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914) define signo como tudo que é determinado por uma outra coisa, chamada o seu objeto, e que determina um efeito sobre outra pessoa, efeito esse a que chama de interpretante, sendo o interpretante, por sua vez, mediatemente determinado pelo seu objeto. (Ogden e Richards, 1976, p. 288). Essa percepção tem de certa forma interessado a pesquisadores de orientação funcionalista.

Essa diversidade de sinais, aliada ao processo de elaboração, formação e criação de sinais, gera uma grande confusão, entre os próprios Surdos. O não-domínio das variações linguísticas pode ser considerado falta de proficiência: léxico ou configuração de mão diferente? Mas que não impossibilitam a produção da palavra. Indiferente a essas questões, a Federação Nacional dos Surdos (FENEIS), principalmente vem capacitando esses indivíduos a ser instrutores, julgando-os proficientes e capazes de “ensinar” uma língua a crianças e adultos. Devido à variação linguística e aos ainda recentes estudos linguísticos da língua de sinais, não há definição precisa a respeito do estatuto do surdo proficiente. Ressaltemos aqui, pois, a importância de estudos de temas que interferem na proficiência da língua de sinais – a variação linguística, a competência (meta) linguística na língua e os processos pragmáticos - discursivos relacionados.

A língua de sinais, como qualquer língua, difere também em termos de proficiência. Os sujeitos não proficientes costumam não fazer “concordâncias” e, na maioria das vezes, efetuam tradução literal da língua oral para a língua de sinais. Por exemplo, no enunciado: “Eu cuidei muito tempo”, um falante não proficiente utilizará os seguintes sinais: [EU] [CUIDEI] [CUIDEI] [CUIDEI], com expressão facial que denote muito tempo, muitas vezes. Outro exemplo: sujeitos não proficientes podem produzir o enunciado “Ela me ensina” com a seguinte sequência de sinais: [ELA] [ENSINAR] [EU], sem concordância. Com concordância, esse enunciado seria: [ELA] [ME ENSINA], com o sinal de ensinar voltado para si, e não dos dois sinais [ENSINAR] seguidos de [MIM/EU].

Santana (2007) chama atenção para o fato de que é preciso ainda muito estudo sobre a variedade “não-padrão” da LSB, mas lembramos que é preciso observar as contribuições das variedades da LSB no seu uso, pois uniformizar a língua de sinais seria o mesmo que uniformizar a língua portuguesa. Sabemos que a diferença dialetal não se dá apenas entre o português de Portugal e do Brasil, mas entre as várias regiões brasileiras. Bagno (2000) mostra que o português do Brasil apresenta “alto grau de diversidade e de variabilidade, por causa da extensão territorial e das diferenças entre as classes sociais.”.

2.4 Discussão em torno de Variação

A variação linguística é uma temática para estudos e pesquisas que buscam mostrar a verdadeira identidade sócio-cultural do falante. É preciso entender a variação linguística como fato real, presente no dia-a-dia das pessoas. A escola deve compreender, de uma vez por todas, que seus alunos falam de maneira diferente e isso deve ser não só estudado, como também, especialmente, valorizado. Deve-se ensinar que a língua que o Brasil fala é multifacetada, mas que há uma variante ou dialeto de prestígio, que todos têm que aprender, pois é por esta que se tem acesso a bens culturais mais valorizados. Os livros didáticos e outros materiais devem não só mostrar a variação como um recorte do real, mas, o real como um todo; mostrar e exemplificar a fala de São Paulo, do Sul, do Sudeste e também do Nordeste, com todas as regionalizações e variantes possíveis.

Os estudos que a linguística tem desenvolvido, ao analisar os fenômenos recorrentes na língua, vêm aos poucos ganhando espaço dentro de alguns compêndios que os autores surdos aproveitam para as pesquisas da LSB e passam a perceber a necessidade de pesquisar e analisar o que de fato ocorre na língua.

Analisemos primeiro o que Strobel e Fernandes (1998) nos apresentam sobre variações linguísticas na LSB: “A maioria no mundo, há, pelo menos, uma língua de sinais usada amplamente na comunidade surda de cada país, diferente daquela da língua falada utilizada na mesma área geográfica. Isto se dá porque essas línguas são independentes das línguas orais, pois foram produzidas dentro das comunidades surdas.”.

Segundo Strobel e Fernandes (1998), a LSB apresenta dialetos regionais,

salientando assim, uma vez mais, o seu caráter de língua natural. As autoras apresentam, por oportuno, exemplos das variações regionais, sociais e variações relacionadas a mudanças históricas, que apresentaremos mais adiante.

Faulstich (2003) desenvolveu uma tipologia para a variação, a pesquisa desta autora está dirigida para a variação lexical e semântica. Mostra as ocorrências de variantes em épocas diferentes, em lugares diferentes e com formas diferentes. Retornaremos esse assunto no próximo capítulo.

2.5 A variação linguística em LSB

O tema variação linguística envolve aspectos de ordem política no que se refere à luta pelos direitos dos Surdos e pelo reconhecimento da língua de sinais, aspectos estes que decorrem da dificuldade do Surdo nas interações.

Além disso, na LSB, assim como nas línguas de sinais e línguas orais de outros países, ocorre variação linguística. Brien & Brennan (1995) informam que o dicionário de língua de sinais em desenvolvimento nos Países Baixos apresenta cinco variações distintas na língua de sinais, relacionadas a cinco diferentes regiões, cujos sinais podiam ser associados a cinco escolas de Surdos (SCHERMER & HARDER; 1986; TIMERMAN & MANS, 1990, apud BRENNAN & BRIEN, 1995). Os autores referem que esta situação talvez tenha ocorrido ou aconteça em outros países. No passado, segundo a experiência dos autores, as variações eram muito mais distintas do que atualmente. No entanto, ainda observam que há comunidades que permanecem com sua própria variedade linguística, como se resistissem a algumas mudanças, talvez por considerarem a mudança uma ameaça à identidade e coesão do grupo.

A ocorrência de variação, vista principalmente por fatores geográficos ou regionais, é desmistificada pelos autores, pois apontam para outras formas variantes como as relacionadas às produções de indivíduos com diferentes formações acadêmicas, indicando, inclusive, possíveis diferenças em relação a *status* linguístico, e as relacionadas a grupos que pertencem a grupos minoritários que compartilham determinados sinais, como grupos de indivíduos pertencentes a diferentes religiões (Católicos, Judeus, Muçulmanos, Protestantes) e de diferentes identidades sexuais.

As variações são esperadas entre jovens e idosos de uma comunidade e, até mesmo, em relação ao período de início de exposição à língua de sinais, pois,

havendo muitos surdos filhos de pais ouvintes, o início de aquisição da língua de sinais pode ocorrer logo após o nascimento (nativo na língua de sinais), precocemente, ou tardiamente.

Até alguns anos atrás, os estudos sobre a linguagem limitavam-se às línguas faladas e, desde o início dos estudos linguísticos sobre as línguas de sinais, novas perspectivas estão sendo estabelecidas.

As propostas de pesquisas de trabalho direcionados à LSB têm-se preocupado, basicamente, com as abordagens específicas educacionais para os Surdos, na defesa da “cultura surda” e com as análises formais da linguagem. Isso decorre do fato de que é novo o interesse, de forma mais sistemática, da linguística pelo tema.

A pesquisa em variação linguística, aqui apresentada, visa contribuir e promover um debate a fim de proporcionar discussões que levem em conta a relação entre linguagem, gramática da LSB e os processos linguísticos, assim como o que decorre: as interações socioculturais, a intersubjetividade e os processos de significação. Esses elementos procuram compor uma perspectiva que seja sociocomunicativa da linguística da língua de sinais.

A discussão sobre a variação linguística em LSB não pode se resumir a apenas utilizar uma comparação dos processos de variação linguística que promove uma diversidade linguística e o enriquecimento do vocabulário. A organização de estudos da variação linguística em LSB está relacionada à percepção do mundo e à construção de significados. Podemos dizer que, na LSB, encontramos uma condição linguística de grande complexidade, em decorrência dos processos de aquisição de língua, dos aspectos culturais e do impacto político e social desses aspectos na vida dos Surdos. E esses fatores dependem ainda de outras variáveis: usos da língua, interlocutores proficientes, possibilidades de adquirir uma segunda língua, métodos formais ou informais de aprendizagem de segunda língua e a relação de cada sujeito com a LSB e a Língua Portuguesa.

Uma vez que se leva em conta a linguística nos estudos da língua de sinais para a composição desta pesquisa, consideramos relevantes a relação entre linguagem e cultura surda, de acordo com Strobel (2008, p. 24). Entendemos cultura surda como define Strobel (2008) como o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das

“almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo às situações em que acontecem os eventos linguísticos, os metadiscursos produzidos, os contextos pragmáticos, a construção da subjetividade e as condições sócio e psicolinguísticas de usos da LSB. Assim, cabe a indagação de como podemos pensar a organização dos estudos da variação linguística em LSB mediante as condições linguísticas que possibilitam os processos e eventos, como formação, criação e registro de sinais em LSB, bem como uma proposta de padronização na LSB.

Não podemos deixar de dizer que as discussões sobre variação linguística em LSB aborda aspectos relacionados ao funcionamento e à organização da gramática da LSB. Algumas pesquisas têm delimitado fronteiras entre gesto, língua de sinais e aprendizado de uma segunda língua. Porém, essas fronteiras são rompidas quando analisamos sistemas verbais e não verbais co-ocorrentes e interações marcadas por disfluências dos interlocutores, cujas interações são repletas de mal-entendidos. Isso gera incompreensão principalmente no processo de formação e criação de sinais em LSB. Assim, pode ocorrer Surdos que não se “identificam” com os demais Surdos, quando se cria um sinal para determinados termos por não terem uma orientação, ou profissionais que atrapalham o processo de padronização e de registros desses sinais, assim como pesquisas e abordagens que se distanciam da prática.

O enfoque maior para a pesquisa da variação linguística deve levar em consideração como se organiza uma ontologia na LSB, em vista de múltiplas existências lexicais. Assim como a pesquisa em variação linguística em LSB possibilita várias formas de percepção de um mesmo objeto de estudo, as experiências linguísticas podem ser diversas, embora a constituição desse estudo se dê a partir dos próprios Surdos (homogeneidade que esta pesquisa demonstra ser aparente e arbitrária). Percebemos que as mudanças nas interações, na linguagem, provocam mudanças de ordem linguística e enriquecimento do vocabulário, caso o sujeito Surdo já tenha uma noção da necessidade de que a padronização é necessária na LSB, mas que a variação existe.

A discussão aqui apresentada decorre da relação intrínseca entre padronização e variação linguística em LSB, bem como da importância das condições em que ocorrem os processos linguísticos, responsáveis pela nossa capacidade de aprender, interpretar e agir no mundo.

E, para reforçar essa discussão, citamos Massone (1993), que, ao descrever e comentar os caminhos escolhidos pelos linguistas interessados no conhecimento das línguas de sinais, criticou a tendência de permanência destes estudos à sombra daqueles tradicionalmente desenvolvidos e pensados para as línguas orais:

Até que ponto as línguas de sinais podem ser entendidas dentro do marco convencional da linguística, quer dizer, tomando como pontos de referências teóricos modelos que foram projetados para línguas baseadas nos sons e derivados de formas linguísticas formalizadas? (...) Os modelos que provêm da linguística tradicional e ocidental são suficientes para a análise das línguas de sinais? Podem as línguas de sinais ser descritas nos mesmos termos das línguas faladas? (p. 81-82).

Para a autora, o fato de as línguas de sinais possuírem uma materialidade distinta e, portanto, uma organização diversa daquela das línguas orais deve, obrigatoriamente, promover um deslocamento na forma de estudá-la.

A maioria dos linguistas havia descrito línguas faladas, todos eram ouvintes (...) Quando aceitaram o desafio de analisar uma língua numa modalidade diferente, deveriam reestruturar sua forma de pensar já que estavam tratando com um objeto que, além de não ser a sua língua nativa, era uma língua transmitida numa modalidade visuo-gestual (Massone, 1993, p.f 82).

Podemos completar, dizendo que o resultado inicial desta busca pela descrição das línguas de sinais com base nos modelos previstos para as línguas orais foi a obtenção de conclusões que mostram o que "falta" às línguas de sinais, como carências de artigos, de preposições, de marcadores de número e gênero, bem como de processos morfológicos de tempo e modo verbal. Posteriormente, os estudos têm mostrado as especificidades gramaticais. No entanto, mantém-se subjacente a esses estudos a idéia da existência de um princípio linguístico universal que levou à crença de que as constatações e os novos conhecimentos obtidos em uma língua de sinais estivessem também presentes em todas as demais línguas de sinais. Sem negar a extrema relevância destes estudos para um conhecimento mais aprofundado das línguas de sinais, cabe assinalar que seus objetivos eram a descrição dos aspectos gramaticais específicos das mesmas, sem levar em consideração suas particularidades discursivas, sua forma de organização em cada contexto e em cada enunciação particular.

Isso mostra que não há línguas mais simples, há línguas diferentes. Os falantes são responsáveis por sua construção. Na língua de sinais temos um fator complicador,

que é o número de usuários não proficientes: pais, profissionais, professores e fonoaudiólogos, por isso, não se pode deixar de ressaltar que os sinais que a mãe ouvinte utiliza não se constituem como uma língua de sinais “pura”, pois, por não ser proficiente, ela usa gestos quando não sabe sinais, além de, em várias situações, usar a fala junto com os sinais, o que faz com que a fala “organize” a sintaxe dos sinais.

Assim, os falantes de língua portuguesa acabam por estabelecer uma certa “isomorfia” entre a língua oral e a de sinais, o que percebemos nos estudos e elaboração de materiais e de outros recursos para a LSB. Essa isomorfia, ainda que parcial, reafirma a idéia de que a língua de sinais pode ser uma representação de uma fala oral ou de um processo linguístico, por causa do contato com a língua portuguesa, que esse contato não caracterize crioulização, semelhante ao de língua portuguesa.

Para conduzir as discussões até então apresentadas para o tema específico desta pesquisa, passaremos, no capítulo seguinte, à exposição da discussão teórica central, com foco no léxico.

CAPÍTULO 3 – DISCUSSÃO TEÓRICA: O FOCO NO LÉXICO

3.1 Introdução

Partimos do pensamento primário e norteador de que o fenômeno “variação linguística” esteve presente em todo o momento da formação e estruturação da LSB, que desde então, até os dias atuais, passou por mudanças renovadoras.

Em um único sistema linguístico podemos encontrar diferentes formas no que se refere ao modo como ele é utilizado pelos falantes, e isso caracteriza a variação linguística.

É compreensível que as pessoas que não observam com atenção o funcionamento da língua, possam fazer afirmações como: “A LSB é muito fácil de aprender porque é uma língua que a gente sinaliza de maneira que se assemelha ao objeto.” O fato é que frequentemente não nos damos conta de que a mente produz as decodificações necessárias para a compreensão imediata e perfeita da língua. E é claro que aquelas “transcrições” foram feitas propositalmente, para que a informação se torne mais clara, pois uma língua é muito mais complexa do que imaginamos.

Neste capítulo, serão mencionados os eventos decorrentes dos processos linguísticos gramaticais da LSB para o estudo da variação linguística. Discutiremos as contribuições da lexicologia e da terminologia em LSB, a importância de delimitar o campo de estudo e o motivo da escolha da terminologia política brasileira. Discutiremos principalmente as noções de variação linguística em LSB, os tipos de variação linguística, além de demonstrar como percebemos a ocorrência de variação em LSB, com base nos postulados para a pesquisa na LSB.

3.2 Lexicologia e terminologia em LSB: uma visão política

A Lexicologia é a disciplina que estuda o léxico e os mecanismos sistemáticos e adequados de conexão entre o componente léxico de uma língua e os demais componentes gramaticais, como fonte real de criação e de formação de novas unidades lexicais. Faulstich, (2003, p.11-31).

Já, a Terminologia estuda o léxico de especialidade, por meio dos mecanismos

que evidenciam os princípios linguísticos nas relações de significado entre termos e conceitos. Faulstich, (2003, p.11).

Os estudos feitos em lexicologia e em terminologia são bases para a lexicografia, que é a disciplina que se serve das análises prévias, no processo de elaboração de dicionários.

Toda língua possui um dicionário, que não é representado apenas em formato de papel; temos também um dicionário mental que “arquiva” o nosso conhecimento de um todo da língua e, é neste dicionário mental, que o ser humano armazena os lexemas.

Já a gramática é responsável pela geração de regras, que são estudadas de acordo com os modelos linguísticos, como o estruturalismo, o gerativismo, o funcionalismo, entre outros, segundo as regras que se queira estudar.

O léxico constitui o centro de nosso interesse nesta pesquisa. A sistematização lexical que ora apresentamos leva em conta estudos de variação, de acordo com uma abordagem funcionalista, que apresentaremos mais adiante.

Vale lembrar que a LSB é uma língua que tem dicionário e gramática, com suas especificidades linguísticas, e que, por isso, é preciso que pesquisadores, na área da linguística das línguas de sinais, aprofundem a investigação na dicionarização e gramaticalização e não com um foco mais aprofundado para a educação, pois o estudo da língua é crucial porque, no Brasil, o português é língua majoritária e a LSB é língua minoritária. Os Surdos estão predispostos ao português, e, como as propostas educacionais se preocupam em desenvolver métodos e técnicas para uma abordagem bilíngue, é preciso que, para o desenvolvimento de dicionário e da gramática da LSB, esta língua esteja bem sistematizada para fornecer a informação necessária para os educadores e todos os que forem consultá-las possam aprendê-la.

A pesquisa de termos, palavras ou sinais parte da análise de como está a organização estrutural e a frequência das palavras utilizadas em LSB e verifica se os dicionários atuais da LSB atendem ou não aos requisitos lexicográficos e terminográficos aqui abordados na organização de dicionários.

Algumas críticas quanto à organização de dicionários se relacionam às seguintes questões: O vocabulário é fragmentado quando se divide por temática? Exemplo: vocabulário de animais, vocabulários de cores, dentre outros. Por que grande parte de termos em LSB não se encontra nos dicionários atuais de LSB? É por

influência da variação linguística?

Assim, estudar a problemática social e educacional do uso e da elaboração de dicionários é relevante e importante nos estudos linguísticos da LSB. Questões como significação e explicação dos termos têm que ser levadas em consideração, pois a definição do termo tem uma estrutura própria de transmitir o conceito e o significado do termo. O dicionário não pode perder a finalidade de explicação e de uso.

O estudo da variação linguística possibilita que o conjunto de dados recolhido define a forma da e, se a variação linguística não é sistematizada, o dicionário é a representação só de termos considerados padrão e as formas variantes são ignoradas.

Relembramos aqui o que diz Faulstich (2003, p. 60): “Como princípio de ética, porém, qualquer política de línguas deverá trabalhar a ‘unidade’ e a ‘diversidade’. Não se trata de polos de contradição, mas de eixos de transição. A unidade é uma razão de Estado e a diversidade ou variedade é a matéria linguística própria da comunidade, pois reflete a ‘língua em uso’, ou seja, as linguagens verbais, por meio das quais os indivíduos se comunicam. A unidade é resguardada pelo padrão oficializado em um modelo de gramática, e a variedade se faz representar nas diversas gramáticas pragmáticas e práticas de um Estado linguístico. Para compreender como se desenvolve o discurso social, é preciso saber como a língua e as linguagens representam nossas experiências e, para isso, deve-se refletir sobre a maneira como as linguagens realizam as ações de interação. [...] Na diversidade social, a terminologia já nasce política e firma-se nos diferentes ambientes sociais, culturais e linguísticos como entidade que difunde políticas, porque depende das escolhas deliberadas que sobre ela recai.”.

Na secção seguinte, apresentamos alguns aspectos acerca da compreensão de uma política da LSB.

3.3 Reflexões acerca da compreensão de uma política da LSB

A pesquisa adquire ainda mais relevância quando é levado em consideração que a LSB é uma língua recente, e que os movimentos de luta política dos Surdos pelos direitos humanos e linguísticos são marcados pela falta de incentivo, apoio ou por desconhecimento da legislação política brasileira pelos próprios Surdos. Torna-se importante, assim, que nas questões políticas, sejam observadas como a variação

linguística se situa para uma melhor compreensão da realidade da língua no país, quanto ao registro, ao uso e a disseminação da LSB.

Thompson (1995, p. 1981) chama a atenção para a “concepção estrutural” de cultura, na qual o caráter simbólico dos fenômenos culturais é prioritário, mas sempre inserido em contextos sociais estruturados, que podem, por sua vez, estar caracterizados por relações de assimétricas de poder, por acesso diferenciado de recursos e oportunidades e por mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas.

Essas formas simbólicas, para Thompson (1995), caracterizam-se por serem: a) *intencionais*, porque dizem respeito às expressões de um sujeito (ou sujeitos), que buscam determinados objetivos; b) *convencionais*, na medida em que se constituem na construção ou empregos de formas simbólicas, assim como na interpretação dessas formas pelos sujeitos que a recebem, envolvendo regras, códigos e convenções na sua produção; c) *estruturais*, formas simbólicas de forma estruturada, ou seja, “a estrutura de uma forma simbólica é um padrão de elementos que podem ser discernidos em casos concretos de expressão, em efetivas manifestações verbais, expressões ou textos”; d) *referenciais*, devido às formas simbólicas sempre se referirem a algo e alguma coisa; e, e) *formas simbólicas contextuais*, por estarem “inseridas em processos e contextos sócio- histórico específicos” nos quais são construídas, repassadas e recebidas. (p. 188).

Essa discussão que se estabelece em torno das formas simbólicas para Thompson, nos remetem à questão dos contextos de construção, recepção e produção desses fenômenos pelas pessoas Surdas, que entendemos se realizam distintamente dos ouvintes, porque se dão por meio das experiências visuais entre Surdos e seus pares Surdos e também pelas trocas entre estes e ouvintes. Não podemos descartar, se nessas relações, os conflitos, vivenciados por conta da língua de sinais, são mediadores ou não dessas trocas.

A língua (de sinais), nesse caso, é concebida, entre outros aspectos, como mais um dos instrumentos usados pelos Surdos na produção dos fenômenos culturais. Então, língua, no dizer de Poche (1989 *apud* Santana; Bergamo, 2005, p. 572), “é um instrumento que serve para criar, simbolizar e fazer circular sentido; é um processo permanente de interação social”. Essas trocas sócio-interativas se dão entre os Surdos e Surdos e ouvintes num mesmo universo social.

Neste sentido entendemos, que este estudo se constrói por meio de diferentes papéis sociais, em que a língua é fundamental. Daí destacarmos Surdos que usam a língua de sinais, em suas práticas discursivas. Seja Surdos homens, mulheres Surdas, Surdos ricos, pobres, brancos, negros, pai, mãe etc. Nesse sentido, as identidades “(...) são determinadas pelas práticas sociais, impregnadas por relações simbólicas de poder. E, é obvio essas práticas sociais e essas relações simbólicas de poder não são estáticas e imutáveis ao longo da vida dos sujeitos”. (cf. Santana; Bergamo, 2005, p. 568).

As línguas de sinais, línguas naturais, originam-se da interação entre as pessoas, mas contêm constituição estrutural, o que permite a expressão de uma gama de conceitos tais como, descritivos, concretos, abstratos, emotivos, na e pela língua de sinais. Ferreira-Brito (1985) considera que a pessoa pode expressar qualquer significado nas suas interações comunicacionais.

Skliar (2005, p.24) chama a atenção para o fato da LSB comprovadamente cumprir todas as funções de uma língua natural, mesmo assim, ainda persiste a desvalorização, por ser tomada como simples pantomimas, por pessoas desinformadas. Por isso, pôr a língua de sinais ao alcance de todos os Surdos deve ser o princípio para uma política linguística, a partir da qual se pode sustentar um projeto social mais amplo. Mas este processo não deve ser considerado apenas como um problema linguístico, tampouco como uma decisão que afeta tão somente certo plano ou certo momento da estrutura linguística e, muito menos ainda, como uma questão a ser resolvida a partir de esquemas linguísticos. É um direito dos Surdos e não uma concessão, para lembrar Skliar (2005, p.24).

O direito de acesso à LSB deve ser assegurado a todas as crianças Surdas, mas, para isso, elas precisam ter contato com a língua o mais precocemente possível, por meio de interações cotidianas com outros Surdos falantes desta mesma língua, ou com ouvintes que saibam LSB, assim como acontece com qualquer criança no aprendizado de uma língua natural.

Não há como negar que o uso da língua de sinais seja um dos aglutinadores das comunidades surdas, sendo, assim, um dos elementos políticos decisivos nos processos de desenvolvimento das identidades dos surdos e nos de identificação dos Surdos entre si (Sá, 2005, p.131).

Também é de ordem política compreender que o uso e a disseminação das

línguas, segundo a natureza de cada uma, está na esfera das políticas linguísticas. Vejamos na secção seguinte noções acerca da variação linguística em LSB.

3.4 Acerca da variação linguística em LSB

Variação linguística é matéria de nosso estudo. Camacho (1998 apud Sordi-Ichikawa, 2003, p.44) diz que há quatro modalidades, mais usuais, de variação: variação histórica, que revela a transformação da língua acompanhada com as mudanças sociais, alguns padrões são deixados e outros e criados, em que gerações mais velhas e mais novas entram em conflitos; Variação geográfica, que se explica pelas diferentes formas que uma expressão é tomada em determinada região onde é falada; Variação social, que diz respeito às expressões diferentes atribuídas a um referente, por pessoas de uma mesma sociedade, e fatores como o grau de escolaridade, o nível socioeconômico, idade, sexo são determinantes para distinguir grupos distintos em fala verbal dentro de uma classe, em que uns gozam de uma língua de maior ‘prestígio’ e outros não; e Variação estilística, que se apresenta quando uma mesma pessoa utiliza várias formas da língua, que se configura de acordo com o contexto de fala.

Isso reforça que a concepção de língua não é monolítica, e sim heterogênea e dinâmica, e que apresenta variações que estarão articuladas com o ambiente sócio-cultural, onde se situa o falante.

Para Cagliari (apud Sordi-Ichikawa, 2003, p.44): “Os indivíduos aprendem a variedade linguística peculiar da comunidade em que vivem, porém, a sociedade se utiliza desses modos peculiares de se expressar para marcar indivíduos e classes sociais pelo modo de falar. Essa atitude social revela o preconceito, pois marca as diferenças linguísticas, como índices de estigma ou prestígio. Da mesma forma, como qualquer outra língua, a língua portuguesa não é falada da mesma forma por todas as pessoas que a utilizam. Além disso, as línguas evoluem, transformam-se e adquirem peculiaridades próprias em razão de seu uso em determinadas comunidades específicas.

Cabe, então, classificar as variantes em diatópicas, diastráticas, diafásicas e diacrônicas, segundo a tradição.

As variantes diatópicas são as que se apresentam de uma região para outra; por exemplo, os falares dos cariocas diferem dos falares dos paraenses. As diastráticas se

referem a grupos sociais, como no caso do jargão e da gíria. As diafásicas são as que variam de acordo a situação que a pessoa vivencia: se precisa usar uma fala mais formal ou não. E, as diacrônicas, que são relacionadas ao tempo, ao reconhecer arcaísmos e neologismos na fala.

Ao observar o fato nas línguas de sinais, Vilhalva (2009, p.36) mostra que a variação é comum também na linguagem caseira, em que pai, mãe e filhos usam a língua vernácula, isto é, não estão preocupados com a comunicação dentro de um padrão. Outra modalidade dessa variação ocorre na literatura visual, na qual o autor de poesias, contos, romances, novelas em língua de sinais tem a liberdade de cometer deslizes, de inventar sinais, de recriar estruturas sintáticas, enfim, tem liberdade para aplicar seu estilo em suas expressões sinalizadas. A essa variação, que corresponde à liberdade de expressão, dá-se o nome de variação diafásica. A variação diafásica, como ocorre com a diatópica, com a diastrática e com a diacrônica, pode ser também fonética, lexical e sintática.

Vilhalva (2009, p.36) ainda afirma que a variação diafásica tem a ver com os diferentes níveis de monitoração de acordo com as diferentes situações de interação. Já a variação diatópica representa as variações de sinais de uma região para outra, no mesmo país. A variação diatópica pode ocorrer com sinais diferentes. Quando isso acontece, dizemos, segundo a autora, que ocorreu uma variação diatópica fonética, já que fonética significa “aquilo que diz respeito à configuração de mãos (CM) da língua de sinais”. Porém, sob nosso ponto de vista, a diferença, pode não ser de CM, mas sim de sinais, ou seja, de sinais diferentes em sua estrutura. A variação diastrática corresponde ao estrato social, à camada social e cultural do indivíduo. A variação diastrática, como também ocorre com a diatópica, pode ser fonética, lexical e sintática, dependendo do que seja modificado pelo sinalizar do indivíduo, refere-se às variações na configuração das mãos e/ou no movimento, não modificando o sentido do sinal. (cf. Vilhalva, 2009 p. 36).

A variação linguística é um conceito fundamental no estudo das línguas e não poderia ser diferente em relação à LSB. Quase não existem pesquisas sobre as variantes na LSB, exceto as de ordem regionais, no entanto, já há base empírica para os estudiosos arriscarem configurações.

3.5 Variações regionais, sociais e relacionadas a mudanças históricas

Para situar este assunto, vamo-nos servir, inicialmente, do que dizem Strobel e Fernandes (1998) que apresentam exemplos de variações regionais, sociais e variações relacionadas a mudanças históricas. Em seguida apresentamos considerações acerca de cada variação apresentada pelas autoras.

Para elas, as variações regionais referem-se a variações de sinais de uma região para outra, como no exemplo:

Figura 11 Termo VERDE



Fonte: FERNANDES, S. *et al.* *Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Estado do Paraná, 1998.

Nota-se que, neste exemplo, as variantes podem ser realizadas com duas mãos ou apenas uma mão. Na variante encontrada no Rio de Janeiro, têm-se uma mão de apoio que é passiva e uma mão ativa que apresenta configuração de mão com a letra “V” e o movimento associado de vai e vem como se fosse riscando para colorir algo; outras cores também apresentam esta mesma característica. As outras variantes do termo VERDE, encontradas em São Paulo e em Curitiba, apresentam a utilização de apenas uma mão, com configurações de mão diferentes, sendo que não apresentam nenhuma relação entre si.

Já o conectivo MAS, depende muito do contexto do uso. Interessante notar as presenças dessas variantes, em que as expressões faciais são mais associadas à interpretação do real uso das variantes, porque o conceito é o mesmo, embora as

diferentes possibilidades de uso existam, caracterizando assim, a variação.

Figura 12 Conectivo MAS

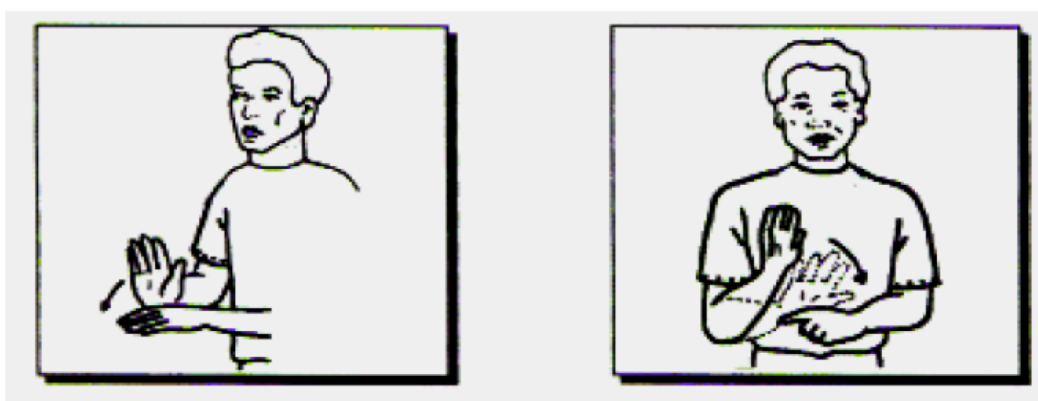


Fonte: FERNANDES, S. *et al. Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Estado do Paraná, 1998.

Trouxemos como exemplos de variações sociais os usos do verbo ajudar que são considerados “sociais” por Strobel & Fernandes (1998). Nesse caso, a configuração de mão e/ou do movimento, não modifica o sentido do sinal, como vemos a seguir:

Figura 13 Verbo AJUDAR

AJUDAR

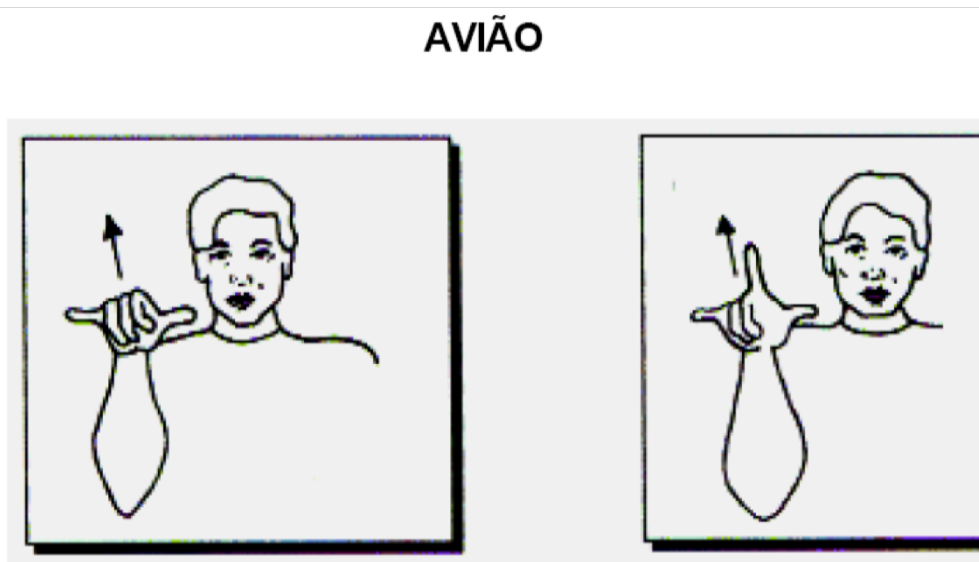


Fonte: FERNANDES, S. *et al. Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Estado do Paraná, 1998.

Nessas variantes, é importante notar que são realizadas com as duas mãos, onde uma mão é ativa e a outra mão é passiva. Na mão ativa, a configuração de mão é a mesma, porém na mão passiva, caracterizada como mão de apoio para a realização do sinal, a configuração de mão é diferente, conforme exemplifica a imagem.

As variantes para o termo AVIÃO, a seguir, é do tipo icônica, com alta e baixa iconicidade, sendo a primeira variante com a forma de “Y” mais utilizada do que a segunda variante, entretanto não apresenta diferenciação para o uso do mesmo conceito.

Figura 14 Objeto AVIÃO

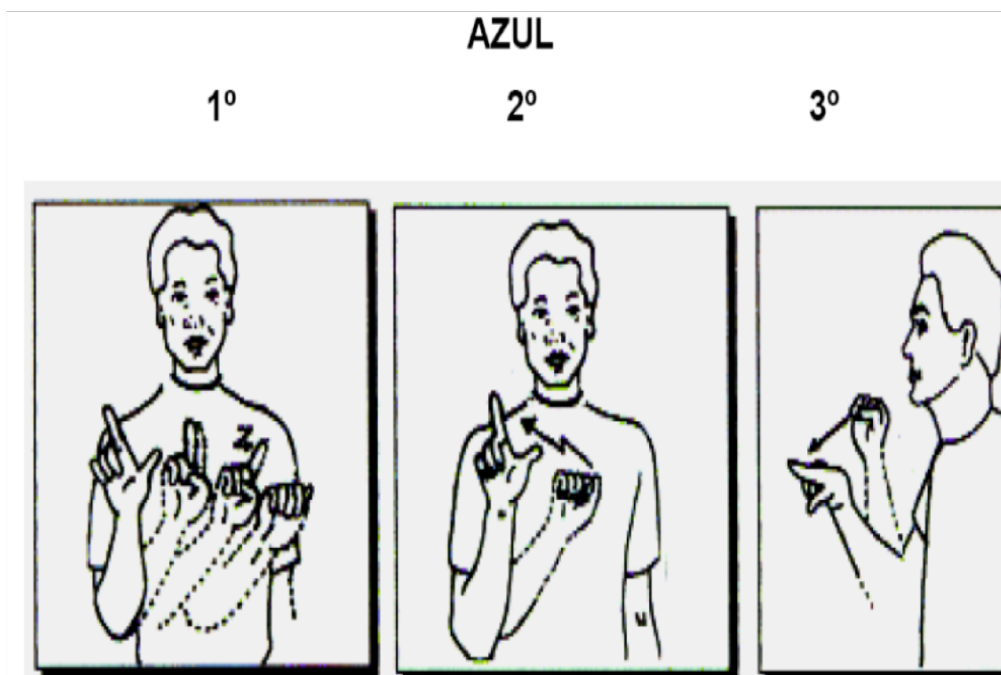


Fonte: FERNANDES, S. *et al. Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Estado do Paraná, 1998.

As variações históricas seguintes mostram que, com o passar do tempo, um sinal pode sofrer alterações ou mudança.

A primeira variante, mostrada na primeira imagem abaixo, é formada através da datilologia, porque, é usada letras do alfabeto manual para indicar termos ou palavras que não existem em LSB. A segunda imagem mostra uma variante formada através de Sinais soletrados, em que as letras do alfabeto mais coincidem com uma soletração, com o uso da letra inicial e final, ou inicial, do meio e do final em uma mesma soletração. A terceira variante é uma configuração de mão associada ao movimento e não apresenta nenhuma relação com a COR e/ou o termo AZUL.

Figura 15 Cor AZUL



Fonte: FERNANDES, S. *et al.* *Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. Estado do Paraná, 1998.

Assim ao comparar o estado dos três exemplos mostrados, percebemos exemplos de variantes históricas, pois com o passar do tempo o sinal mostrou diferenças em sua realização.

3.6 Primeiros passos para a construção da variação em LSB

Na construção de estudos da variação linguística, a variação não é vista como um desviante, mas como um processo linguístico e um fenômeno com toda a sua complexidade, que faz parte da organização da gramática de uma língua.

Convergemos, assim, para o constructo teórico da variação em Terminologia, postulado por Faulstich em 2001, assunto que explicaremos mais adiante.

De início, entendemos que o constructo teórico da variação de Faulstich servirá de base para que seja pensada uma proposta do constructo para a LSB, na análise dos termos propostos no presente trabalho. Para tanto, faz-se necessário apresentar alguns pressupostos teóricos defendidos pela autora, para depois explicitar o sistema de classificação das variantes.

A definição de termo e conceito é evidenciada por Faulstich:

“termos são signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; são entidades variantes porque fazem parte das situações comunicativas distintas: são itens do léxico especializado, que passa por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas”. (Faulstich, 1998, p. 93).

A autora Faulstich (1995) observa, que uma diferenciação na análise dos termos implica tratamento diferenciado do corpus de análise. A proposta de uma abordagem funcionalista do termo, a descrição das bases metodológicas para a pesquisa e a defesa dos princípios de estreita relação entre termo e variação são pontos fundamentais na sua pesquisa terminológica. Para a autora, a terminologia sofre variações por fazer parte da língua, que é de natureza heterogênea e de uso social, e acrescenta que a variação indica uma mudança em curso, podendo ser vista sob duas perspectivas: a) a sincrônica, em que as formas variantes apresentam o mesmo significado referencial; b) a diacrônica, em que o termo é descrito no seu percurso histórico, sofre variação e pode mudar.

Faulstich (2001, p. 25) estabelece cinco postulados básicos para uma Teoria da Variação em terminologia. Vejamos: a) dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada; b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado; c) aceitação de que, sendo terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática; d) aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso; e e) análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral.

Podemos perceber, portanto, com base nos postulados acima, que a terminologia moderna relaciona a variação com o tempo, o espaço e os usuários.

Para ampliar a compreensão do constructo de Faulstich (2001, p. 27-34), registramos uma síntese do que diz a autora. As variantes terminológicas são compreendidas em duas classes: as variantes terminológicas linguísticas e as variantes terminológicas de registro. Ambas as classificações se subdividem, como veremos a seguir.

As variantes terminológicas linguísticas são determinadas pelo fenômeno propriamente linguístico, e podem ser: fonológicas, quando a escrita é decalcada da

fala; morfológicas, quando há variação na estrutura morfológica do termo, sem implicar alteração do conceito, sintáticas; quando há variação entre duas construções sintagmáticas de uma unidade terminológica complexa, sem implicar alteração do conceito; lexicais quando algum elemento da unidade terminológica complexa sofre apagamento ou movimento de posição, sem implicar alteração de conceito e gráficas, quando há variação de grafia conforme as convenções da língua.

Já as variantes terminológicas de registro decorrem do ambiente de concorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos, e podem ser geográficas, porque ocorrem no plano horizontal de diferentes regiões em que se fala a mesma língua; temporais, quando duas variantes concorrem durante determinado período de tempo, até que uma forma se fixe como preferida, e de discurso, quando a variação decorre da “sintonia comunicativa” entre elaborador e usuários de textos científicos e técnicos.¹⁵

Esses estudos nos ajudam a pensar em um constructo para a pesquisa em língua de sinais, por isso esse assunto é central em nossa pesquisa.

O principal objetivo de um constructo para a pesquisa em língua de sinais é garantir os direitos dos Surdos relativos ao acesso e ao domínio à língua de sinais, reconhecidamente, a língua natural deles, como a forma mais plena de comunicação.

A organização de um constructo deve resultar e culminar nas práticas de interações cotidianas com Surdos. Para isso, no modelo de estudo da variação linguística, é possível pensar um modelo para a pesquisa da variação linguística da LSB.

Nesse sentido, as materializações das ações linguísticas dependem das concepções sobre a língua de sinais, pois as concepções revelam formas distintas de compreender, intervir e interagir com Surdos falantes de LSB. Um construto da variação linguística para a LSB precisa ser compreendido e defendido por profissionais de diferentes campos de interesse da LSB. Essa concepção deve ser inspiradora de alternativas linguísticas, deve ter na base a língua de sinais e as especificidades da comunicação viso-espacial.

¹⁵ Ler “Aspectos da Terminologia geral e Terminologia Variacionista de Faulstich, em: TradTerm, Humanitas/USP, v. 7, São Paulo, 2001, p. 11-40.

Abordar estudos sobre a LSB, em especial, sobre a variação que ocorre na língua, requer que pensemos em um constructo próprio para que se possa ter os postulados que nortearão a pesquisa da variação linguística em LSB, com o olhar voltado para as políticas linguísticas que regulam o ensino, a aprendizagem e os usos da Língua de Sinais Brasileira – LSB.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

4.1 Introdução

Neste capítulo, descrevemos e explicamos os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos dados. Antes serão apresentados os postulados para a pesquisa em LSB e proposta de construção da variação na língua de sinais. Em seguida, a seleção dos termos para a pesquisa, informações sobre o curso de Letras-Libras e discussão dos sinais, a metodologia de coletas de dados, os procedimentos para validação do constructo e organização dos dados. Por último, serão apresentados os critérios de registro dos sinais e estratégias para divulgação.

4.2 Postulados para a pesquisa em LSB e proposta de construção da variação na língua de sinais.

O tema variação linguística em Língua de Sinais Brasileira – LSB adquire uma maior relevância quando é levado em consideração que a LSB foi aprovada e reconhecida como língua e meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira recentemente, pela Lei N°. 10.436 de 24 de abril de 2002. O poder público e outras instituições reconhecem o uso e a difusão da Libras como meio de comunicação das comunidades surdas do Brasil. Essa posição política nos motivou a estudar os fenômenos intrínsecos, por meio da variação.

Para a execução da pesquisa, foram usados os seguintes procedimentos:

1. Verificação dos dados em LSB, correspondentes a termos da Terminologia da Política Brasileira, usados pelos profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo Federal, se são reconhecidos pelos Surdos estudantes do curso de Letras – Libras do Polo da Universidade de Brasília - UnB, dos anos de 2006 e 2008.
2. Criação de sinais para os termos, caso os termos, usados pelos profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo Federal, não forem reconhecidos pelos Surdos do curso de Letras – Libras do Polo da Universidade de Brasília UnB, dos anos de 2006 e 2008.
3. Utilização do termo como termo - padrão, desde que reconhecidos pelos

estudantes do curso de Letras – Libras do Polo da Universidade de Brasília - UnB, dos anos, de 2006 e 2008.

4. Apresentação dos termos-padrão a Surdos das regiões norte, nordeste, sudeste e sul para a identificação de termos variantes.
5. Registro, caso haja, dos termos – padrão e dos termos variantes regionais.

4.3 O curso Letras-Libras e o espaço para a discussão dos termos

O curso de Letras-Libras foi implementado no ano de 2006 pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em nove polos para a oferta do curso de Licenciatura em Letras-Libras. A Universidade de Brasília - UnB é um dos polos inaugurais do curso, em 2006. Em 2008, houve novo vestibular com a implementação do curso de Bacharel em Letras - Libras na modalidade de ensino a distancia, além da licenciatura, promovido também pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, oferecendo 450 vagas, distribuídas agora entre 15 polos de ensino.

O Curso de Licenciatura e de Bacharelado em Letras - Libras possui um sistema de aprendizagem organizada para três modos de informação, isto é, os conteúdos e as atividades são apresentados e desenvolvidos em material didático impresso; material didático on-line através do ambiente de ensino no www.libras.ufsc.br, e material didático em Libras gravado em DVD.

A carga horária presencial é realizada nos polos com aproximadamente 30% da carga horária de cada disciplina e compreende interação em videoconferência entre professores das disciplinas, professores tutores e alunos; encontro de estudos presenciais entre professores tutores e alunos para esclarecimentos de dúvidas e aprofundamento de questões; oficinas; acompanhamento de atividades de estágio supervisionado; avaliações presenciais das disciplinas atendendo à legislação específica da Educação à Distância (Decreto Nº. 5.622, de 19/12/2005) e à regulamentação da UFSC, sendo que as avaliações são elaboradas pelos professores e aplicadas pelos professores tutores nos pólos regionais. A equipe pedagógica do curso é formada pelos profissionais: professor da disciplina; professor tutor; intérprete, e monitor.

Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de entrevista com os alunos

dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras das turmas 2006 e 2008. Postulamos nesta pesquisa analisar, por meio de dados, 6 (seis) termos em LSB, usados na Terminologia da Política Brasileira, decorrentes de interpretação com origem na Língua Portuguesa.

Os termos escolhidos foram: LEI, DECRETO, CONSTITUIÇÃO, DIREITO, DIREITO DIFUSO E DIREITO COLETIVO. A escolha desses termos justifica-se pelos pontos relacionados a seguir, como:

- Análise dos processos linguísticos dos sinais como entidades que promovem variantes;
- Verificação de influência da LP sobre a LSB;
- delimitação dos termos com conceitos complexos para que possamos analisar melhor a heterogeneidade da língua;
- análise dos parâmetros na criação dos sinais, para verificar se motivam variação;
- verificação da construção mental no processo de criação e formação do termo-padrão;
- termos selecionados que possibilitam discussões entre os Surdos;
- acesso às propriedades paramétricas da LSB.

A pesquisa relacionou e coletou dados de diversas regiões do Brasil, disponibilizados por profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo Federal, registrados no site: <http://politicaemlibras.blogspot.com/>.

Entendemos, assim ser possível discutir o papel da variação linguística no desenvolvimento e no enriquecimento do léxico da LSB, por meio da análise dos dados coletados.

4.4 Metodologia de coleta de dados

Após a escolha dos termos e, com base numa construção estabelecida para a análise em LSB da variação linguística, foi acessado um site onde se encontram os dados disponibilizados por profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo Federal.

O site <http://politicaemlibras.blogspot.com/> é organizado na forma de um blog e possui a imagem em LSB da forma de realização dos sinais, no caso de 43 sinais de terminologia indexada pelos autores do blog.

Para verificar o sinal de determinado termo, selecionamos uma letra, a inicial do termo, por exemplo a letra “L”, depois selecionamos o termo, por exemplo, “LEI” e clica-se play para visualizar o vídeo em LSB. A figura que aparece apresenta o termo LEI, disponível no blog, como podemos ver na figura seguinte:

Figura 16 Termo LEI

Lei



Fonte: <http://politicaemlibras.blogspot.com/>. Acesso em: 11/01/2011.

Dos termos selecionados para a pesquisa - LEI, DECRETO, CONSTITUIÇÃO, DIREITO, DIREITO COLETIVO E DIREITO DIFUSO o blog da

Terminologia da política brasileira apresenta apenas os termos LEI e DIREITO.

Iniciamos a pesquisa em Fortaleza, no Estado do Ceará, no período de 20 a 23 de julho de 2010 onde e quando foi realizado o IV Encontro Nacional dos Estudantes de Letras - Libras – ENELL. Ali fizemos uma coleta de dados com 5 (cinco) Surdos graduandos do curso de licenciatura em Letras-Libras das turmas de 2006 e 2008, para posteriores análises.

Depois, promovemos um respectivo encontro com os alunos da Licenciatura do Curso Letras-Libras do Polo da Universidade de Brasília – UnB, no dia 07 de novembro de 2010. Participaram da pesquisa 26 (vinte e seis) Surdos da turma de 2008 que contribuiram para a discussão das propostas para a escolha das variante-padrão de cada termo apresentado.

Assim, com base nesses dados, para a validação e discussão dos resultados, o pesquisador – autor, no evento 5 th Deaf Academics, no período de 21 a 24 de Novembro de 2010 em Florianópolis e fez a coleta de dados de 20 (vinte) Surdos, das turmas de 2006 e 2008 do curso de Licenciatura em Letras-Libras. A discussão, com um grande grupo, serviu para a validação dos dados e escolha da variante-padrão dos termos.

Para finalizar este processo de coleta, os dados foram organizados e registrados, tanto os termos variantes como a variante-padrão, para posterior análise.

4.5 Os procedimentos para validação dos postulados e organização dos dados

Para recolha dos dados, optamos por selecionar apenas uma classe gramatical para o estudo da variação linguística em LSB, que e no caso foi a classe dos substantivos. Assim, feita as escolhas dos termos iniciei a primeira visita para uma coleta de dado preliminar e, assim, com base nos postulados para a pesquisa em língua de sinais, o primeiro procedimento foi verificar os dados em LSB correspondentes a termos da Terminologia da Política Brasileira, usados pelos profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo Federal, se são reconhecidos pelos Surdos estudantes do curso de Letras – Libras.

Depois, discuti com os estudantes do curso de Letras-Libras propostas para criar sinais para os termos, que não existiam e, caso os termos usados pelos profissionais que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e legislativo

Federal, não fossem reconhecidos pelos Surdos do curso de Letras – Libras.

Depois das discussões relacionadas acima, foi possível selecionar os termos – padrão, aqueles que forem reconhecidos pelos estudantes do curso de Letras – Libras e relacionar os termos-padrão termos variantes, para registrar, caso houvesse, os termos variantes regionais.

Para a coleta de dados, utilizamos uma filmadora e uma prancheta com os termos listados em ordem, para que o Surdo, a ser pesquisado, sinalizasse o sinal respectivo ao termo e, caso não tivesse um sinal, que mostrassem um sinal correspondente. Depois, os dados foram analisados e as variantes foram registradas.

Quanto aos Surdos e ouvintes que foram convidados para filmar, muitos se negaram dizendo não possuir interesse, ter vergonha ou não querer filmar. Tendo em vista essa atitude negativa, somente se obteve um grupo de aproximadamente, no máximo, trinta e nove Surdos e um ouvinte, para acompanhamento e exemplificação.

Entendemos que um grupo pequeno pode não ser suficiente para representar toda a diversidade de uma sociedade, mas serve de amostra da diversidade buscada – e encontrada – na pesquisa realizada.

Utilizamos também como procedimento o grupo focal como forma complementar para a coleta de dados. Orientamos o grupo e observamos os participantes que tinham o objetivo de discutir sobre os termos da terminologia da política brasileira e analisar as variantes dos termos para a escolha da variante-padrão.

Como as discussões do grupo foram pré-estabelecidas, assim, pudemos interagir, porém deixamos as discussões fluírem, e às vezes, tomavam outros rumos, o que em nada prejudicou a pesquisa, ao contrário, beneficiou. Os entrevistados, ao desencadearem outro assunto, criaram um contraste que me levou a aproveitar os aportes, organizar os dados e os resultados.

4.6 Registro dos sinais e estratégias para divulgação

Uma das dificuldades da pesquisa dos sinais em uma perspectiva lexicográfica e terminográfica era pensar em como seria o registro ideal dos sinais em LSB. Muitas propostas têm sido discutidas e utilizadas, mas ainda não temos um consenso entre os pesquisadores.

Essa dificuldade acontece, porque muitos dados em LSB advêm de registros

coletados em vídeos filmados dos Surdos e ou falantes de LSB sinalizando. Apesar de ter propostas para a escrita de LSB, esta nem sempre é compreendida por todos os falantes e o registro se dá em LP. Entendemos que pensar em uma alternativa para o registro em LP é também importante.

Para essa pesquisa, o pesquisador optou por seguir uma estratégia visual de registro da LSB para a LP através de desenho, em que a configuração de mão evidencia as variações linguística em LSB, ficando assim, evidente e possível a sua visualização. Esta é uma estratégia que colabora para o registro e divulgação da LSB e diminui os processos linguísticos que acontecem na interlíngua, entre a LP e a LSB.

As filmagens que foram conseguidas, autorizadas pelos Surdos, estão em LSB. Para transcrever estas filmagens utilizei a representação visual através de desenho da LSB para a LP. Apesar disso, representar as filmagens da LSB para a LP foi fácil, o processo mais difícil foi o registro dos termos que apresentavam variantes e outros que foram escolhidos e ou propostos como variante-padrão, pois poucos profissionais estão habituados com registros visuais em LSB.

Em continuidade, no capítulo seguinte apresentamos a análise dos dados, segundo as considerações até agora explicitadas.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos a delimitação da análise e do *corpus*. Almejamos uma pesquisa mais detalhada dos termos que apresentam variantes, ou seja, de sinais que possuem o mesmo significado, mas que apresentam diferentes maneiras de sinalizar o mesmo termo, e a partir da identificação das variantes propor discussão para a escolha da variante-padrão.

Em seguida informaremos o resultado da coleta de dados, de onde os termos foram registrados e, com base nas variantes encontradas analisaremos o processo de escolha da variante-padrão.

Prosseguimos com uma breve análise do processo de variação linguística em LSB. Ao final, mostramos a organização dos tipos de variação linguística em LSB dos termos pesquisados.

5.2 Delimitação da análise e do *corpus*

Para uma análise mais aprofundada da variação linguística em LSB, optamos por delimitar a análise dos dados na terminologia da política brasileira, de termos que podem ser utilizados por tradutores e intérpretes de LSB que atuam nos quadros funcionais dos poderes executivo e federal no Distrito Federal na área de interpretação e tradução da terminologia da política brasileira porque acreditamos que estes termos causem ou motivem formas variantes, devido a diversos processos linguísticos que mais adiante serão discutidos.

Os termos selecionados que compõem o *corpus* são: LEI, DECRETO, CONSTITUIÇÃO, DIREITO, DIREITO COLETIVO E DIREITO DIFUSO. A seguir, apresentamos a análise.

5.3 Análise das variantes e escolha da variante-padrão

De início, informamos que todos os termos serão denominados variantes. Depois de apresentado ao grupo pesquisado, o termo LEI, apresentou duas variantes. O procedimento foi: o pesquisador perguntava através da datilologia o sinal para o

termo correspondente e os entrevistados apresentavam as respostas que seguem.

A) VARIANTE LEI

Figura 17 Variante 1 LEI



Dos 39 (trinta e nove) Surdos e 1 (um) ouvinte que participaram da pesquisa, apenas um dos entrevistados indicou que não conhecia o sinal do termo LEI e por isso fez uso da datilologia e utilizou este processo.

Como a variante 01 do termo LEI é uma representação datilológica e é usada apenas quando o sinal não é conhecido consideramos que essa forma de baixa

frequência poderá ser usada na LSB como uma variante por empréstimo.

Figura 18 Variante 2 LEI



Dos 39 (trinta e nove) Surdos e 1 (um) ouvinte estudantes do curso de Letras-Libras, 5 (cinco) Surdos sinalizaram esta variante. Isso significa uma frequência maior de uso, e os Surdos que sinalizaram esta variante demonstraram um conhecimento histórico do conceito do referido termo. A sinalização da variante 2 do termo LEI, é feita com o uso das duas mãos, sendo que uma mão serve de apoio e é a mão passiva e a outra mão é ativa, porque a mão que executa a ação que detêm a

condição paramétrica do movimento é a ativa.

Estas duas variantes identificadas para o termo LEI nos possibilitam proceder a uma descrição do processo linguístico de caráter paramétrico do uso de configuração de mão e do movimento, que permitem, de maneira criteriosa, uma análise à luz do léxico no estudo da variação linguística em LSB.

Ainda, foi identificado o uso de uma terceira variante do termo LEI, como na figura 19:

Figura 19 Variante 3 LEI



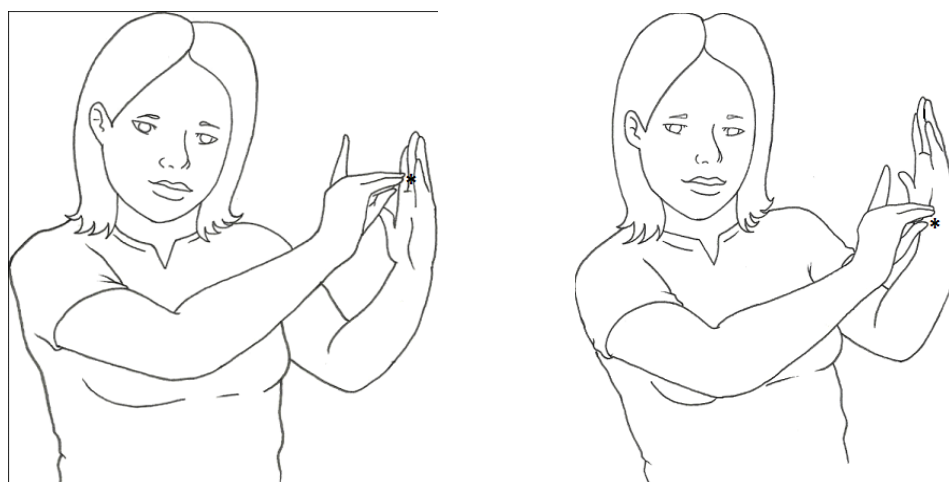
Dos 39 (trinta e nove) Surdos e 1 (um) ouvinte pesquisados, 34 (trinta e quatro) indivíduos realizaram esta variante e, na discussão da variante-padrão, esta variante foi escolhida e eleita como variante-padrão do termo LEI, visto que a sua frequência de uso é maior e apresentou uma maior aceitabilidade do grupo.

A correlação entre conceito e sinal ficou bem estabelecida na sinalização, bem como na sua aplicabilidade num documento lexicográfico foi bem aceita.

B) VARIANTE DECRETO

Para o termo DECRETO, na figura 20, a análise apresentou os resultados que seguem.

Figura 20 Variante 1 DECRETO



Dos 39 (trinta e nove) Surdos e 1 (um) ouvinte pesquisados, 12 (doze) Surdos realizaram a variante acima do termo DECRETO. A sinalização desta variante está associada à condição paramétrica do movimento de toque, porém, na discussão, percebemos uma condição importante de variação histórica, pois de acordo com as outras variantes identificadas os entrevistados optaram por uma variante-padrão e esse processo mostra mudança de sinais e, por isso, a convencionalização do sinal é importante.

Figura 21 Variante 2 – DECRETO



Dos 39 (trinta e nove) Surdos e 1 (um) ouvinte entrevistados, 9 (nove) Surdos utilizaram esta variante do para sinalizar o termo DECRETO. Além disso, na discussão realizada a variante 02 foi eleita e escolhida como variante-padrão, porque necessitava seguir um padrão paramétrico que possibilitasse a escolha do sinal de acordo com o termo anterior (LEI).

Uma das vantagens da pesquisa na identificação da variante-padrão é que, para a descrição dos sinais realizados pelos Surdos, neste estudo, tomamos emprestado os sinais do Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Libras, de Capovilla *et al.* (2001), mesmo conscientes das limitações linguísticas, por não dar conta de especificar as variedades da língua, dada a dimensão geográfica do Brasil. Reconhecemos a importância do trabalho dos autores, mas, com respeito, concordamos que há certa imposição em suas explicações para as “regras” das muitas

variedades da LSB. Há que atentar, portanto, para, na tentativa de padronizar, esquecer a diversidade de sinais, o possibilitou para que os Surdos tivessem em interação discutissem os termos por mim apresentados.

Além disso, 6 (seis) Surdos não conhecem o sinal para o termo DECRETO e 1(um) Surdo realizou a datilologia do termo DECRETO.

C) VARIANTE CONSTITUIÇÃO

O termo CONSTITUIÇÃO teve 6 (seis) variantes identificadas na sua sinalização. A figura 22 mostra a variante 1 do termo CONSTITUIÇÃO:

Figura 22 Variante 1 CONSTITUIÇÃO



Na pesquisa realizada, foi identificado que 10 (dez) Surdos realizaram a sinalização que aparece na figura 22. Esta variante caracteriza-se pelo uso das duas mãos, sendo uma mão que serve de apoio com a CM de uma mão aberta e a mão que realiza o movimento, ou seja, a mão ativa com a CM em “C”.

A figura 23, mostra o registro da variante 2 para o termo CONSTITUIÇÃO:

Figura 23 Variante 2 – CONSTITUIÇÃO

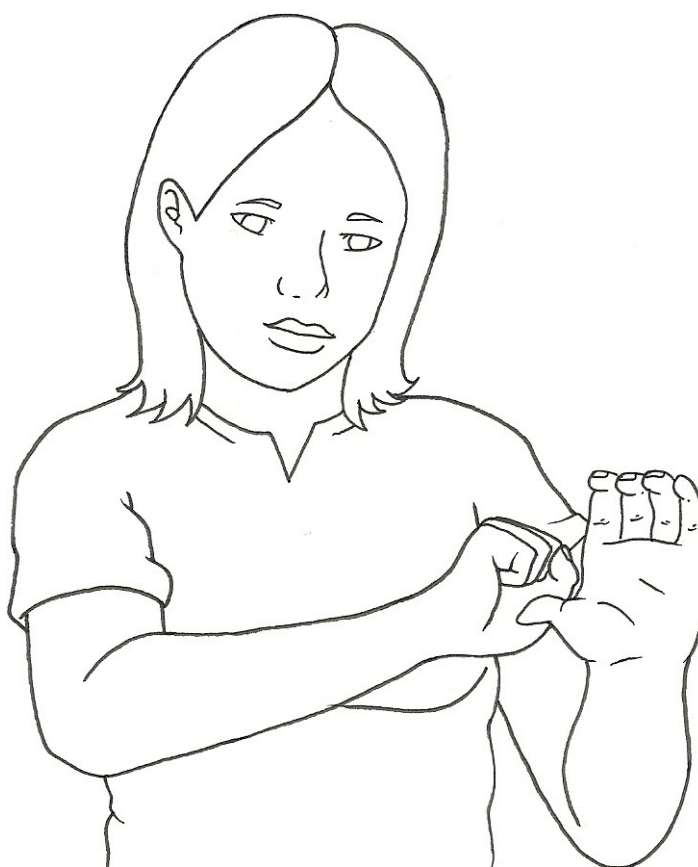


Diferente da figura 22, a figura 23 é sinalizada com o uso das duas mãos que caracteriza-se pelo uso de uma mão de apoio com a CM de uma mão aberta com a palma da mão virada para cima e a mão que realiza o movimento, ou seja, a mão ativa com a CM em “C”. Apesar de ser um detalhe pouco percebido para alguns, esse

detalhe nos permite diferenciar como variantes diferentes com base na mão de apoio. Apenas 1 (um) Surdo realizou esta variante dos 39 (trinta e nove) Surdos e 1 (um) ouvinte que participaram da pesquisa.

Outra possibilidade de criação e formação foi identificada para o termo CONSTITUIÇÃO, sinalizada pelos entrevistados que participaram da pesquisa; a proposta está registrada abaixo com a justificativa da criação:

Figura 24 Sinal proposto CONSTITUIÇÃO



Como a discussão se baseou em mão aberta com a palma da mão para baixo ou mão aberta com a palma da mão para cima, permaneceu a CM da mão em “C” e inverteu-se a condição paramétrica do movimento, onde a CM da mão em “C” passa a ser mão de apoio, ou seja, mão passiva do sinal e a outra mão com a CM em “8”, que é a mão ativa, ou que realiza o movimento, a idéia para a CM em “8” remete que a primeira constituição do Brasil que foi criada no ano de 1988 e a partir dessa idéia o sinal foi pensado para o termo CONSTITUIÇÃO.

Questionamos se este sinal proposto seria uma variante que ocorre na LSB. A resposta depende do conceito de norma e de erro para que se compreendam estas e muitas outras questões e entender como a interação entre os falantes da língua é importante neste processo de discussão de sinais. 1 (um) dos Surdos, que participou da entrevista, não concordou com o sinal que foi proposto, visto que no Brasil não teve apenas uma constituição e que não faria sentido caso a forma tivesse base no ano e ou número que se dissocia da idéia e não possibilita uma representação mental do termo CONSTITUIÇÃO.

A justificativa desse Surdo que participou da pesquisa mostra que o mesmo apresenta habilidades e competência para expressar o que seria ideal para a escolha da variante-padrão. Assim, o Surdo propôs o seguinte sinal para o termo CONSTITUIÇÃO conforme registrado na figura 25:

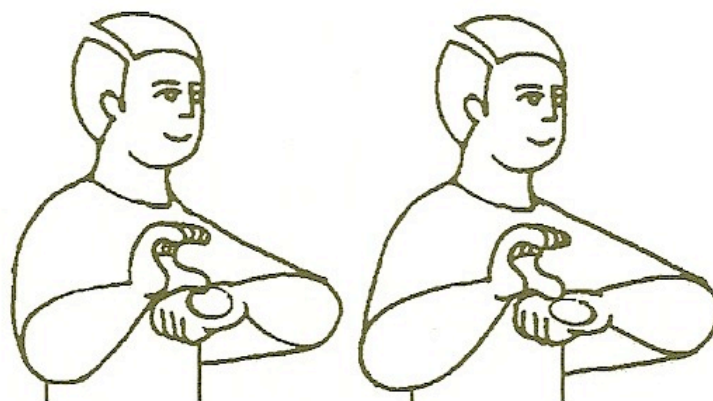
Figura 25 Sinal proposto CONSTITUIÇÃO



A justificativa do Surdo para a proposta desse sinal se baseia no fato de que a CONSTITUIÇÃO se assemelha a um livro com as regras escritas que o delimitam. Entretanto, muitos Surdos não aceitaram esta justificativa, pois a explicação da regra

de criação e formação do sinal não estava clara e necessitava de mais especificações para uma definição. Então, foi apresentada a variante 03 do termo CONSTITUIÇÃO disponível no dicionário de Capovilla *et al.* (2001), e a figura 26 registra uma outra variante para o termo constituição como forma de subsidiar as discussões, como mostra a figura abaixo:

Figura 26 Variante 3 CONSTITUIÇÃO



Fonte: Capovilla *et al.* (2001)

A variante 3 apresenta a mão ativa, ou mão que executa o movimento com a CM em “C” com o movimento circular e a outra mão de apoio ou mão passiva com a CM em “S” com a palma da mão fechada e para baixo.

Os Surdos não têm esta variante como referência e, muitos, disseram que esta variante ainda não pode ser considerada variante-padrão com base nas discussões dos termos anteriores, pois uma linearidade e uma sequencialidade são necessárias para servir de base na realização e organização dos termos e, por isso, a grande maioria concordou e escolheu a variante 4 para o termo CONSTITUIÇÃO como variante-padrão, registrada na figura 27:

Figura 27 Variante 4 – CONSTITUIÇÃO



Assim, a discussão da escolha da variante-padrão para o termo CONSTITUIÇÃO foi definida depois de muitas discussões, e muitos Surdos concordaram com a proposta da variante 4 que possui a mão de apoio ou passiva para frente aberta e a outra mão que executa o movimento com a CM com a letra “C”, para manter um padrão.

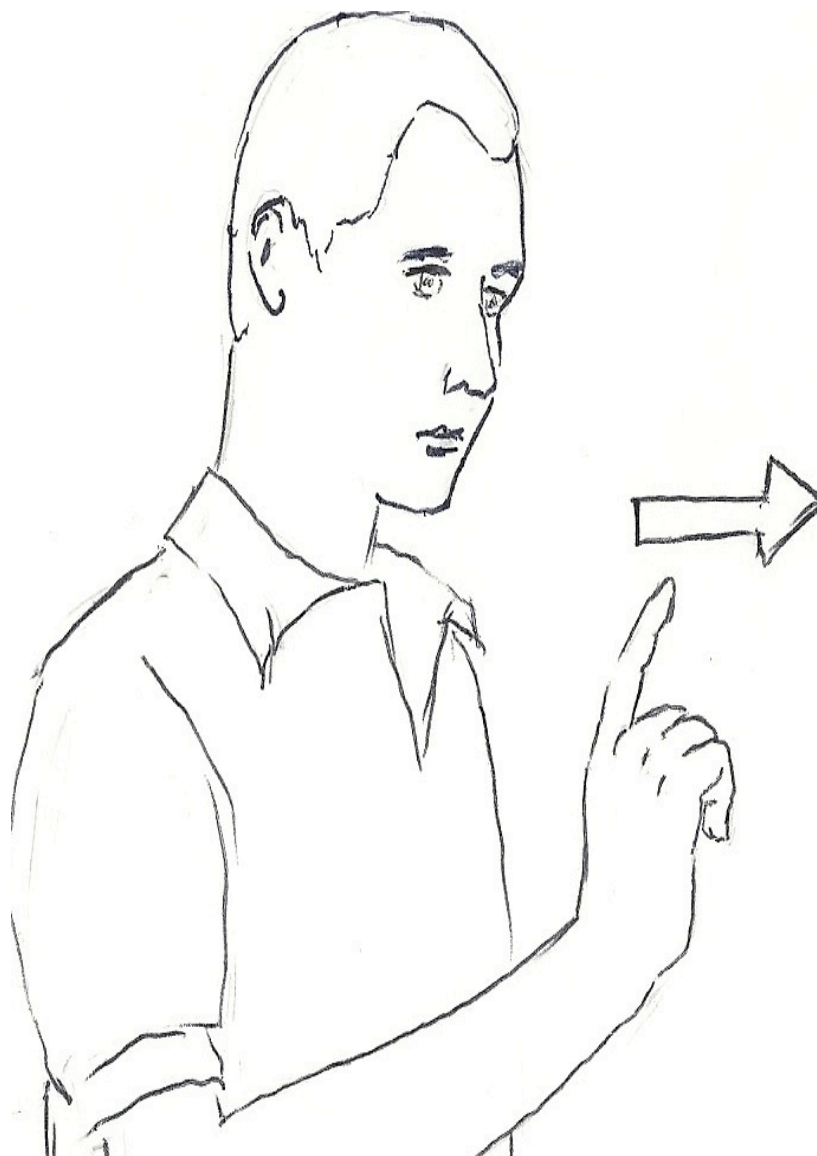
O termo DIREITO também foi discutido, porem diferentemente dos resultados apresentados pelos outros termos dessa pesquisa a frequência de uso com base em questões geográficas esteve mais presente. Percebemos que exemplos de variação regional foram mais notados na identificação das variantes. Ressaltou onde uma variante é mais utilizada, em que região é usado, se é conhecida apenas numa região e se outras variantes são encontradas em outras regiões.

Vamos ilustrar o que acabamos de dizer.

D) VARIANTE DIREITO

A figura 28 mostra a variante 1 para o termo DIREITO que é encontrada na região de Goiás, especificamente em Goiânia, onde os Surdos do Polo IFT –GO, pois eles a sinalizam com mais frequência:

Figura 28 Variante 1 – DIREITO

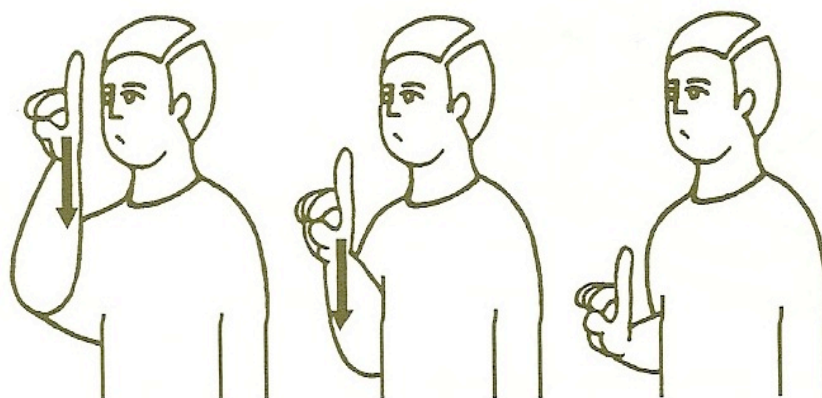


Esta variante caracteriza-se pela incorporação do movimento ao corpo do falante como se fosse detentor do direito e agente da ação. Na análise da variante 1 para o

termo DIREITO, percebe-se a relação de três condições paramétricas para a realização do sinal, dentre eles são a CM que está na letra “D”, a condição paramétrica do movimento “para frente” e o espaço de articulação do sinal que é em frente do corpo que estabelece uma relação semântica e sintática na sinalização do sinal ao mostrar que o termo DIREITO está contextualizado.

O termo DIREITO apresentou outras 2 variantes na realização da sinalização. A figura 29 ilustra a variante 2 do termo DIREITO:

Figura 29 Variante 2 DIREITO



Fonte: Capovilla *et al.* (2001)

Na realização do sinal para o termo DIREITO, ao perguntar para o Surdo se o sinal era aquele, este perguntou qual conceito que o termo DIREITO referia para que fosse possível a sua sinalização no seu contexto, e de maneira geral, 33 (trinta e três) Surdos que participaram da entrevista sinalizaram conforme mostra a figura da variante 2, em que a CM em “D” é realizada lateralmente ao corpo do sinalizante. Além disso, essa variante foi observada em outras regiões e como é uma variante que apresenta referência no dicionário de Capovilla *et al.* (2001) apresentou pouca frequência de uso e por isso a variante-padrão escolhida pelos Surdos foi a variante 3 para o termo DIREITO representada pela figura 30:

Figura 30 Variante 3 – DIREITO



A variante 3 segue os princípios estabelecidos para a escolha da variante-padrão onde a mão de apoio está aberta e a mão ativa ou mão do movimento está com a CM com a letra “D” e o movimento para baixo. Dos Surdos entrevistados, 36 realizaram esta variante e por ter a maior frequência de uso, além de seguir o padrão estabelecido em discussão foi escolhida e eleita como variante-padrão do termo DIREITO.

Assim, os sinais para o termo DIREITO apresentam diferentes variantes e o falante da língua tem conhecimento de apenas uma variante, visto que, neste termo, a variante é estritamente uma variação regional e essa variação é conhecida como *variação usual* e, quando o indivíduo é exposto a outra variação além dessa, ele tem a capacidade de adquirir uma outra variante, mas só a utilizará se aceitar o contexto e combinações dos sinais e das condições paramétricas. Assim sendo, percebemos que a criação de um banco de dados terminológico na LSB auxiliará na análise do melhor grau de diferenciação e compreensão do sinal, no processo, pelo receptor e contribuirá para o aumento do vocabulário, processo¹⁵ este que foi denominado interpretação-argumentativa, porque os usuários da LSB sempre questionam sobre o referido sinal e sempre manifestam o interesse de entender o significado do sinal e isso prova a necessidade de uma fonte de consulta mais detalhada para os Surdos e ouvintes falantes de LSB, visto que só o dicionário, tido como referência, não contribui para que o Surdo interprete o argumento que está contido num termo.

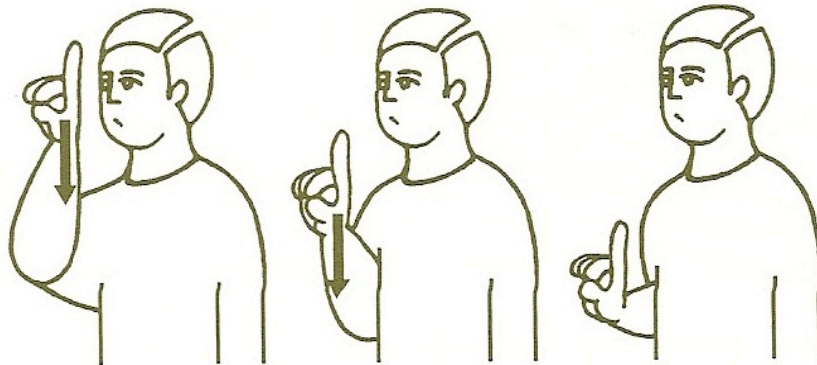
Para os termos DIREITO COLETIVO E DIREITO DIFUSO, que seguem, utilizamos o processo linguístico para o estudo da variação a que denominamos interpretação-explicativa, em que a pessoa que conhece o conceito, mostra sua interpretação do conceito do termo e auxilia na criação dos sinais dos termos, pois os termos não possuem sinais. Assim, a sua variante-padrão é definida e, a partir dessa análise, é possível aproveitar todas as variantes e utilizar em diferentes contextos sintáticos, semânticos e pragmáticos na LSB.

¹⁵ Os termos interpretação-argumentativa e interpretação-explicativa foram criados pelo autor dessa dissertação pelos motivos linguísticos revelados no texto.

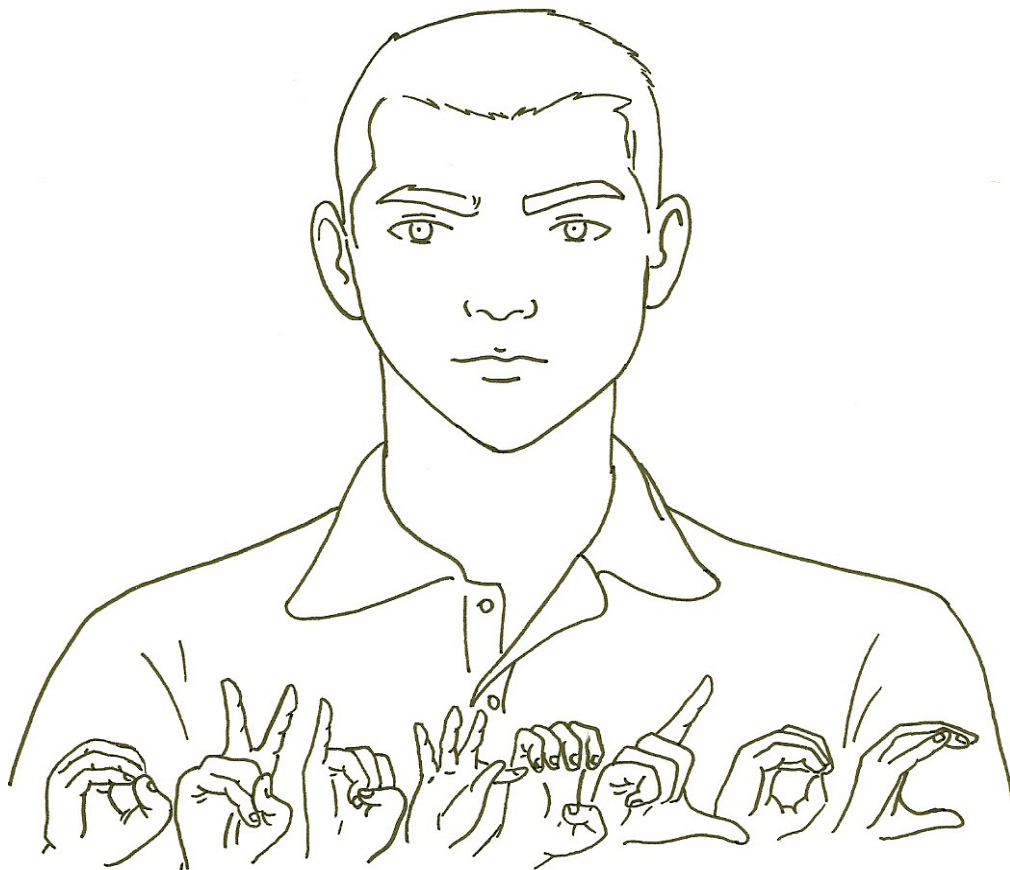
E) VARIANTE DIREITO COLETIVO

Na identificação do sinal para o termo DIREITO COLETIVO, 95 % dos Surdos pesquisados realizaram a variante apresentada pela figura 31:

Figura 31 Variante 1 – DIREITO COLETIVO



Fonte: Capovilla *et al.* (2001)



Em um primeiro momento, as variantes são resultantes da datilologia e logo depois uma outra variante possibilita mostrar que existe um processo em que, a partir dos empréstimos linguísticos, temos a criação de sinais soletrados e assim temos a criação do sinal na LSB correspondente ao termo que necessita de estratégias e mecanismos para a convencionalizar o sinal da variante criada.

A figura 32 apresenta o sinal criado após o processo de Interpretação-explicativa e Interpretação-argumentativa:

Figura 32 Termo DIREITO COLETIVO



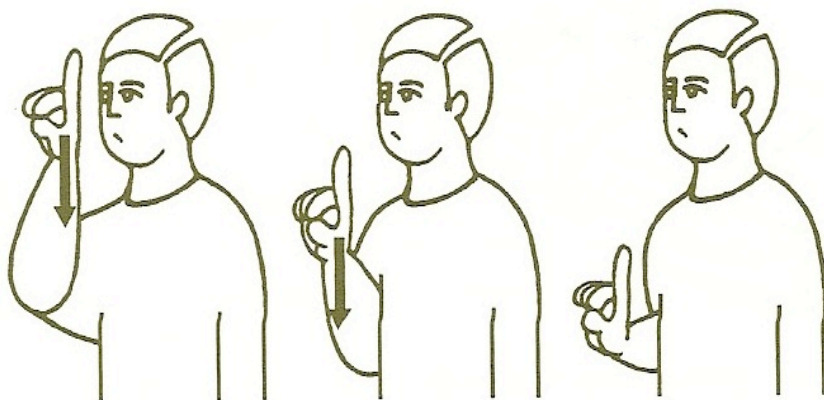
Fonte: Capovilla *et al.* (2001)



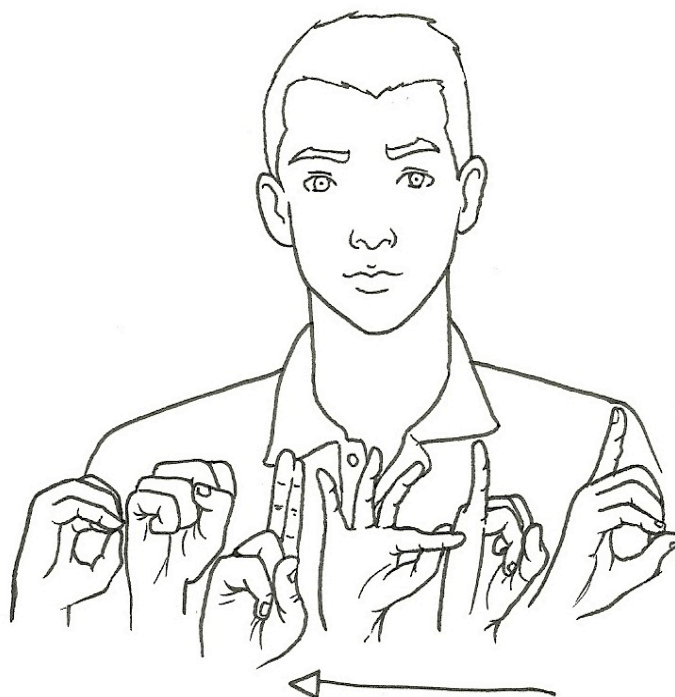
F) DIREITO DIFUSO

O mesmo processo anterior foi usado para o termo DIREITO DIFUSO, em que figura 33 registra que 19 (dezenove) Surdos sinalizaram a variante 1 para o termo DIREITO DIFUSO:

Figura 33 Variante 1 DIREITO DIFUSO



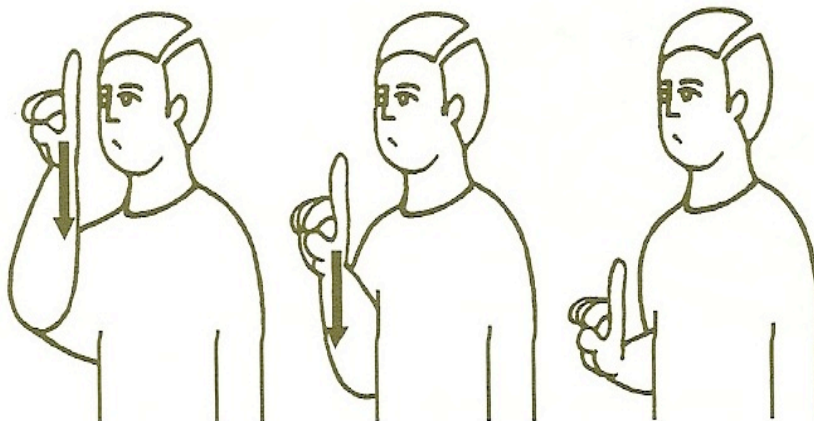
Fonte: Capovilla *et al.* (2001)



O termo é formado pela realização do sinal de DIREITO mais a datilologia da palavra DIFUSO.

Entretanto, 1 (um) Surdo que participou da pesquisa realizou a variante 2 cujo registro se nota na figura 34 através da variante 2:

Figura 34 Variante 2 – DIREITO DIFUSO



Fonte: Capovilla *et al.* (2001)



Na análise do termo DIREITO DIFUSO, nem sempre a frequência de uso é determinante para que se possa escolher e determinar a variante-padrão e como 1 (um) Surdo apresentou uma variante diferente, esta foi posta em discussão com o grupo e depois de explicar o conceito do termo, a variante 2 do termo DIREITO DIFUSO foi escolhida e eleita como variante-padrão, pois apresentava condições paramétricas e características que possibilitavam selecionar esta variante como parte do processo de discussão da padronização dos sinais em LSB, na pesquisa da variação linguística em LSB.

Além dos processos de interpretação-explicativa e interpretação-argumentativa para a discussão da variante-padrão, muitos Surdos apresentaram dificuldades relacionadas a barreiras linguísticas, aos sinais diferentes, e isso interfere no processo de discussão da padronização dos sinais pelos Surdos. Como muitos conceitos não são compartilhados em LSB, por isso, a pesquisa da variação linguística em LSB e a proposta de organização de um banco de dados ganham mais relevância, pois irão auxiliar e contribuir para a divulgação e organização dos sinais na LSB de uma maneira em que se tenha a valorização do vocabulário e dos sinais que variam nos diferentes processos linguísticos.

Assim, foram identificados variantes na realização dos sinais dos termos selecionados, sendo que no termo LEI, foram identificados 3 (três) sinais que apresenta variantes, no termo DECRETO, foram identificados 2 (dois) sinais que apresenta variantes, no termo CONSTITUIÇÃO foram identificados 6 (seis) sinais que apresenta variação em LSB, no termo DIREITO foram identificados 3 (três) sinais que apresenta variação em LSB e nos termos DIREITO COLETIVO E DIREITO DIFUSO, foram identificados 2 (dois) processos semelhantes, ou seja, uma variação real, que a partir de um processo linguístico, linguístico foi possível ter uma variante-padrão para estes termos, a partir das variantes pesquisadas. No quadro abaixo, mostramos o termo e a quantidade de variantes identificadas.

Quadro 1 Termos / Quantidade de variantes identificadas e sinais criados e propostos para discussão:

TERMOS	QUANTIDADE DE VARIANTES IDENTIFICADAS	SINAIS CRIADOS E PROPOSTOS PARA DISCUSSÃO
LEI	3	0
DECRETO	2	0
CONSTITUIÇÃO	6	2
DIREITO	3	0
DIREITO COLETIVO	2	1
DIREITO DIFUSO	2	0
TOTAL	18	3

Durante a pesquisa, percebemos que estes termos oferecem diferentes possibilidades de análises e, pelos dados obtidos, notamos ainda que alguns termos precisam de explicações que partem da LP para a LSB, porém oferecem pouca interferência. A LSB tem vários mecanismos viso-espaciais que necessitam ser registrados para entender como ocorre a escolha das variantes-padrão, para compreender as funções linguísticas que acontecem na LSB.

Notamos que, em todos os termos, pelo menos algum resquício da LP, como a configuração de mão (CM) permanece, e não é possível analisar sem que processos como a adaptação estrutural não estejam sem a influência da LP. Mas a condição paramétrica da CM precisa ficar clara no sentido de que não é “seguir” algo da LP para definir o sinal ou criar o sinal correspondente para o termo que é interpretado da LP para a LSB, mas que a CM é imprescindível e faz parte da gramática da datilologia da LSB e é utilizada quando outros mecanismos não possibilitam adequação do termo ao padrão na LSB.

5.4 Análise dos tipos de variação linguística observadas em LSB

Em estudos anteriores Strobel e Fernandes (1998) apresentam exemplos de variação linguística que também foram observados na pesquisa dos termos em LSB da terminologia política brasileira. Porém, uma análise mais detalhada se fez necessária para explicar e mostrar de uma forma mais ampla os processos lexificadores que acontecem na escolha da variante-padrão.

Assim, a configuração paramétrica que mais apresentou mudança foi a configuração de mão – CM no processo de organização lexicográfica, mas em todos os exemplos observados há mudança na estrutura datilológica e tendem a permanecer na língua para um efetivo uso, caso sejam oferecidas possibilidades de registro e divulgação dos termos.

Este processo linguístico já foi explicado por Quadros & Karnopp, 2004 que afirmam que os articuladores primários das línguas de sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço. Um sinal pode ser articulado com uma ou duas mãos. Um mesmo sinal pode ser articulado tanto com a mão direita quanto com a esquerda; tal mudança, portanto, não é distintiva. Sinais articulados com uma mão são produzidos pela mão dominante (tipicamente direita para destros e a esquerda para canhotos), sendo que sinais articulados com as duas mãos também ocorrem e apresentam restrições em relação ao tipo de interação entre as mãos.

Outra condição paramétrica que também apresentou mudança foi o movimento (M), sendo que o movimento mais acentuado possibilita um padrão que permite ter uma organização lexicográfica e isso se justifica, pois o movimento é essencial para a comunicação viso-espacial. Para que o movimento seja realizado, é preciso haver um objeto e um espaço. Nas línguas de sinais, a(s) mão(s) do enunciador representa(m) o objeto, enquanto o espaço em que o movimento se realiza é a área em torno do corpo do enunciador.

O movimento (M) pode ser analisado levando-se em conta o tipo, a direção, a maneira e a frequência do sinal. O tipo refere-se às variações do movimento das mãos, pulsos e antebraços; ao movimento interno dos pulsos ou das mãos; e aos movimentos dos dedos. Quanto à direção, o movimento pode ser unidirecional, bidirecional ou multidirecional. Já a maneira descreve a qualidade, a tensão e a velocidade, podendo,

assim, haver movimentos mais rápidos, mais tensos, mais frouxos, enquanto a frequência indica se os movimentos são simples ou repetidos. (Ferreira Brito, 1995; Quadros & Karnopp, 2004).

Das 18 (Dezoito) variantes identificadas, podemos afirmar que variante 1 do termo DIREITO está de acordo com a classificação dos exemplos dessas autoras, sendo um exemplo de variação regional. As 4 (quatro) variantes para o termo CONSTITUIÇÃO e as duas variantes para o termo DECRETO são exemplos de variações sociais.

Já as variantes para os termos LEI, CONSTITUIÇÃO, DIREITO COLETIVO E DIREITO DIFUSO podem ser exemplos de variação transliterada, que decorre da escrita do português, visto que a variante pode estar associada a um outro tipo de variação, mas, enquanto não houver uma variante-padrão, não pode ser definida como uma variação por mudanças históricas, pois a evolução linguística e ou análise do processo linguístico envolvido ainda não foi estudado e ou registrado.

5.5 Variação linguística em LSB

Vilhalva (2004) mostra que no uso da datilologia a língua escrita serve de base, e as palavras são digitadas através das mãos (no Brasil só se usa uma mão no uso da datilologia, podendo ser mão direita ou esquerda), já na LSB existe uma codificação contextualizada em torno de símbolos/sinais que resultarão em diálogos interativos linguístico e a variação transliterada possibilita este mecanismo, mas não apenas este tipo de variação linguística foi observado nesta pesquisa na LSB.

Com base nessas questões é possível mostrar as diferenças dos tipos de variação linguística em LSB conforme o esquema abaixo, para identificar outros tipos de variação linguística em LSB:

VARIAÇÕES REGIONAIS	VARIAÇÕES LEXICAIS
NÍVEL LOCAL	NÍVEL GRAMATICAL
REPRESENTAÇÃO LOCAL	ORGANIZAÇÃO GRAMATICAL

A diferença de organização, com enfoque na identificação das variantes e nos processos linguísticos, envolvidos se estrutura quando as variações locais manifestam no nível local, pois está relacionada com a percepção do Surdo na sua representação, na organização do vocabulário linguístico de seu grupo, onde os sinais são conhecidos apenas nos locais em que são usados e os Surdos se manifestam na sua língua e anseiam por interações linguísticas com as demais comunidades surdas no Brasil. Já as variações lexicais atuam no nível gramatical, na perspectiva de organização gramatical, em que os processos de interpretação-explicativa e interpretação-argumentativa têm um papel importante, conforme mostram os resultados e os dados coletados e registrado nesta pesquisa.

Conforme as considerações linguísticas apresentadas, podemos perceber que a variação linguística em LSB pode constituir barreiras para a comunicação, porém com a pesquisa e desenvolvimento de estratégias e definição dos conceitos, é possível minimizar as consequências da falta de vocabulários terminológicos na LSB.

Vale lembrar um outro processo linguístico que ocorreu na escolha da variação-padrão que foi a equivalência linguística. Assim, sinais que já existem na LSB são discutidos e utilizados para pensar em um padrão lexicográfico para a

escolha da variante-padrão. Por exemplo, para o termo DECRETO o termo correspondente foi ARTIGO não pelo significado ou conceito, mas pelo movimento que é semelhante e possibilita justificar a escolha com base na questão paramétrica.

Para reforçar esse argumento, podemos analisar a discussão para a escolha da variante-padrão do termo CONSTITUIÇÃO. O mesmo processo linguístico da escolha do termo decreto não funciona para o termo CONSTITUIÇÃO, pois não tem um correspondente lexical e, também, o termo é pouco utilizado logo o padrão lexicográfico proposto para a variante do termo CONSTITUIÇÃO, com base no mesmo movimento, não foi aceito e não combinava.

Porém, quando pensávamos no correspondente lexical na análise das outras variantes, percebemos que a interferência persistia, pois a maneira de sinalizar as variantes para o termo CONSTITUIÇÃO era semelhante à de outros termos, como CINZA e CAS (Centro de Apoio ao Surdo), por mais que o contexto possibilitasse perceber a diferença, essa justificativa não foi plausível também.

Como o uso da língua possibilita discussões e interações, outro processo linguístico que o pesquisador notou foi a equivalência numeral iconográfica representativa, onde algum recurso visual numérico e dados com referência a números, associados ao termo, possibilitasse a escolha do sinal da o termo CONSTITUIÇÃO e como a CONSTITUIÇÃO foi criada no ano de 1988, pensou-se uma associação do termo com base nesta referência. Como discutido e abordado anteriormente este sinal não foi aceito, apesar de ser uma variante que é utilizada e que não pode ser considerada variante-padrão, pois não temos apenas a Constituição do ano de 1988.

Uma alternativa foi partir de uma discussão linguística em que o conceito de homonímia foi analisado para a escolha da variante-padrão, e em que a forma lexicográfica de sinalizar o sinal do respectivo termo pode ser a mesma, mas o significado é diferente, no contexto. No momento do discurso, a diferença é notada e não gera confusão no uso do sinal. Outros exemplos da inferência desse processo linguístico acontece nos sinais com a mesma forma de sinalizar SÁBADO e LARANJA, FILME e CINEMA, entre outros.

Além desses processos linguísticos relatados, notamos que a variação linguística em LSB pode ser classificada por meio de outros processos linguísticos com as respectivas características abaixo:

VARIAÇÃO DE APOIO	VARIAÇÃO POR JUNÇÃO	VARIAÇÃO ICONOTEXTUAL
<p>A variação de apoio ocorre quando este processo é eminentemente paramétrico na sua elaboração e há constituição lexicográfica de seus termos. A mão de apoio é sempre passiva e a mão ativa para diversos termos se diferencia ou na CM, ou no movimento. Ex. TEXTO</p>	<p>A variação por junção é essencialmente estrutural, ou seja, se dá no nível gramatical, ambas as mãos se estruturam e produzem diferentes sinais para termos diferentes e não segue uma elaboração e constituição lexicográfica para os termos. EX. DIREITO COLETIVO E DIREITO DIFUSO</p>	<p>A variação iconotextual depende de dois processos linguísticos que juntos auxiliam na compreensão do termo, são elas a iconicidade e o discurso, em que produção do sinal pode estar associado ao uso de uma tautologia para a forma do sinal e do discurso, pois em diferentes contextos que percebemos o significado do sinal. EX. Canção: Parabéns pra você.</p>

A partir dessa proposta dos tipos de variação linguística em LSB e com base na identificação das variantes dos termos escolhidos da Terminologia da política brasileira será possível analisar novos exemplos e aprofundar os estudos da variação linguística em LSB. Tal fato se deve a uma constante necessidade de registro e identificação e, a partir do momento em que se tem alguns exemplos em LSB, outros processos linguísticos podem ser identificados conforme observações apresentadas nesta pesquisa.

SINALIZAÇÕES FINAIS: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Nesta dissertação, realizou-se um estudo do processo linguístico que promove a variação linguística em LSB. O foco da pesquisa foi o léxico, representado pela terminologia da política brasileira, com ênfase em alguns que são usados por tradutores e intérpretes dos poderes executivo e legislativo federal. O registro e identificação das variantes e escolha da variante-padrão foi importante para o estudo da variação linguística em LSB.

Além da descrição e da análise dos processos linguísticos na variação linguística em LSB, esta pesquisa teve como objetivo investigar se a variação produziu por mudança ou se continua na LSB como uma variação regional, a partir dos dados coletados.

Analisamos se o uso da LP, segundo o processo de interpretação-explicativa e interpretação-argumentativa configura um caráter especial de processo linguístico fundamental para o estudo da variação linguística em LSB. Os argumentos que podemos apresentar são: as discussões dos Surdos pesquisados estão a favor de uma variante-padrão; as referências visuais de alguns dicionários em LSB não correspondem à frequência de uso de seus termos; os sinais que seguem um padrão lexicográfico com a prevalência da condição paramétrica da CM e do movimento parecem ser a preferência dos usuários da LSB.

Estamos de acordo com a equipe do curso Letras-Libras que declara que houve um aumento nas informações acerca dos trabalhos realizados na área de linguística e de políticas linguísticas por meio dos alunos do Curso. Dessa forma, há a constituição de um grupo minoritário que passa a lutar pela sobrevivência de sua língua e que faz movimentos em prol de escolas bilíngues, em que a LSB seja ensinada desde a educação essencial.

Essa orientação é de suma importância para que não sejam criados sinais com movimentos esdrúxulos e de difícil execução, já que a tendência das línguas é a economia e a agilidade na compreensão entre emissor e receptor.

A pesquisa empírica da LSB nos dá várias possibilidades de criação de novas unidades lexicais com base em formas já existentes, repetindo ou mudando o movimento na estrutura segmental da forma-base, enquanto mantém as outras unidades - locação, configuração e orientação de mãos - inalteradas. A tarefa de

selecionar os termos e delimitar uma área de estudo foi importante para o registro de diversas considerações acerca da linguística da língua de sinais. Portanto, dadas as naturais diferenças entre os princípios teóricos e metodológicos de um linguista no caso de pesquisa de campo, é necessário um encontro entre as diferentes culturas e o entendimento da heterogeneidade da língua. Por isso uma percepção mais apurada de diferenças entre a da língua portuguesa e a pesquisa na LSB foi levada em consideração, e o resultado é uma valorização das características eminentes da comunicação viso-espacial de lado e da oral, de outro.

De uma maneira geral, tentamos mostrar que um linguista possui singularidade nos princípios teóricos; interessa-se pela descrição, pela elucidação e pela crítica de fatos relacionados à língua. Para que isso ocorra da melhor forma, é necessário ir a campo para pesquisar sobre um assunto já planejado em um projeto. Aos princípios teóricos subjazem implicações éticas a serem consideradas, tanto na teorização como na análise. A atuação do Linguista não se dá no vácuo; ao contrário, insere-se numa dinâmica socioeconômica peculiar e é desafiada por questões políticas atreladas ao seu objeto de estudo, a linguagem verbal humana. Portanto, ao discutir os assuntos expostos neste estudo, esperamos ter colaborado com pessoas interessadas na pesquisa da linguística da língua de sinais, visto que a pesquisa possibilitou vários resultados interessantes.

A discussão sobre as variantes se tornou importante para uma comunidade surda, mesmo que algumas variantes não sejam aceitas, mas isso faz parte do processo linguístico e a LSB por ser uma língua natural, favorece mecanismos diversos. Além disso, sabemos que a proposta de discutir políticas linguísticas para a divulgação do conhecimento e acessibilidade da comunicação através da LSB possibilita o enriquecimento lexical e a valorização da língua.

Fato curioso é que, durante a pesquisa, observamos a diferença entre a variação regional e a variação gramatical, além da variação transliterada que parte da LP para a LSB com as adaptações paramétricas envolvidas, que conduzem para uma adaptação lexicográfica pelo fato de a LSB apresentar especificidades intrínsecas.

Finalmente, afirmamos que foi possível realizar uma análise sobre a variação linguística em LSB e que é possível afirmar com veemência a importância do registro de termos para a elaboração de vocabulários terminológicos na LSB. Depois de um levantamento bibliográfico minucioso e de uma série de reflexões durante a pesquisa,

conseguimos explicar porque é necessário mais pesquisa nas Línguas de Sinais, relativamente ao processo de criação e formação de sinais. Como teoria e prática precisam caminhar juntos, o primeiro passo é a organização das teorias linguística das Línguas de Sinais, bem como a organização da gramática da LSB. Felizmente, podemos ver a progressão e o reconhecimento do carácter funcional e dinâmico das línguas naturais nas publicações de qualidade que estão revolucionando as pesquisas nas Línguas de Sinais.

REFERÊNCIAS

ALBANO, E. C. *Da fala à linguagem tocando de ouvido*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. *Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.

AMARAL, M. A.; A. COUTINHO; M. R. D. MARTINS. *Para uma gramática da língua gestual portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAVELIER D.; CORINA D.; JEZZARD P.; CLARK V.; KARNI A.; LALWANI A.; et al. *Hemispheric specialization for english and ASL: left invariance-right variability*. Neuroreport: 1998, 9. p. 1537- 42.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. CORDE, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental/Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental*. Brasília: SEF/MEC, 1998, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. n. 79, ano CXXXIX, Seção 1, p. 23.

_____. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 2005, n. 246, ano CXLII, Seção 1, p. 28.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário da União*, 23 dez. 1996, n. 248, ano CXXXIV.

BRENNAN, M.; BRIEN, D. MA/Advanced diploma in british sign language/ english interpreting, deaf Studies research unit, University of Durham, course profile. *The Translator 1*, v.1, p. 111-28, 1995.

BRIEN, D.; BRENNAN, M. Sign language dictionaries: issues and development. In: *Sign language research 1994. International studies on sign language and communication of deaf*. Germany: Signum, 1995.

BLOCH, Bernard; TRAGER, George L. *Outline of linguistic analysis. Special publications of the Linguistic Society of America*. Baltimore: Linguistic Society of America, 1942.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Organização de NOGUEIRA, Maria; CATANI, Alice, et al. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BONINO, Raquel. Os sotaques dos sinais. *Revista Língua Portuguesa*, ano II, n. 25, nov. 2007.

CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à linguística*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 2001.

CAMACHO, R. A variação linguística. In: *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1988.

CÂMARA JÚNIOR J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referentes à língua portuguesa*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 286 p.

CANGUILHEM, Guilhem. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CAPOVILLA, Fernando César; RAFHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001. 2 v.

CASTRO JÚNIOR. Gláucio de. *Psicobiologia na sala de aula: uma mediação no ensino de português para surdos*. 2008. Projeto de iniciação científica – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

_____. *Psicobiologia na sala de aula: uma mediação no ensino de português para surdos*. In: XIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008, Brasília.

_____. *Variação regional lexical na língua de sinais brasileira: inteorizando a prática educativa*. 2009. Projeto de iniciação científica – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

COSERIU, E. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. Madri: Editorial Gredos, S.A., 1978.

CHOMSKY N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton. 1957.

_____. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. *Aspects de la théorie syntaxique*. Paris: Le Seuil, 1971.

_____. *Reflections on Language*. New York: Pantheon, 1975.

_____. *Linguagem e mente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 83 p.

_____. *Aspects de la théorie syntaxique*. Paris: Le Seuil, 1971.

_____. *Reflections on language*. New York: Pantheon, 1975.

_____. *Linguagem e mente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 83

CURSO DE libras. Produzido por N. Pimenta. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. Disponível em: <<http://www.lsbvideo.com.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

DALCIN, Gladis. *Um estranho no ninho*: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. In: QUADROS, Ronice (Org.). *Estudos surdos I*. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

EMMOREY, K.; U. Bellugi; E. Klima. Organização neural da língua de sinais. In: M. C. Moura; A. C. B. Lodi; M. C. da C. Pereira (Org.). *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art, 1993. p. 19-40. (Neuropsicologia). v 3.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia. Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica. Brasília: UnB, 2009.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, São Paulo, v. 24, n. 3, 1995.

_____. Variação terminológica. Algumas tendências no português do Brasil. In: CICLE DE CONFERÈNCIES. LÈXIC, CORPUS/DICCINARIS, 1998, Barcelona. *Anais...* Barcelona: IULA, 1998. p. 96-154.

_____. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista, RADTERM: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, São Paulo, v.7, p. 11-40, 2001.

_____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: CORREIA, M. (Org.). *Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional*. Lisboa: Colibri/ILTEC, 2002.

_____. A dimensão política da Terminologia. In: *Terminologia e indústria da língua*. M. Correia (Org.). In: VII SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 2003, Lisboa. *Anais...* Lisboa: União Latina, Iltec, Gulbenkian,

2003. p. 59-65.

_____. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, E.; ABREU, S. P. *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia – Cooperação Brasil e Canadá*. 2003. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. p. 11-31.

_____. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, 2006.

_____. Modalidade oral-auditiva versus modalidade viso-espacial sob a perspectiva de dicionários na área de surdez. In: Salles, H. M. Lima (Org.) *Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais*. GO: Cãnone, 2007. p. 119-142.

FELIPE, Tanya A. *Libras em contexto: curso básico*. 7. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. p. 188. (Livro do Estudante).

FERNANDES, E. *Problemas linguísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, S. F. *Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?* 1998. 216 p, Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FELIPE, Tanya A. *Libras em contexto: curso básico*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. *Libras em contexto: curso básico, livro do professor instrutor*. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.

FERREIRA BRITO, L. Os direitos linguísticos do surdo. *Revista de Cultura Vozes*, n.5, jun/jul. 1985.

_____. O discurso ideológico das filosofias educacionais para surdos e sua língua dos sinais, *Revista Geles*, v. 4, n. 4, p. 22-44, 1990.

_____. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

_____. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. *Série Atualidades Pedagógicas*, v. 3, n. 4, p. 19-61, 1997.

FIGUEIRA, R. A. O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem. In: Maria Fausta Castro. (Org.). *O método e o dado nos estudos da Linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Os lineamentos das conjugações verbais na fala da criança. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 73-80, jun. 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 14. ed. Tradução Laura F. Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FRANCHI, CARLOS. Linguagem – Atividade constitutiva. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, n. 22, p. 9-39, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, R.A. *An essay on language*. Filadelfia e Nova York: Chilton Books, 1968.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HESEL, C., ROSA, F., KARNOPP, L. B. *Cinderela surda*. Canoas: ULBRA, 2003.

HOUAISS, A.; Villar, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOHNSON, R. E. In: M. A. AMARAL; A. COUTINHO; M. R. D. MARTINS. *Para uma gramática da língua gestual portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994. p. 13-18.

KARNOP, L. B. *Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da libras: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1994.

_____. *Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. *Literatura surda*. *ETD. Educação Temática Digital*, v. 7, p. 2, 2006.

KLIMA, E. S.; U. BELLUGI. *The signs of language*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LABOV, William. *A estratificação social do Inglês falado em Nova Iorque*. Washington: D. C. Centro de Aplicação Linguística, 1966.

LACERDA, C. B. F. Um pouco de história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 46, 1998.

_____. A inclusão de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. In: Educação, surdez e inclusão social. *Caderno CEDES*, Campinas, n. 69, p. 163-184, 2006.

Liddell, S. *American sign language syntax*. The Hague: Mouton, 1980.

LILLO-MARTIN, D. C. *Parameter setting: evidence from use, acquisition, and breakdown in American Sign Language*. 1986. Doctoral Dissertation – University of California, San Diego, University Microfilms International, Ann Arbor, Michigan.

LIMA, E. *A gente e as outras gentes*. São Paulo: Scipione, 1995.

LIMA, L. R. . Semântica da expressão de causa e consequência no português dos surdos. In: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES; INST. PROMOTORA/FINANCIADORA. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

_____. A ordem dos constituintes e as estruturas de causa/consequência na aquisição do português-por-escrito (L2) pelos surdos. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009.

LODI, A.C.B. *A leitura como espaço discursivo de sentidos: oficinas com surdos*. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Faculdade de Letras, PUCSP, São Paulo.

_____. O intérprete de língua brasileira de sinais / Língua portuguesa e sua prática em diferentes espaços sociais. In: IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO. *Anais...* São Paulo: Unibero, 2007.

MARTEIOTTA, M.; AREAS, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MASSONE, M. I. O linguista ouvinte frente a uma comunidade surda e ágrafa: Metodologia da investigação. In: M. C. MOURA; A. C. B. LODI; M. C. da C. PEREIRA (Org.). *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art, 1993. p. 72-93. (Neuropsicologia.).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto, 1997.

MAYBERRY, K. S.; HARTZ, T. K. Extension of muskmelon storage life through the use of hot water treatment and polyethylene wraps. *HortScience*, v.27, n. 4, p. 324-326, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 23 nov. 2010.

NASCIMENTO C. B. *Empréstimos linguísticos do português na língua de sinais*

brasileira LSB: línguas em Contato. 2010. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

NEVILLE, H. J.; COFFEY S. A.; LAWSON D. S.; A. Fischer.; K. Emmorey and U. Bellugi. Neural Systems Mediating American Sign Language: Effects of Sensory Experience and Age of Acquisition. *Brain and Language*, n.57, 1997. p. 285-308.

NEWMAN, F.; HOLZMAN, L. *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 11-28.

NEWPORT E. Maturational constraints on language learning. *Cognit Sci*, n.14, 1990.

NEWPORT, E.; JOHNSON, JS. Critical period effects in second language learning: the influence of maturational state on the acquisition of English as a second language. *Cognit Psychol*, n.21, 1990. p. 60-99.

OBLER, Loraine K.; GJERLOW, Kris. *Language and the brain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OGDEN, C. K. ; RICHARDS, I. A. O significado de significação. Tradução de A. Cabral. 2 ed. Rio de Janeiro: ZAKAR, 1976.

PADDEN, C. A. Early bilingual lives of deaf children. Cultural and language diversity and the deaf experience, *Parasnis*, Nova York: Cambridge University Press, p. 99-116. 1998.

PEIXOTO, C. R. Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. *Cadernos Cedes*, v. 26, n.69, p. 205-229, 2006.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PEREIRA, M.; R. NAKASATO. Aquisição de narrativas em língua de sinais brasileira. *Letras de Hoje*, v. 36, n. 3, p. 355-363, 2001, 2006.

POCHE, B. A construção social da língua. In: VERMES G. BOUTET J. (Org.). *Multilinguismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

POIZNER, H.; E. S. KLIMA; U. BELLUGI. *What the hands reveal about the Brain*. Cambridge: MIT Press, 1987.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, São Paulo, 2000.

RAMOS, Clélia Regina. *História da datilologia*. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo3.pdf>> Acesso em: 20/12/2010.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

_____. Aquisição de L2: o contexto da pessoa surda. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA, 1996, 1999, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 1996, 1999, p. 67-74.

_____. Alfabetização e ensino da língua de sinais. *Textura*, Canoas, nº 3, p. 53-62. 2000.

_____. A estrutura da frase da língua brasileira de sinais. In: II CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2000.

_____. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. *Revisa Ponto de Vista*. NUP/UFSC. Florianópolis, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RÉE, J. I *See a voice: deafness, language and the senses – a philosophical history*. New York: Metropolitan Books, 1999.

SÁ, N. R. L. de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: C. Skliar. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 169-192.

SÁ, Nidia Regina L. *Cultura, poder e educação dos surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SALLES, H.; FAULSTICH, E; CARVALHO, O.; RAMOS, A.A. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhadas de lutas sociais e teóricas. *Centro de Estudos Educação e Sociedade*. Campinas, v. 26, n.91, p. 565-582, mai./ago. 2005.

SANTANA, A.P. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Editora Plexus, 2007.

SAPIR, E. The status of linguistics as a science. *Language* 5. 207-14. Reprinted in *The selected writings of Edward Sapir in language, culture, and personality*, ed. by

D. G. Mandelbaum, 160-6. Berkeley: University of California Press.

SCHERMER, T.; HARDER, R. Lexical variation in dutch sign language: some implications for language planning. In: TEVOORT, B (Ed.). *Signs of life. proceedings of the second european congress on sign language research*. Amsterdam: University of Amsterdam and National Foundation for the Deaf and Hard of Hearing Child, 1986.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SELINLER, L. Interlanguage, *IRAL*, v. 10, 1972, p. 185.

SILVEIRA, P. *Ideologia, indivíduo, sujeito*. São Paulo: PUC, 1994. p. 145.

SILVEIRA, C. H.; ROSA, F.; KARNOPP, L. B. *Rapunzel surda*. Canoas: ULBRA, 2003. p.36.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008. p.24.

SORDI-ICHIKAWA, Claudia. Variação linguística e o ensino da ortografia: uma reflexão teórica, *Unopar*, Londrina, v. 4, n.1, p. 43-46, jun. 2003.

STOKOE, W. Sign Language Structure: An outline of the visual communication systems of the american deaf. *Studies in Linguistics*, University of Buffalo, n. 8. 1960.

STOKOE, W. C.; CASTERLINE, D. C.; CRONEBERG, C. G. *A dictionary of american sign language on linguistic principles*. New Edition, Listok Press, 1976.

STROBEL, K.; FERNANDES. S. *Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais/ Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de educação*. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

TIMERMAN, D.; MANS, H. A national lexicon of sign language of the Netherland. In: PRILLWITZ, S.; VOLLHABER, T. (Ed.). *Current trends in european SLR*. Hamburg: Signum, 1990.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1934, 1999.

_____. *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1934, 1999.

_____. *Fundamentals of defectology (abnormal psychology and learning disabilities)*.

The collected works of L.S. Vygotsk. Nova York: Plenum Press, 1926, 1993. 2 v.

VILHALVA, Shirley. *Despertar do silêncio.* Petrópolis: Arara azul, 2004.

_____. *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul.* 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin. *Aprender a ver.* Rio de Janeiro: Arara azul, 2005. (Cultura e diversidade).

APÊNDICE

APÊNDICE - A

Lista de termos da Terminologia da política brasileira em português usados para identificar as variantes e variante-padrão em LSB.

TERMOS
LEI
DECRETO
CONSTITUIÇÃO
DIREITO
DIREITO COLETIVO
DIREITO DIFUSO
